



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR PORTUGUESA: ANÁLISE AOS PROJECTOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO/ENSINO NO EXÉRCITO ANGOLANO

AUTOR: Aspirante ADMIL Lury Décio Pedro dos Santos

ORIENTADOR: Capitão ADMIL (Doutor) David Miguel Pascoal Rosado

LISBOA, AGOSTO DE 2010



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR PORTUGUESA: ANÁLISE AOS PROJECTOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO/ENSINO NO EXÉRCITO ANGOLANO

AUTOR: Aspirante ADMIL Lury Décio Pedro dos Santos

ORIENTADOR: Capitão ADMIL (Doutor) David Miguel Pascoal Rosado

LISBOA, AGOSTO DE 2010

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais e
irmãos por todo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é prova de que estamos a poucos passos de terminar o nosso percurso na Academia Militar. Ao longo deste percurso de formação, que me trouxe até aqui, estiveram presentes várias pessoas que me acompanharam nesta caminhada. Cada pessoa, à sua maneira, deu o seu apoio. Considero, por isso, de extrema importância o contributo das instituições intervenientes no processo de formação dos cadetes da Academia Militar. Dedico, assim, as primeiras linhas dos agradecimentos a estas pessoas e instituições.

Os camaradas de curso tiveram um papel importante nesta caminhada, assim como na elaboração deste trabalho. A eles devo parte daquilo que sei e empreguei nesta pesquisa. A eles, também integrantes da “casa mãe” que nos acolheu e orientou os nossos passos até aqui, e aos oficiais da Academia, por terem concedido as entrevistas exploratórias, dando-me as ideias iniciais sobre os Projectos, agradeço.

Agradeço também aos Directores Técnicos dos Projectos de Formação, que não se inibiram em dar o seu contributo para a concretização deste estudo, aceitando o convite de serem entrevistados e cedendo documentos relativos aos projectos.

Aos oficiais angolanos que me receberam nos seus locais de trabalho (ESG, DNRI, GICI, DPTE/EMGFAA), agradeço por me terem permitido fazer as observações directas, por disponibilizarem material de estudo e motivado o desenvolvimento da pesquisa.

As ideias que fui tendo ao longo da elaboração do trabalho, só fizeram sentido graças ao meu orientador, Capitão (Doutor) David Miguel Pascoal Rosado. Responsável pela estrutura fundamental deste trabalho, devo-lhe a dedicação, o esforço, a entrega e o sentido de responsabilidade, tendo-me apoiado de forma inexcedível, através de um ensino rigoroso, ao longo de todos estes meses. A ele agradeço por ter sido, acima de tudo, o guia que me inspirou a escrever, levando-me a ultrapassar os vários desafios que foram surgindo e a alcançar as diferentes metas.

À minha namorada por me ter apoiado em todos os momentos, mesmo quando me sentia em baixo e com vontade de deixar o trabalho para o dia seguinte. Acredita, este trabalho também é teu.

Agradeço a todos os militares e civis que, mesmo sem querer, contribuíram para que este trabalho fosse uma realidade.

À minha família que, apesar das sete horas que nos separam, sempre me apoiaram e deram bastante força para continuar.

A todos o meu “ muito obrigado”.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	vi
ÍNDICE DE QUADROS	vii
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento e justificação do tema.....	1
1.2. Delimitação do estudo e objectivos da investigação.....	2
1.3. Questão fundamental, questões derivadas e hipóteses.....	2
1.4. Estrutura do trabalho.....	3
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
CAPÍTULO 2 – AS ORIGENS DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM)	5
2.1. Antecedentes históricos das relações entre Portugal e Angola.....	5
2.2. Os primeiros acordos e o surgimento da CTM portuguesa com Angola	6
2.3. Os objectivos da cooperação e o papel central do exército nas políticas de desenvolvimento, do ensino e da formação	9
CAPÍTULO 3 – A COOPERAÇÃO MULTILATERAL	12
3.1. A cooperação multilateral nas áreas de segurança e defesa em África.....	12
3.1.1. As Organizações Regionais Africanas	13
3.1.2. A União Africana (UA)	14
3.2. A componente de defesa da CPLP e a importância estratégica de Angola.....	16
CAPÍTULO 4 – A VERTENTE DA FORMAÇÃO E DO ENSINO	22
4.1. Desenvolvimento dos programas-quadro de CTM.....	22
4.1.1. Os projectos, as designações e os objectivos globais.....	23
4.1.2. A formação e o ensino no Exército Angolano	26
4.2. O programa anual de formação.....	29
4.3. Outras vertentes da CTM: lições aprendidas e desafios.....	31
CAPÍTULO 5 – A COMPONENTE FINANCEIRA DA CTM	33
5.1. A ajuda pública ao desenvolvimento e a CTM.....	33

5.2. Os encargos financeiros com Angola.....	34
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	37
CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA.....	37
6.1. Métodos de recolha e tratamento da informação	37
6.2. Caracterização dos interlocutores dos inquéritos por entrevista	38
CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
8.1. Conclusões	41
8.2. Recomendações	42
8.3. Limitações da investigação	42
8.4. Desafios para futuras investigações.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
GLOSSÁRIO	47
APÊNDICES	48
APÊNDICE A - AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E SUB-REGIONAIS AFRICANAS.....	49
APÊNDICE B - AS PROGRAMAS-QUADRO DA CTM COM ANGOLA	51
APÊNDICE C - O GUIÃO DE ENTREVISTA	54
APÊNDICE D - ENTREVISTA 1	56
APÊNDICE E - ENTREVISTA 2.....	61
APÊNDICE F - ENTREVISTA 3.....	66
APÊNDICE G - ENTREVISTA 4	75
APÊNDICE H - ENTREVISTA 5	82
APÊNDICE I - ENTREVISTA 6.....	86
APÊNDICE J - ENTREVISTA 7	91
APÊNDICE K - ENTREVISTA 8.....	101
APÊNDICE L - ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS	104
ANEXOS	114
ANEXO A - O FLUXOGRAMA DA CTM.....	115
ANEXO B - AGENDA DA COMPONENTE DE SEGURANÇA E DEFESA DA CPLP.....	116
ANEXO C - OS MECANISMOS DE DEFESA DA CPLP	117
ANEXO D - PROGRAMA-QUADRO PARA O QUADRIÉNIO 2007-2010.....	118
ANEXO E - ASSESSORES MILITARES DO EXÉRCITO EM ANGOLA.....	119
ANEXO F - TAXA DE SUCESSO NA ACADEMIA MILITAR	120
ANEXO D - ENCARGOS FINANCEIROS DA CTM COM OS PAÍSES LUSÓFONOS	121
ANEXO H - ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DE ANGOLA	122

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÓRGÃOS DA UNIÃO AFRICANA.....	15
FIGURA 2 - ARQUITECTURA DE SEGURANÇA E PAZ AFRICANA.....	15
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DA COMPONENTE DE DEFESA DA CPLP	19
FIGURA 4 - A CPLP E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AFRICANAS	20
FIGURA 5 - O FLUXOGRAMA DA CTM.....	115
FIGURA 6 - AGENDA DA COMPONENTE DE SEGURANÇA E DEFESA DA CPLP (1996- 2006).....	116
FIGURA 7 - OS MECANISMOS DE DEFESA DA CPLP.....	117

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - A FORMAÇÃO EM ANGOLA	28
GRÁFICO 2 - PERCENTAGENS DOS ENCARGOS COM OS ALUNOS EM PORTUGAL..	35
GRÁFICO 3 - PERCENTAGENS DOS ENCARGOS COM OS ASSESSORES.....	35
GRÁFICO 4 - ENCARGOS FINANCEIROS DA CTM COM ANGOLA	36
GRÁFICO 5 - ASSESSORES MILITARES DO EXÉRCITO EM ANGOLA	119
GRÁFICO 6 - PERCENTAGEM DE APROVEITAMENTO SOBRE O NÚMERO DE ALUNOS DE CADA PAÍS NA AM.....	120
GRÁFICO 7 - ENCARGOS FINANCEIROS DA CTM COM OS PAÍSES LUSÓFONOS	121

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- CURSOS EM PORTUGAL	30
QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	38
QUADRO 3 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 1	104
QUADRO 4 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 2.....	105
QUADRO 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 3.....	106
QUADRO 6 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 4.....	107
QUADRO 7 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 5.....	108
QUADRO 8 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 6.....	109
QUADRO 9 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 7.....	110
QUADRO 10 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 8.....	111
QUADRO 11 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 9.....	112
QUADRO 12 - ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 10	113

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADMIL	Administração Militar
AM	Academia Militar
AMA	Academia Militar Angolana
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
Art.º	Artigo
ASB	<i>African Stanby Brigades</i>
ASF	<i>African Standby Force</i>
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAE	Centro de Análise Estratégica
CAERT	Centro Africano de Estudo e Pesquisa sobre o Terrorismo
CCEM	Curso de Comando e Estado-Maior
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CIOP	Centro de Instrução de Operações de Paz
CMLA	Comissão Mista Luso-Angolana
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CSCD	Curso de Comando e Direcção
CTC	Centro de Tropas Comandos
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DCTM	Direcção de Cooperação Técnico-Militar
DGPDN	Direcção Geral de Política e Defesa Nacional
DNRI	Direcção Nacional de Relações Internacionais
DPSTE	Direcção de Preparação de Tropas e Ensino
DT	Director Técnico
EAM	Escola de Administração Militar
Ed.	Edição
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EMGFAA	Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas
EOEL	Escola de Oficiais do Exército do Lobito
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPS	Escola Prática dos Serviços
ESE	Escola de Sargentos do Exército

ESEL	Escola de Sargentos do Exército do Lobito
ESG	Escola Superior de Guerra
Etc. (et cetera)	E outros
ETR	Entidade Técnica Responsável
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAA	Forças Armadas Angolanas
GabCEME	Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército
GCIGB	Grupo de Contacto Internacional para a Guiné-Bissau
GICI	Gabinete Intercâmbio e Cooperação Internacional
IESM	Instituto de Ensino Superior Militar
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
In	Citado em
IO	Instituto de Odivelas
ISEM	Instituto Superior de Ensino Militar
MINDEN	Ministério da Defesa Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
N.º	Número
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OCDE	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
ORA	Organizações Regionais Africanas
OUA	Organização de Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAMPA	Programa de Apoio às Missões em África
PIB	Produto Interno Bruto
PQ	Programa-Quadro
S.d.	Sem data
SPAD	Secretariado Permanente de Defesa dos Países de Língua Portuguesa
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UA	União Africana
UE	União Europeia

RESUMO

Findo o processo de descolonização e com a conseqüente chegada da independência aos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), em 1978 surgiram as primeiras intenções de cooperar no âmbito militar da parte das ex-províncias portuguesas. Essa situação conduziu à realização de vários encontros de trabalho entre os intervenientes do processo e conduziu ao surgimento da actual Cooperação Técnico-Militar, que será aqui estudada.

O tema por nós escolhido, aborda a cooperação bilateral entre Angola e Portugal no âmbito militar, no domínio da formação e do ensino. Pretendemos com este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), e mantendo-nos sempre fieis às normas orientadoras definidas pela direcção de ensino da Academia Militar, estudar a Cooperação Técnico-Militar (CTM), incidindo sobre a vertente da cooperação referente aos projectos desenvolvidos em Angola e em Portugal, em prol duma melhoria qualitativa dos recursos humanos no Exército Angolano. Para tal, tivemos em linha de conta os Acordos e Programas-Quadro celebrados entre os dois países, bem como os gastos adstritos dessa relação bilateral.

De um modo geral, procuramos aferir o alcance desta tipologia de cooperação, pelo estudo da formação e do ensino para o desenvolvimento do Exército Angolano. Importa ainda dizer que os vários anos de cooperação já havidos, espelham o interesse dos dois países em manter os laços históricos e culturais que os une.

Com esta pesquisa, foi possível aferir algumas oportunidades e vulnerabilidades que a CTM comporta, bem como os pontos sobre os quais deve recair maior atenção da parte das entidades intervenientes no processo, visando um desenvolvimento sólido desta Cooperação. Assim, verificamos que a maior aposta da CTM deverá continuar nos projectos de formação e de ensino, empenhando-se também nos projectos referentes a Engenharia Militar.

Apurámos ainda que a formação de militares angolanos em Portugal tem contribuído grandemente para a valorização da componente humana do Exército Angolano e que, as autoridades angolanas mostram-se cada vez mais interessadas em formar o seu exército. Este interesse é considerado um factor fundamental para o bom funcionamento da CTM.

Apesar dos resultados positivos que a CTM tem apresentado no âmbito da formação e do ensino, ainda existe a necessidade de uma formação integrada no Exército Angolano.

Palavras-chave: INDEPENDÊNCIA, COOPERAÇÃO, FORMAÇÃO, ENSINO.

ABSTRACT

After the decolonization process and the consequent arrival of independence to the PALOP (African Countries with Portuguese Official Language), in 1978 came the first intentions to cooperate in the military ambit from the former Portuguese provinces. This situation led to the completion of several work meetings between the actors of the process and led to the emergence of the current Military-Technical Cooperation, which will be studied here.

The theme chosen by us, discusses the bilateral cooperation between Angola and Portugal in the military ambit, in the domain of training and education. We wanted with this Applied Research Work (TIA), and always keeping us true to guidelines established by the directorate of education of the Military Academy, to study the Military-Technical Cooperation (CTM) focusing on the cooperation area of the projects developed in Angola and Portugal in favor of a qualitative improvement of the Angolan Army human resources. To achieve this objective, we took into account the agreements and programs signed between the two countries as well as the expenses of this bilateral relationship.

In general we wanted to assess the extent of this type of cooperation by studying the training and education for the development of the Angolan Army. It is also important to say that, the several years of cooperation already accrued reflects the interest of both countries to keep the historical and cultural bonds that united them.

With this research, it was possible to assess some opportunities and vulnerabilities that CTM involves, and the points on which most attention should lie concerning the structures involved in the process, in order to achieve a solid development of this cooperation. Thus, we verified that the biggest gamble of CTM must continue in the areas of training and education, engaging also in projects related to military engineering.

It was further found that the training of the Angolan soldiers in Portugal has contributed greatly to the enhancement of the Angolan Army human component and that the Angolan authorities show themselves more and more interested in training their own army. This interest is considered a key factor for the proper functioning of the CTM.

Despite the positive results that CTM has made in the area of training and education ambit, there is still a need for integrated training in the Angolan Army.

Keywords: INDEPENDENCE, COOPERATION, TRAINING, EDUCATION.

*“ Se quisermos mudar uma organização
teremos de começar por mudar as
pessoas que a servem ”*

General Lúcio do Amaral

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A formação ministrada na Academia Militar oferece aos alunos conhecimentos técnicos/científicos, além de um conjunto de valores éticos próprios de um oficial. Estes conhecimentos permitiram-nos escolher um tema e desenvolvê-lo, tendo em conta as exigências desta instituição que recentemente adoptou o processo de Bolonha, exigindo dos alunos uma responsabilidade acrescida e possibilitando-lhes, no final do curso, o alcance do grau de mestre.

Relevando que os militares formados na AM são directamente incorporados nos quadros permanentes do Exército Angolano, tivemos o ensejo de abordar os moldes e a evolução desta tipologia de formação até aos possíveis centros de incorporação efectiva.

Os primeiros anos de cooperação foram marcados pela guerra civil Angolana, facto que levou a que os militares acabados de formar na Academia Militar fossem logo incorporados nas fileiras, pondo em prática o que lhes foi ministrado durante a formação.

Actualmente, à semelhança do que acontece em Portugal, os militares formados integram nas diversas Unidades distribuídas pelo país, participando em exercícios, missões e garantindo a defesa e segurança do território Angolano. De acordo com as necessidades do Exército Angolano, os militares participam em acções de formação de curta ou de longa duração, podendo as mesmas serem ou não assessoradas por militares portugueses.

1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha desta temática reside na circunstância do estudante, de nacionalidade angolana, frequentar a Academia Militar ao abrigo da cooperação, bem assim pela vontade de querer perceber melhor o funcionamento da parceria entre estes dois países, nomeadamente ao nível da formação/ensino na área militar.

A relevância do tema deve-se ao facto de os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), pela sua especificidade, serem antes tratados no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, do que na cooperação bilateral entre os países. Perante esta conjuntura, os países membros dos PALOP têm nas suas Forças Armadas vários efectivos com formação baseada também numa doutrina estrangeira e actualizada, o que se traduz numa mais-valia quando adaptada à realidade do país. Daqui decorrem várias consequências, que alicerçadas numa maior proximidade e afinidade entre áreas comuns, não esquecem uma história partilhada de enorme alcance.

Sendo a formação e o ensino duas componentes fundamentais para, capacitar os recursos humanos de qualquer de instituição através da aquisição de conhecimentos, é urgente que se investigue e identifique aquilo que está bem e que pode ser melhorado, bem assim como aquilo que está menos conseguido e pode ser corrigido, ao nível da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa relativa aos projectos desenvolvidos no âmbito da formação e do ensino no Exército Angolano.

1.2. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Direccionámos o nosso estudo para um problema de solução possível, delimitando, dessa forma, a área a observar. Assim, do vasto tema que é a Cooperação Técnico-Militar optámos por analisar, apenas, os projectos de formação/ensino e o Programa Anual de Formação nas diversas U/E/O em Portugal, que se traduz em Cursos de Formação, Cursos de Promoção e Cursos de Qualificação.

Temporalmente, perspectivámos o nosso trabalho desde a independência de Angola até a actualidade. Os dados estatísticos referentes à formação em Angola e em Portugal foram estudados no período compreendido entre 1992 e 2007. Quanto a componente financeira, a mesma foi estudada nos últimos sete anos de cooperação militar entre os dois países.

A recolha inicial de dados feita junto dos oficiais da AM que estiveram em Angola no âmbito da cooperação, realizada logo em contexto exploratório, serviu também para a delimitação do tema a abordar. Foi com o contributo desses oficiais que reforçámos a ideia de querer favorecer a instituição que nos forma, estudando um assunto de interesse para a mesma e para o Exército.

1.3. QUESTÃO FUNDAMENTAL, QUESTÕES DERIVADAS E HIPÓTESES

A nossa investigação procurou responder à seguinte **questão central**: *Qual é o papel desempenhado pela Cooperação Técnico-Militar Portuguesa no âmbito da formação/ensino no Exército Angolano?*

Cientes da importância do método, delimitamos necessariamente o objecto de estudo com a precisão indispensável, respeitando os pressupostos de clareza, exequibilidade e

pertinência. Nesse ensejo, a nossa pergunta de partida abriu espaço a uma dinâmica de reflexão, dando origem a várias **questões derivadas**, que passamos a enunciar:

- *Quais foram os factores que levaram a obtenção de êxito nos projectos desenvolvidos?*
- *Quais são as oportunidades e vulnerabilidades adstritas a esta tipologia de Cooperação Técnico - Militar?*
- *Quais são os pontos fortes e pontos fracos identificáveis na prossecução destes projectos de formação/ensino?*

Face às questões levantadas e os objectivos propostos, desenvolvemos algumas hipóteses, que são:

- **Hipótese 1:** *A concepção dos projectos e as acções iniciais facilitaram o avanço dos projectos, conduzindo-os ao êxito actual;*
- **Hipótese 2:** *Existiu a vontade de Angola em passar para um modelo mais actual de formação de quadros, visando a profissionalização e obtenção de conhecimento tecnológico para acompanhar a globalização;*
- **Hipótese 3:** *O acompanhamento dado aos projectos, por parte das delegações de Portugal em Angola e a coordenação e execução da parte dos angolanos, ajudou a desenvolver os projectos ligados à formação e ao ensino;*
- **Hipótese 4:** *A estabilidade político-militar de Angola, com o fim da guerra e consequente estabilidade económica, possibilitaram meios de desenvolvimento da CTM;*
- **Hipóteses 5:** *Todos os cursos de formação ministrados em Portugal favorecem os interesses formativos dos alunos de Angola.*

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

As normas sobre as quais assenta a metodologia e a estrutura geral do trabalho têm origem nas Orientações para a Redacção de Trabalhos da Academia. Nas etapas do procedimento científico tivemos em conta alguns autores dos quais destacam-se Quivy e Campenhoudt.¹

Assim, o nosso trabalho exigiu o cumprimento de determinados vectores e regras, para se obterem a qualidade de autenticidade, de relevância e de rigor nos resultados finais.

¹ Cfr. QUIVY, Raimond e CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, 2.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1998, pp. 278 e 279.

Numa fase inicial, fizemos uma pesquisa documental, bibliográfica e de suportes electrónicos, exaustiva. Assim, na primeira parte do trabalho, começamos por estudar as origens da cooperação, depois abordamos a enquadrante africana e a relação com os demais países falantes do Português, de seguida focámo-nos na vertente da formação e ensino da CTM em Angola e Portugal, terminando esta parte com uma análise económica dos gastos inerentes à cooperação.

Para o trabalho de campo, parte dois do trabalho, deslocamo-nos à Angola para entrevistar os Directores Técnicos e algumas entidades angolanas e portuguesas. Aproveitamos, também, a referida viagem para proceder a observação directa, obtenção de relatórios e fichas dos projectos alvos do nosso estudo. A parte dois ficou constituída por uma apresentação, inicial, da metodologia utilizada, seguida da apresentação e análise dos resultados alcançados com a metodologia aplicada, culminando com as reflexões finais e as respectivas recomendações.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – AS ORIGENS DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM)

2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

Os laços históricos e culturais que ligam os dois países datam de longos anos. Uma análise a estas relações leva-nos ao tempo em que Portugal, com elevado poder marítimo, tinha várias províncias em África das quais Angola fazia parte. Tendo em conta que este estudo visa apenas uma abordagem de cariz académico, o mesmo será feito apenas a partir da independência de Angola.

Quando Portugal abandonou o território angolano, alcançando este país a independência, em 11 Novembro de 1975, cessaram em certa medida as relações entre os dois países. Essas relações foram retomadas passados dois anos da independência, e em 1978 procedeu-se a abertura da embaixada de Angola em Lisboa.²

Os dois países continuavam a procura de uma ligação mais sólida de reconciliação e aproximação. Assim, a realização dessa necessidade de partilha deu origem a assinatura, na cidade de Bissau, do Acordo Geral de Cooperação, que recomendava a constituição de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Angolana.³ Motivados pelo referido acordo, realçando outras áreas de cooperação, foi assinado em Luanda o Acordo de Cooperação Económica.

Com a chegada da independência o país mergulhou numa guerra civil, tendo alcançado a paz definitiva, apenas em Abril de 2002. Tendo em conta que a guerra civil, tal como refere Paul Collier, “*é desenvolvimento ao contrário. Prejudica o país e os seus vizinhos*”⁴, a cooperação não daria, necessariamente, grandes passos.

² Fonte: www.embaixadadeangola.org, em 5 de Março de 2009, às 14h00.

³ Fonte: www.embaixadadeangola.org, em 5 de Março de 2009, às 14h00.

⁴ Cfr. COLIER, Paul – ***Os Milhões da Pobreza***, Lisboa, Casa das Letras, 2010, p. 47.

Cumprindo com o dever de ajudar na resolução do conflito e na tentativa de não querer quebrar os laços com o país irmão, Portugal participa numa série de missões de paz, nomeadamente Missão Temporária de Portugal Junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola (MTPJEPPA) (1991/92), resultante do Acordo de Paz de Bicesse assinado em 31 de Maio de 1991; UNAVEM III (1995/97); finda esta última inicia-se a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA). Importa ainda referir que, nesse período Portugal esteve, também, em Moçambique para a Missão Portuguesa em Moçambique (1993/94).⁵ A boa prestação dos militares portugueses nos processos de paz de Angola e Moçambique vieram dar um grande impulso à CTM de Portugal com os PALOP.⁶

Os vários acontecimentos históricos, culturais, políticos e a língua comum mantiveram estes dois países unidos durante longos anos.

2.2. OS PRIMEIROS ACORDOS E O SURGIMENTO DA CTM PORTUGUESA COM ANGOLA

A partilha da mesma língua levou a que Portugal e os vários países falantes do Português mantivessem fortes relações bilaterais, o que conduziu a vários acordos, entre eles os referentes a Defesa. Incluímos os aspectos referentes aos outros PALOP para termos uma visão mais ampla do assunto. Nos encontros realizados inicialmente com esses países, os pontos mais discutidos foram os referentes ao orçamento para a realização do projecto e o respectivo enquadramento constitucional.

Passado alguns anos, entre 1985/89, assinaram-se Acordos de Cooperação Técnica no Domínio Militar, envolvendo apenas alguns países dos PALOP: Cabo-verde em Junho de 1988, São Tomé e Moçambique, em Dezembro de 1988, Guiné-Bissau em Janeiro de 1989.⁷

A cooperação com os PALOP já ia adiantada, à excepção de Angola já todos haviam apresentado as suas necessidades em trocar experiências com Portugal no âmbito militar. Entretanto, este último foi criando estruturas e um conjunto legislativo para orientar o funcionamento desta relação bilateral. Nisso, em 13 de Julho de 1989, é criada a Direcção Geral de Política de Defesa Nacional⁸ (DGPDN) concentrando atribuições dispersas por Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Estado Maior General das Forças Armadas

⁵ Cfr. PAULA, Coronel Rodrigues de – “Operações de apoio à paz e Cooperação Técnico-Militar com os PALOP” in AAVV – **Jornal do Exército**, nº462-463, Lisboa, EME, 1998, pp. 6 e 7.

⁶ Fonte: www.ieei.pt, em 14 de Junho de 2010, às 9h28.

⁷ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) – **Relatório de Actividades 2004**, policopiado, Lisboa, EME, 2004, p. 10

⁸ Este órgão é responsável por grande parte dos encargos da cooperação, como veremos mais adiante.

(EMGFA) e Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (MDN). Em 27 de Outubro de 1989, na DGPDN, é criado o Departamento de Cooperação Técnico-Militar (DCTM) para estudo, planeamento, acompanhamento e avaliação da cooperação militar com os PALOP.⁹

Do conjunto legislativo, acima referido, destacam-se o despacho de 26 de Março de 1990 do MDN que traz o Estatuto do Militares dos PALOP durante a frequência de Cursos ou Estágios nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos das Forças Armadas Portuguesas, o despacho nº42/MDN/91, de 27 Março, que define os níveis de intervenção e de responsabilização na preparação e acompanhamento no âmbito da CTM e por último, o despacho nº 43/MDN/91 que define as responsabilidades dos principais intervenientes na política de cooperação.¹⁰

O caso de Angola carecia, ainda, de uma atenção especial devido a situação político-militar instável que apresentava. A Cooperação Técnico - Militar com este país continuava enquadrada apenas pelo Acordo Geral de Cooperação assinado em 1978¹¹, assentando no estabelecimento, por uma comissão luso - angolana, dum programa específico anual que definia os projectos em execução. A partir de meados de 1991, Angola passou a beneficiar, oficialmente e em igualdade de circunstâncias com os restantes PALOP, do programa anual de formação técnico-militar em Portugal.¹²

Com a designação inicial de Cooperação Técnico - Militar Luso - Angolana, deu os seus primeiros passos em 1993, cumprindo o estabelecido no Acordo de Paz de Bicesse¹³. Nessa altura já se encontravam, em Portugal, militares angolanos a frequentar o ano lectivo 92/93, cumprindo o programa de formação referido no parágrafo anterior.

A cooperação tal como é conhecida actualmente, teve a sua origem no Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa e Militar assinado em 3 de Outubro de 1996, entre os dois países nas pessoas dos seus Ministros da Defesa Nacional.¹⁴ É este o documento que contém as linhas orientadoras para as actividades desenvolvidas no presente. O acordo de cooperação foi ratificado, um ano depois da sua assinatura, facto que levou a Comissão Mista Luso-Angolana (CMLA)¹⁵ a definir para o Biénio 1998/99, um programa-quadro com 6 projectos e 20 subprojectos.¹⁶

⁹ Ver *Idem*, p.11.

¹⁰ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 16.

¹¹ Fundamentalmente assente nas alíneas do Artº 2 do referido acordo.

¹² Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) - *Relatório de Actividades 2004...*, *op. cit.*, p. 43.

¹³ Cfr. RODRIGUES, Coronel Castro – “ A CTM Luso-Angolana no início de 2001 ” in AAVV – *Jornal do Exército*, nº492, EME, Lisboa, 2001, p. 24.

¹⁴ Ver *Ibidem*.

¹⁵ Grupo composto por membros dos dois países que se reúne, pelo menos, uma vez por ano (ver artº9 do Acordo de Cooperação). Este órgão realizou a sua primeira reunião em Lisboa no dia 29 de Setembro de 1997.

¹⁶ Cfr. PAULA, Coronel Rodrigues de – “ Operações de apoio à paz e Cooperação Técnico-Militar com os PALOP ” in AAVV – *Jornal do Exército*, nº462-463, Lisboa, EME, 1998, p.8

Ficou, também, acordado que, para a materialização das acções é definido, inicialmente, numa Reunião da Comissão Mista um Programa-Quadro, com um horizonte temporal de 2 a 4 anos, que contém os Projectos que decorrem de solicitações apresentadas pelas autoridades angolanas. Cada projecto possui dois DT, um Português e um Angolano, que possuem as Fichas dos projectos sobre a sua alçada com os objectivos (globais, específicos e técnicos) incluídos, o conteúdo de cada projecto, os recursos humanos, financeiros e materiais, assim como a calendarização das acções.¹⁷

Neste momento, passados vários anos de cooperação, a CTM comporta 12 Projectos enquadrados no Programa-Quadro para o Quadriénio 2007-2010, desenvolvidos na sua maioria em Angola à excepção da formação em Portugal que, segue os parâmetros definidos no Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal¹⁸, como veremos no Capítulo 4.

As datas e os acontecimentos aqui descritos permitem-nos construir uma ideia de como evoluiu o acordo em questão. Contudo, de modo a resumir o processo evolutivo, entre as várias abordagens que encontramos escolhemos a do General António Ribeiro que, caracterizou a cooperação com as seguintes fases:

- Fase de Pacificação das relações PALOP/Portugal (1978 – 1989);
- Fase de Consolidação da CTM (1990 – 1994);
- Fase de Sustentação (a partir de 1995).¹⁹

Como podemos ver pelas datas dos acontecimentos, estas fases abarcam tudo aquilo que foi descrito até agora. Contudo, acrescenta-se à Fase de Consolidação a reorganização das FA Portuguesas feita em 26 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei nº 47/93, que determinou as novas competências do MDN, redefinindo a missão da DGPDN; o Decreto Regulamentar n.º 42/94 que cria, no Gabinete do CEME (GabCEME) a Secção de Cooperação e Alianças com a missão de estudar, planear e coordenar as acções de CTM.²⁰ Na última fase, Fase de Sustentação, que consiste fundamentalmente em reuniões, definição e aprovação dos novos programas-quadro, importa realçar a participação de Angola no “ORION 96”, a ligação com a OUA (Organização da Unidade Africana), que será

¹⁷ Cfr. CARVALHO, André Gaspar Mendes – **Caracterização da Cooperação Técnico-Militar entre a República de Angola e a República Portuguesa no Domínio da Defesa**, Luanda/Angola, DNRI, 4 de Novembro de 2008, p. 1.

¹⁸ Cfr. CARVALHO, André Gaspar Mendes - **Memorando sobre a Cooperação Técnico-Militar entre a República de Angola e a República Portuguesa**, Luanda/Angola, DNRI, 19 de Novembro de 2009, pp. 1-2.

¹⁹ Cfr. RIBEIRO, General António Gonçalves – “ Cooperação Técnico-Militar (CTM): Antecedentes, situação actual e desenvolvimentos previsíveis ” in AAVV – **Jornal do Exército**, nº462-463, Lisboa, EME, 1998, p. 30.

²⁰ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 23.

abordada no decorrer do trabalho, e a realização de actividades de âmbito social, como é o caso das actividades referentes ao Programa AFRICA (Apoio Fisiátrico a Crianças Angolanas Amputadas Vítimas de Mina).

2.3. OS OBJECTIVOS DA COOPERAÇÃO E O PAPEL CENTRAL DO EXÉRCITO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO, DO ENSINO E DA FORMAÇÃO

A CTM já caminha com passos seguros e tendo em conta os objectivos que pretende atingir, pode ser definida como o conjunto de acções que têm como finalidade modernizar e ajustar as Forças Armadas dos países em desenvolvimento às realidades socioeconómicas dos respectivos países, através da adequação das suas estruturas, organizações e missões, conferindo-lhes capacidade para a defesa da soberania, da autonomia, dos interesses económicos e do bem-estar das respectivas populações, num contexto democrático e com as FA sob o controlo do poder político.²¹ De uma forma mais detalhada, Portugal pretende com a CTM, realizar uma série de objectivos Permanentes, Políticos e Estratégicos:

- Afirmar a presença de Portugal no Mundo pela participação activa das Forças Armadas Portuguesas na sustentação da Política Externa do Estado, especialmente com os Países de Língua Portuguesa, contribuindo para o Apoio ao Desenvolvimento;
- Contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono, e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em especial, reforçando os laços culturais, históricos e económicos, e o uso da língua portuguesa, e projectando a visão humanista da Lusofonia;
- Contribuir para a segurança e a estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste, através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos, constituindo-se como factor estruturante dos Estados e das Nações, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade nacional.²²

Dessa forma, Portugal consegue garantir a continuidade dessa relação, relevando os objectivos que mais se enquadram no contexto político e social dos PALOP, o que se vai

²¹Cfr. SANTOS, Victor Madeira – “ Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento” in AAVV – **Nação e Defesa**, nº 82, 1997, pp. 127 e 128

²² Fonte: www.mdn.gov, em 27 de Junho de 2010, às 01h16.

reflectir nos projectos que mais se enquadram na conjuntura política, económica e social de cada um dos países.

O funcionamento da cooperação, em Portugal, de modo a se alcançarem os objectivos preconizados é garantido por uma estrutura onde se processa a análise, proposta, implementação e sustentação dos projectos.

Assim sendo, tendo em conta o Fluxograma²³ da CTM e apoiando-nos no artigo do TCor. Ferreira²⁴, resumimos as entidades intervenientes no processo e as suas actividades, com especial atenção para o contributo do Exército.

Politicamente, a CTM encontra-se enquadrada na Política Nacional de Cooperação e desenvolve-se no quadro do Ministério da Defesa Nacional. Este departamento, de acordo com o DL n.º 47/93, é o departamento responsável pela preparação e execução da política de defesa nacional.

Cabe ao MDN o cumprimento do Acordo de Cooperação, em coordenação com o MNE e, através da DGPDN, preparar e negociar os programas-quadro para apresentar à Comissão Mista.

A Direcção Geral de Política e Defesa Nacional, do MDN, centraliza a CTM, tem a responsabilidade do estudo, planeamento, coordenação, avaliação e acompanhamento da execução da CTM.

O Exército tem na sua dependência a ETR (Entidade Técnica Responsável) da qual recebe propostas para os Projectos. Assim, ao Exército, incumbe a execução da CTM em total autonomia técnica, acompanhando, em estreita ligação com a DGPDN, a execução dos Acordos e Protocolos Técnicos em que sejam intervenientes as unidades na sua dependência.

A Entidade Técnica Responsável (ETR) acompanha, apoia e avalia o desenvolvimento do projecto de acordo com os objectivos estabelecidos. Esta entidade tem na sua dependência o DT.

O Director Técnico (DT) planeia, dirige e executa o projecto, avalia os resultados e propõe as alterações necessárias ao respectivo desenvolvimento bem como as qualificações dos assessores a nomear para desempenhar funções no projecto.

O Exército encontra-se representado no centro do fluxograma com o GabCEME que desempenha um papel central através da sua Secção de Cooperação Militar e Alianças, referida anteriormente.

No decorrer do processo de cooperação, para que cada um dos órgãos funcione ao longo dos anos, é necessário fazer-se uma análise, visando um reforço, melhoria ou a

²³ Ver Anexo A – Fluxograma da CTM.

²⁴ Cfr. FERREIRA, TCor Armando – “Cooperação Técnico-Militar com Angola: Projecto 6 – Escola de Administração Militar” in AAVV – **Revista da EPS**, nº1, Póvoa de Varzim, EPS, 2009, p. 13.

eliminação de projectos ou actividades. O General Gonçalves Ribeiro aconselha a relevância de certos aspectos com vista o cumprimento dos interesses de Portugal e a observância das linhas orientadoras:

- O diálogo permanente estabelecido com as Autoridades dos PALOP;
- A estreita coordenação como o MNE;
- A ligação permanente com os ramos das Forças Armadas;
- A indispensável comparticipação dos nossos Adidos de Defesa;
- A relevante actividade dos Directores Técnicos dos Projectos;
- A dedicação, a competência e a natural capacidade de adaptação às novas tarefas por parte dos oficiais e sargentos das Forças Armadas Portuguesas envolvidos em acções da CTM.²⁵

Facilmente percebemos que, o general aconselha a uma melhor relação entre os órgãos intervenientes no fluxograma acima referido.

²⁵ Cfr. RIBEIRO, General António Gonçalves – “ Cooperação Técnico-Militar (CTM): Antecedentes, situação actual e desenvolvimentos previsíveis ” in AAVV – ***Jornal do Exército***, nº462-463, Lisboa, EME, 1998, p. 31.

CAPÍTULO 3 – A COOPERAÇÃO MULTILATERAL

3.1. A COOPERAÇÃO MULTILATERAL NAS ÁREAS DE SEGURANÇA E DEFESA EM ÁFRICA

Até aqui vimos uma relação bilateral entre Portugal e os PALOP, dos quais destacou-se Angola para o contexto do trabalho. Nas próximas linhas abordaremos um outro tipo de cooperação, a multilateral, que constitui um dos vectores da política externa de Portugal.

A cooperação multilateral caracteriza-se por um relacionamento entre diversos países, normalmente enquadrados numa determinada organização. Estas podem ser de natureza regional, como é o caso da União Europeia (UE) ou de carácter internacional, como a Organização das Nações Unidas.²⁶

O programa para este tipo de cooperação multilateral deve ter em conta alguns princípios norteadores, dos quais destacamos: o da *eficácia*, que visa garantir os resultados e a continuidade do projecto de desenvolvimento; o princípio da *não discriminação*²⁷ e do *estado de direito*, que permite garantir a universalidade do projecto.²⁸

No continente africano, prestam o seu contributo, multilateralmente, algumas organizações como a ONU, NATO e a UE e também alguns Estados (EUA, China, França, Reino Unido e Portugal), têm actualmente projectos e estratégias nestas organizações sub-regionais, nomeadamente na aquisição de meios militares e na formação de quadros e tropas no âmbito das *African Standby Forces*, que também serão aqui estudadas.²⁹

A participação de Portugal em África, nesse contexto, já dura há mais de 30 anos. O que contribui de certa forma, para que Portugal seja tido no quadro das ORA (Organizações Regionais Africanas), NATO e da ONU como um parceiro credível em torno das questões de cooperação. Essa face multilateral, de Portugal para África, centra-se principalmente na CPLP e nas ORA, como teremos a oportunidade de verificar. Para a efectivação desta relação multilateral foram definidas algumas prioridades, de onde se destacam:

²⁶ Fonte: www.prociv.pt, em 7 de Junho de 2010, às 21h34.

²⁷ O projecto deverá elevar o nível de bem-estar de toda a sociedade e não apenas beneficiar uma região ou um sector ou grupo de população local.

²⁸ Cfr. MONTEIRO, Ramiro – *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ªed, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 194.

²⁹ Cfr. BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 172.

- A capacitação das FA dos PALOP para a participação em Operações Humanitárias e de Paz;
- Instalação de estabelecimentos fabris militares para atenuar a dependência de outros países e desenvolver a mão-de-obra local;
- Criação e sustentação de estabelecimentos de ensino militar, perspectivando a adopção de uma doutrina comum;
- Realização de palestras, seminários e conferências sobre matérias de segurança e defesa, com vista a consolidação do papel da instituição militar.³⁰

No continente africano os conceitos de segurança e defesa, assentam essencialmente sobre o papel das organizações regionais e sub-regionais africanas.

3.1.1. AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AFRICANAS

Concluído o processo de independências, surge o momento dos países africanos afirmarem as suas independências e existência, desenvolvendo-se a cooperação entre eles.

Esses países procuram com isso, estratégias para a sua integração e desenvolvimento. A intenção de se unirem, visa colmatar as dificuldades que assolam esses países nas várias áreas. Tal como refere Ramiro Monteiro, *“a resposta dos actuais Estados a estes desafios passa pelo reforço de cooperação, de associação e de integração, regionais e/ou internacionais”*³¹. A vantagem da integração nessas organizações vai desde as económicas e financeiras até as referentes a segurança e a paz regional.

Do grosso das organizações regionais e sub-regionais africanas, destacaremos aquelas que têm estado empenhadas em liderar o processo de desenvolvimento e de segurança regional, ganhando com isso um papel de relevo na dinâmica regional. Essas organizações assumem, dessa forma, um papel importante no âmbito da arquitectura de paz e segurança continental africana. Assim, aferiremos os contributos das seguintes organizações: União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Comunidade dos Estados Sahelo-

³⁰ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 152.

³¹ Cfr. MONTEIRO, Ramiro – **A África na Política de Cooperação Europeia**, 2ªEd, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 96.

Saarianos (CEN-SAD) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Algumas dessas organizações integram membros da CPLP, particularmente dos PALOP.³²

A SADC, que integra dois países dos PALOP (Angola e Moçambique), é considerada como uma organização de grande destaque, chegando mesmo a ser considerada a experiência de integração melhor conseguida no continente.³³ Portugal presta o seu contributo, nesta organização, como membro da CPLP junto dos PALOP.

Nos ombros dessas ORA repousam os atributos, deveres e responsabilidades relacionadas com a satisfação das condições essenciais para as populações, principalmente o desenvolvimento social, económico e a segurança. As acções de carácter económico-financeiras realizadas pelas ORA, principalmente ao nível sub-regional, em que à semelhança do que se faz noutras partes do mundo, tentam criar as bases para uma sociedade mais democrática, onde a economia de mercado dita as regras num mercado mais amplo, o mercado global. A integração com a economia global, em certas condições e na medida certa, pode ser a mola impulsionadora do desenvolvimento sustentado que se pretende para o futuro no continente africano.³⁴

3.1.2. A UNIÃO AFRICANA (UA)

Esta é a maior das organizações africanas. Foi criada em 2000 na Cimeira de Lomé, com a finalidade de garantir o desenvolvimento do continente e a segurança, antevendo um futuro melhor. Integra as cinco principais organizações sub-regionais, perfazendo um total de 53 países membros. Sucede a OUA (Organização de Unidade Africana) e tem como um dos eixos principais a paz e a segurança. Deu início ao exercício das suas funções dois anos após a sua criação. Essa organização funciona segundo a estrutura apresentada na figura que se segue.

³² Ver Apêndice A – As Organizações Regionais e Sub-regionais Africanas.

³³ Cfr. MONTEIRO, *op. cit.*, p. 98.

³⁴ Cfr. BERNARDINO, Luís – ***Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa***, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 152.

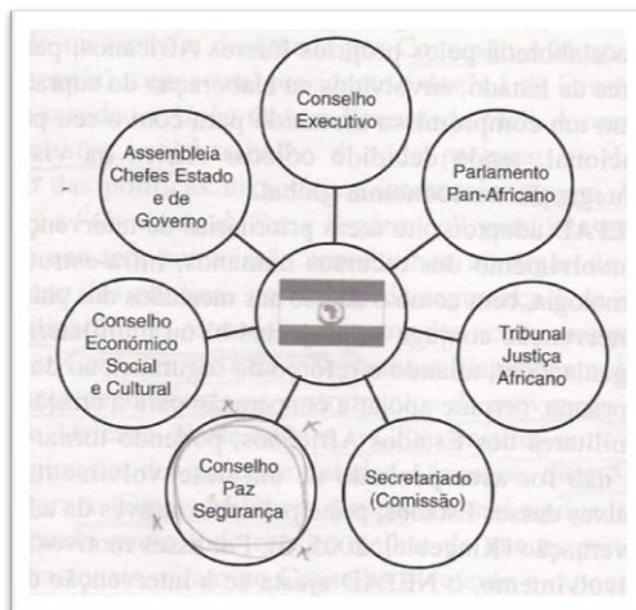


Figura 1 - Órgãos da União Africana³⁵

Dessa estrutura, destaca-se o Conselho de Paz e Segurança, implementado em Maio de 2004. O mesmo mudou a relação entre as organizações regionais e sub-regionais, possuindo um papel integrador e coordenador das actividades de segurança. O destaque dado ao referido órgão deve-se, também, ao papel que o mesmo desempenha na Arquitectura de Paz e Segurança Africana, como podemos verificar na figura abaixo.

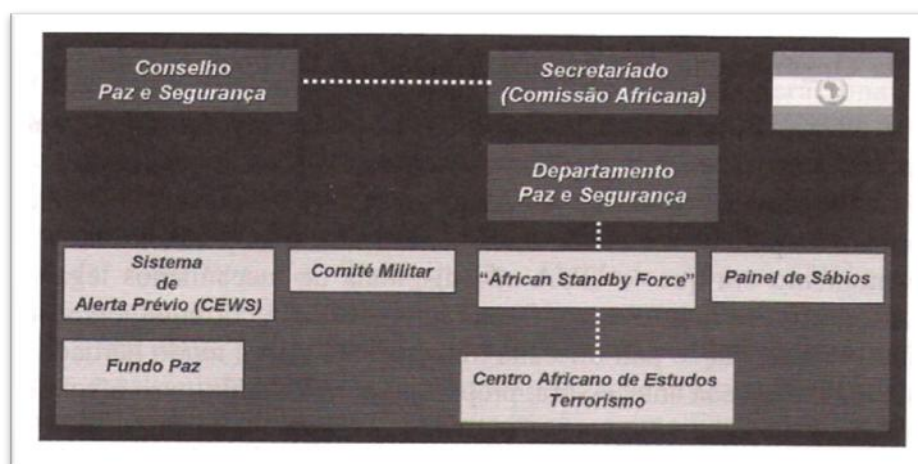


Figura 2 - Arquitectura de Segurança e Paz Africana³⁶

A UA possui mecanismos próprios que visam o sucesso nas intervenções ou gestão de conflitos regionais e na prevenção dos mesmos. Entre os vários mecanismos instalados com vista o cumprimento dos objectivos anteriormente referidos, destaca-se o Sistema de

³⁵ Fonte: BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África...*, op. cit., p. 159

³⁶ Fonte: *Idem*, p. 155

Alerta Continental (*Continental Early Warning System* - CEWS) que se encontra, juntamente com os outros sistemas, implementado nas áreas da IGAD, SADC, ECCAS e na CEDEAO.³⁷ Com este mecanismo, a UA pretende ter um indicador regional e para a Comunidade Internacional para a prevenção de conflitos e aumento da segurança nos países membros.

Dos órgãos que constituem a Arquitectura Africana de Paz e Segurança importa também realçar a ASF (*African Standby Force*) e o CAERT (Centro Africano de Estudos e Pesquisas sobre o Terrorismo). Este último, visa aumentar a capacidade da UA na prevenção e combate ao terrorismo em África e nos seus programas de formação abre portas para o contributo da UE e dos EUA.

A materialização do sistema de defesa é garantida pelas ASF, conceito aprovado em 2003 com a intenção de criar 5 brigadas associadas as cinco sub-regiões. Visa a prevenção e resolução de conflitos regionais de forma eficaz. Assim, tem como objectivo primordial a promoção da paz, segurança e a estabilidade do continente. Encontra-se, neste momento em fase adiantada na formação nas componentes (IGAD, CEDEAO e SADC). Esta força tem sido considerada a aposta certa para resolução de conflitos. O dispositivo desta força assenta fundamentalmente nas *African Standby Brigades* (ASB) que garantem os aspectos de segurança e defesa, principalmente na prevenção de conflitos, juntamente com os outros dispositivos abordados anteriormente.

3.2. A COMPONENTE DE DEFESA DA CPLP E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE ANGOLA

Analisaremos agora os encontros que deram origem aos acordos de cooperação no âmbito da Defesa e que levaram a constituição da componente de defesa e segurança da CPLP, bem como alguns aspectos relevantes sobre esta comunidade.

A componente de Defesa da CPLP constituiu uma área de preocupação desde a sua criação, apesar de não constar na sua Declaração Constitutiva de 17 de Julho de 1996³⁸ preocupações ou objectivos de cooperação no domínio da Defesa.

Os aspectos referentes à Defesa foram reforçados na altura da 1ª Reunião de Ministros da Defesa, realizada no primeiro semestre de 1998.³⁹

³⁷ Ver *Idem*, p. 155.

³⁸ Cfr. MONTEIRO, Ramiro – *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ª Ed, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 163.

³⁹ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 155.

Depois da 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília em 2002, a cooperação na área da Defesa passou a fazer parte dos estatutos da CPLP e as Reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais sectoriais.⁴⁰

Os aspectos referentes a Segurança e a Defesa no seio da CPLP podem ser descritos conforme a figura em anexo.⁴¹

Um novo impulso foi dado na área da Segurança, com a realização da IX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em Setembro de 2006, na cidade da Praia, em Cabo Verde, na qual os Ministros aprovaram o Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa. Este Protocolo define princípios gerais de cooperação entre os Estados-Membros da CPLP visando a promoção e a facilitação da cooperação no domínio da Defesa; a criação de uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar; a promoção de uma política comum de cooperação no âmbito da Defesa Militar e o fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.⁴² Com base neste acordo, são identificados vectores fundamentais⁴³, que se constituem como mecanismos para a afirmação da Segurança, designadamente:

- A solidariedade entre dos Estados Membros em situações de desastre ou agressão que ocorram num dos países da comunidade, respeitadas as legislações de cada Estado Membro, e nos termos das normas estabelecidas na Carta das Nações Unidas;
- A sensibilização das comunidades nacionais quanto à importância do papel das Forças Armadas na defesa da Nação, em outras missões de interesse público e no apoio às populações em situações de calamidade ou desastres naturais;
- A troca de informação, o intercâmbio de experiências e metodologias, e a adopção de medidas de fortalecimento da confiança entre as Forças Armadas dos Estados Membros;
- O prosseguimento dos exercícios militares conjuntos e combinados da série “FELINO”;
- A procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais.⁴⁴

⁴⁰ Cfr. BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África...*, *op. cit.*, p. 184.

⁴¹ Ver Anexo B – Agenda da Componente de Segurança e Defesa da CPLP.

⁴² Cfr. JUNQUEIRA, *op. cit.*, p. 162.

⁴³ Esses vectores encontram-se explicitados no art. 4.º do referido protocolo.

⁴⁴ Fonte: www.mdn.gov, em 22 de Junho de 2010, às 22h46.

Esta organização possui um conjunto de estruturas que operacionalizam a sua vertente de Defesa e Segurança, as peças tidas como os pilares do diálogo no âmbito da ligação entre os Estados-membros para as dinâmicas da segurança e da defesa.⁴⁵

A estrutura supracitada funciona baseada em encontros e reuniões entre os seus órgãos⁴⁶. Assim, ao nível institucional estão previstas reuniões anuais dos Ministros da Defesa Nacional, dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas, dos Directores-Gerais de Política de Defesa Nacional, dos Directores dos Serviços Informações Militares e do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP. Alguns desses órgãos merecem destaque devido a sua especificidade e as funções que desempenha no âmbito da componente de Defesa:

- O **Secretariado Permanente de Defesa dos Países de Língua Portuguesa** (SPAD)⁴⁷, criado em 1999 na 2ª Reunião de Ministros da Defesa, tem sede em Lisboa. A primeira reunião realizou-se dois anos após a sua criação, a 28 de Março, visando colmatar a lacuna, inicial, nos aspectos referentes a defesa, tendo sido com a mesma aprovado o documento sobre a globalização da CTM;
- O **Centro de Análise Estratégica** (CAE)⁴⁸, tem sede em Maputo, Moçambique, e como missão, analisar a envolvente internacional na área de segurança e defesa. Realiza pesquisas, estudos e difunde conhecimentos no domínio da estratégia, com interesse para os objectivos da comunidade. Possui uma estreita ligação com o IESM, em Portugal;
- Os exercícios da série “**FELINO**”, que permitem a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treino para o emprego das mesmas em operações humanitárias e de apoio à paz, quer no quadro da CPLP, quer no quadro das Organizações Regionais e Sub-Regionais, sendo, em qualquer dos casos, sempre sob a égide da Organização das Nações Unidas. Permite, com isso a uniformização de procedimentos entre os estados membros, reforçando o papel da CPLP na prevenção de crises regionais.⁴⁹

A componente de Segurança e Defesa teve um avanço cronológico, como podemos ver pela figura, que faz um resumo desde a criação da Comunidade, passando pelos

⁴⁵ Ver Anexo C – Os Mecanismos de Defesa da CPLP.

⁴⁶ Consultar Art. 5.º do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa no Domínio da Defesa (15 de Setembro de 2006).

⁴⁷ Consultar Art. 12.º do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa no Domínio da Defesa (15 de Setembro de 2006).

⁴⁸ Consultar Art. 11.º do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa no Domínio da Defesa (15 de Setembro de 2006).

⁴⁹ Esses exercícios são determinados e acompanhados pelo órgão Reunião de MDN ou equiparados dos Estados-Membros.

principais impulsionadores da componente de Defesa e Segurança, até a assinatura da cooperação no domínio militar.

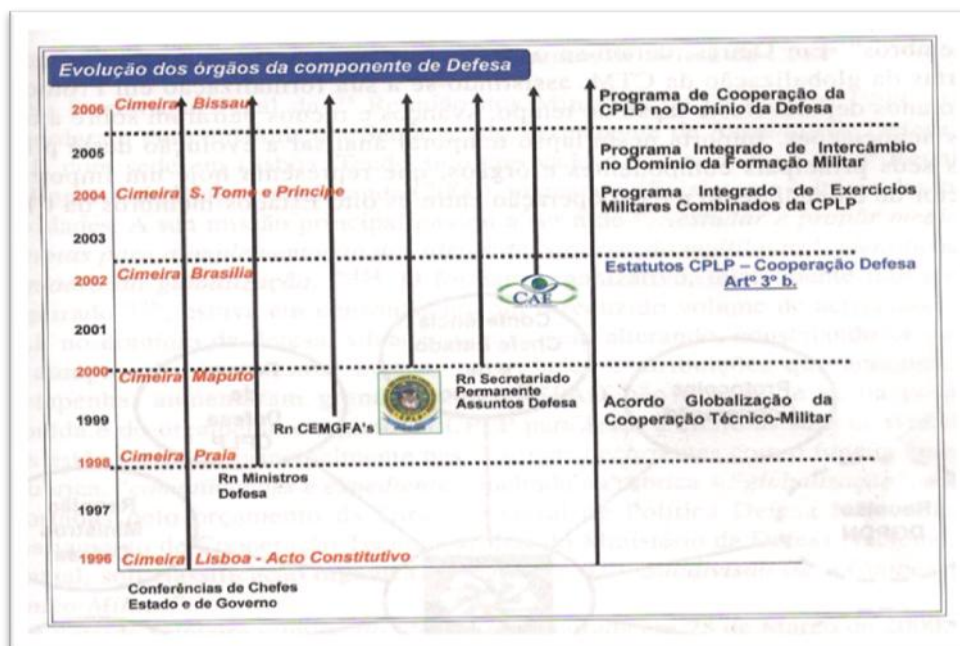


Figura 3 - Evolução da Componente de Defesa da CPLP⁵⁰

Portugal, através da influência que detém na CPLP, tem no contexto das ORA um papel importante a desempenhar. Estas referências apontam para uma clara importância lusa no actual contexto regional africano. Tal como vimos anteriormente, as ORA são os principais fomentadores da Paz e da segurança no continente. Qualquer intervenção da comunidade internacional e outras organizações deverá passar por elas. Devem, por isso, ser vistas como sendo o eixo privilegiados de acção das estratégias de acção de Portugal e especialmente da CPLP para África. De lembrar que encontram-se neste continente, 5 dos integrantes da CPLP com assento nas organizações africanas.

Alguns acontecimentos marcaram a o contributo de Portugal, através da CPLP, nos PALOP.

A CPLP estabeleceu em 1998 um diálogo com a OUA e com a CEDEAO, aquando da crise na Guiné-Bissau. Com a CEDEAO, foi constituído um Grupo de Contacto Internacional para a Guiné-Bissau (GCIGB). Nesse grupo encontram-se países como: Portugal, Angola, Guiné-Conacri, Senegal, Gâmbia, França Nigéria, Gana e Níger e várias organizações: ONU, UE, CPLP e CEDEAO.⁵¹ Podemos ver que a vontade de colaborar é recíproca, visto que as ORA também têm interesse em conferir maior legitimidade para as intervenções regionais sob a égide das Nações Unidas. Considerando-se desejável um

⁵⁰ Fonte: BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África...*, op. cit., p. 185

⁵¹ Ver *Idem*, p. 191.

maior ênfase desta CTM com os países africanos no domínio da formação vocacionada para o desenvolvimento de capacidades no âmbito da execução de operações humanitárias.⁵²

A interligação com as ORA, no que concerne a Arquitectura de Paz e Segurança Africana, pode-se fazer pela via do reforço das capacidades individuais dos Estados-membros da CPLP, por via da CTM, conferindo-lhes capacidades para intervirem com os seus pares, pois em cada uma das ORA existe uma componente militar, a quem compete restabelecer a paz regional em superior concordância com a UA e a ONU.⁵³ A figura que se segue sintetiza o que foi referido sobre as relações entre a CPLP e as ORA.

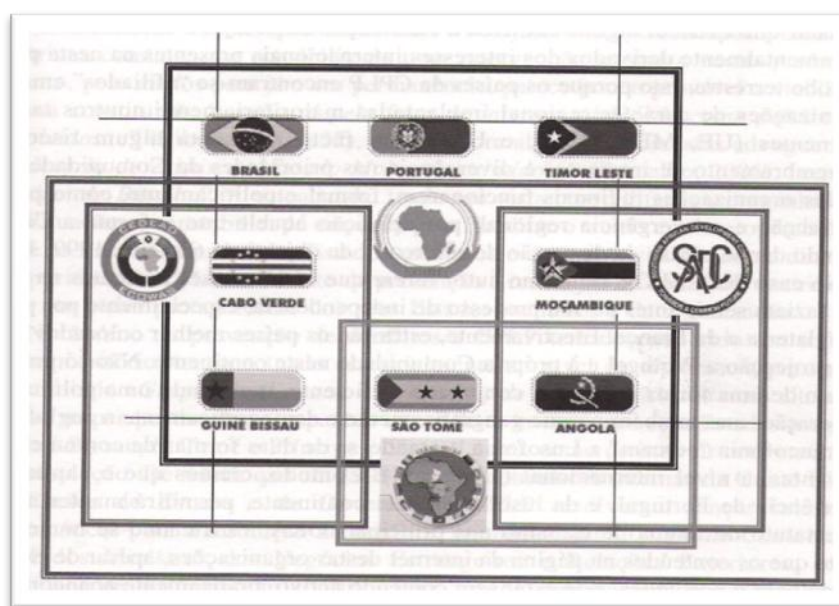


Figura 4 - A CPLP e as Organizações Regionais Africanas⁵⁴

Neste cenário, países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e eventualmente S. Tomé e Príncipe e com menor grau de probabilidade a Guiné-Bissau, podem ter uma oportunidade de afirmação geoestratégica nos seus respectivos espaços regionais de inserção, constituindo por essa via, um vasto campo de intervenção para o reforço da Cooperação Técnico - Militar, bilateralmente com Portugal ou multilateralmente no quadro da CPLP, mas preferencialmente e desejavelmente, em interacção e cooperação estratégica com as organizações Regionais Africanas onde os PALOP têm legítimo assento.⁵⁵ Dessa forma, Portugal tem a possibilidade de exercer uma maior afirmação no mundo, sendo este um dos objectivos da CTM, e uma maior projecção a nível internacional. Tal como referem João Junqueira e Rui Pires, a política de cooperação externa “ *deve ser vista como um*

⁵² Ver *Idem*, p. 193

⁵³ Ver *Idem*, p. 192.

⁵⁴ Fonte: BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 193.

⁵⁵ Ver *Idem*, p. 162.

instrumento de acção estratégica essencial para a afirmação dos interesses portugueses visando, entre outros, o reforço do relacionamento de Portugal (...) no seio da CPLP, e a potenciação dos objectivos e dos instrumentos da cooperação, através duma participação adequada no sistema multilateral”⁵⁶.

Portugal vem ajustando a sua política perspectivando uma melhor ligação com os países africanos. As várias Resoluções do Conselho de Ministros consideram prioritária a intervenção nos PALOP e em Timor Leste. Como reforço à esta intenção, foi apresentado, em 3 de Abril de 2006, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional o Programa de Apoio às Missões em África (PAMPA) com uma reorientação estratégica da CTM.⁵⁷ Este programa desenvolve-se segundo quatro eixos de acção. Desses eixos, destacamos o 2º Eixo, que prevê a criação de Centros de Excelência localizados nos diversos PALOP: Comandos, em Angola; Fuzileiros, em Moçambique; Pilotos Aviadores, em Angola; Polícia Militar, em Cabo Verde e um Centro de Instrução de Apoio à Paz, em Angola.⁵⁸ Como podemos, constatar 3 desses centros ficarão localizados em Angola. Este facto deve-se às capacidades já criadas com Angola no âmbito da CTM.

⁵⁶ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 167.

⁵⁷ Fonte: www.revistamilitar.pt, em 10 de Maio de 2010, às 18h54.

⁵⁸ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui, **op. cit.**, p. 171.

CAPÍTULO 4 – A VERTENTE DA FORMAÇÃO E DO ENSINO

4.1. DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS-QUADRO DE CTM

Os programas-quadro são negociados e aprovados em reunião da Comissão Mista Luso-Angolana. Os mesmos comportam um conjunto de projectos que espelham as necessidades que Angola apresenta nas diversas áreas das suas FA, desde a organização da sua estrutura superior, a formação e capacitação dos seus militares até aos diversos serviços de Logística e Assistência Sanitária.

Apresentaremos de seguida os programas-quadro que foram desenvolvidos com Angola até ao presente. Com esta abordagem visamos uma melhor interpretação dos pontos subsequentes. Importa ainda referir que os dados apresentados foram estudados por João Junqueira e Rui Pires.⁵⁹

Os programas-quadro desenvolvidos são os seguintes:

- Programa-quadro para o ano de 1993;
- Programa-quadro para o ano de 1994;
- Programa-quadro para o ano de 1995
- Programa-quadro para os anos de 1996 e 1997;
- Programa-quadro para o biénio 1998 – 1999 e para o ano 2000;
- Programa-quadro para o triénio 2001 – 2003;
- Programa-quadro para o triénio 2004 – 2006;
- Programa-quadro para o quadriénio 2007 – 2010.

Em cada um desses programa-quadro ocorreram várias situações que conduziram a CTM à actualidade, vários projectos e subprojectos desenvolvidos foram introduzidos nesses programas. Os referidos programas incluem, ainda, as diversas reuniões da CMLA onde os mesmos são aprovados.⁶⁰

⁵⁹ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 40-43

⁶⁰ Ver Apêndice B – Os Programas-Quadro.

4.1.1. OS PROJECTOS, AS DESIGNAÇÕES E OS OBJECTIVOS GLOBAIS

O programa-quadro em vigor (Programa-quadro para o quadriénio 2007 – 2010)⁶¹ será alvo do nosso estudo, visto tratar-se do programa que espelha a realidade actual dos projectos. Esta abordagem será feita com base no material recolhido, fichas dos projectos e relatórios mais recentes.

Todos os projectos de formação que estudaremos a seguir, referentes ao quadriénio acima mencionado, tiveram origem na 10ª Reunião da Comissão Bilateral Luso-Angolana no Domínio da Defesa, realizada em Luanda de 03 a 09 de Maio de 2007.

PROJECTO 1 – ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA E DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Este projecto tem como Objectivo Global, apoiar a estrutura Superior da defesa das FAA, possuindo para tal uma série de Objectivos Específicos de onde se destacam o apoio técnico às Direcções, Órgãos e Serviços do MINDEN e do EMGFAA; apoio sectorial aos Estados-Maiores dos Ramos das FAA; apoio técnico nas áreas da Cooperação Militar não inscritas em Programa-quadro. Existem, ainda, um conjunto de 10 Objectivos Técnicos e responsáveis para o cumprimento dos compromissos assumidos pela parte angolana e pela parte portuguesa, sendo a Entidade Técnica Responsável portuguesa, a DGPDN.⁶²

As conclusões extraídas do Relatório de Actividades de 2009, dão conta que nenhum dos objectivos do projecto estão cumpridos em virtude do que atrás foi mencionado, neste caso as limitações que o projecto teve, acrescenta-se ainda que, o trabalho neste projecto não tem de ser de acordo como o mencionado na ficha do projecto. Outra grande tarefa deste projecto pode ser a coordenação de toda a cooperação desde que haja um documento definidor das responsabilidades e áreas de coordenação⁶³.

PROJECTO 2 – INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO MILITAR (ISEM)

Globalmente, o objectivo deste projecto é prestar Apoio ao ISEM (actual Escola Superior de Guerra). O mesmo possui também Objectivos Específicos: Apoio à organização

⁶¹ Ver Anexo D – Programa-Quadro para o Quadriénio 2007-2010.

⁶² Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas**, policopiado, Luanda, pp. 1 e 2.

⁶³ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades 2009: Projecto1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas**, policopiado, Luanda, p. 3.

e funcionamento do ISEM; Apoio técnico e pedagógico aos cursos do ISEM e o Apoio à instalação do Centro de Simulação de Operações Militares. Num nível mais tático estão 14 Objectivos Técnicos, referentes ao projecto.⁶⁴ A Entidade Técnica desse projecto é o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Neste projecto, de acordo com o Relatório de 2009, ainda existe um peso muito grande de participação da Assessoria em termos das aulas aos cursos (CSCD – 70%; CCEM – 70%; CPOS – 37%). A ESG está a desenvolver esforços no sentido de serem colocados Oficiais que irão terminar estes cursos. Manifestou a intenção de, no próximo ano lectivo e relativamente ao CPOS, todas as aulas serem da responsabilidade dos seus docentes, bem como, no CCEM, aumentar o seu grau de participação.⁶⁵

O mesmo relatório, dá conta da conclusão das obras no Centro de Simulação de Operações, uma mais-valia desta instituição.

PROJECTO 3 – ACADEMIA MILITAR DE ANGOLA

O Objectivo Global desse projecto consiste no Apoio à Academia Militar Angolana. Para alcançar o objectivo anteriormente referido, existem os seguintes Objectivos Específicos: Apoio conceptual, organizativo e pedagógico ao funcionamento da Academia Militar; Apoio técnico à Direcção Pedagógica, Comando e serviços, Corpo e Companhias de Alunos; Apoio técnico à elaboração dos curricula dos cursos a ministrar e por fim, o apoio técnico no âmbito das instruções de Preparação Física e da Instrução Militar. Um conjunto de 8 Objectivos Técnicos, também, faz parte do universo dos objectivos.⁶⁶ A academia Militar portuguesa é a ETR deste projecto.

O último Relatório de 2009, revela que o desenvolvimento do projecto tem vindo a ser afectado pelas dificuldades e limitações referidas no ponto anterior, pese embora todo o empenhamento da parte portuguesa e de vários oficiais angolanos. Relativamente aos objectivos específicos inscritos na ficha do projecto, apenas foi possível contribuir para o primeiro e terceiro, no entanto no final do ano foi possível colaborar na execução do segundo por existirem interlocutores nomeados para funções na futura Academia Militar do Exército de Angola.⁶⁷

⁶⁴ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto2- Instituto Superior de Ensino Militar**, policopiado, Luanda, 14 de Dezembro de 2007, pp. 1 e 2.

⁶⁵ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades 2009: Projecto2- Escola Superior de Guerra (ex-ISEM)**, policopiado, Luanda.

⁶⁶ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto3- Academia Militar de Angola**, policopiado, Luanda, 02 de Dezembro de 2007, pp. 1 e 2.

⁶⁷ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto3- Academia Militar**, policopiado, Luanda, 11 de Dezembro de 2009, p. 7

PROJECTO 4 – BRIGADA DE FORÇAS ESPECIAIS

Numa perspectiva global, este projecto visa o apoio à Brigada de Forças Especiais, tendo para esse fim alguns Objectivos Específicos: Apoio ao aperfeiçoamento e consolidação da Brigada de Forças Especiais e das suas componentes; Apoio técnico às acções de formação de formadores das especialidades da Brigada de Forças Especiais; Apoio à criação de tropas aerotransportadas. Como elementos mais táticos, foram desenvolvidos 17 Objectivos Técnicos para este projecto.⁶⁸ Para este projecto foi escolhida como ETR o Centro de Tropas Comandos (CTC).

Como resultado das dificuldades que este projecto tem enfrentado, de acordo com o Relatório de 2009, a actividade do Projecto, no que respeita aos objectivos que tinham a ver com a formação de novos militares Comandos e Operações Especiais, foi fortemente condicionada pelo primeiro atraso na incorporação e depois pela falta de meios indispensáveis (fardas, botas, mochilas, munições, explosivos) que impediram mesmo o início dos cursos.⁶⁹

PROJECTO 5 – CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES DE PAZ (CIOP)

Decorre segundo o Objectivo Global de apoiar o centro de Instrução de Paz (CIOP), e segundo Objectivos Específicos: Apoio ao levantamento do modelo, organização e funcionamento do Centro de Instrução de Operações de Paz; Apoio à formação de quadros na área das Operações de Paz; Apoio técnico às acções de Formação de Formadores, apoio técnico na produção de material de instrução para os diversos cursos ministrados no CIOP. Compreende, ainda, 12 Objectivos Técnicos e tem como ETR a Escola Prática de Infantaria (EPI).⁷⁰

Com base nas informações extraídas do Relatório de 2009, neste projecto a relevância que tem sido veiculada à área de operações de paz, por várias entidades, requer a definição concreta para alcançar os objectivos traçados bem como, a atribuição proporcional dos meios humanos e materiais afectos ao projecto. O relatório releva a importância que tem para o desenvolvimento do projecto a formação técnica e pedagógica

⁶⁸ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto4-Brigada de Forças Especiais**, policopiado, Luanda, 20 de Novembro de 2007, pp. 1 e 2.

⁶⁹ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto4 - Brigada de Forças Especiais**, policopiado, Luanda, 14 de Janeiro de 2010, p. 7.

⁷⁰ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto5-Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)**, policopiado, Luanda, 12 de Novembro de 2008, pp. 2 e 3.

dos Formadores Angolanos, através da frequência de cursos na área de operações de paz, em Angola e no estrangeiro.⁷¹

PROJECTO 6 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Globalmente, visa o Apoio à Estrutura de comando e Ensino da Escola de Administração Militar. Tem como Objectivos Específicos: Apoio à organização e funcionamento da Escola de Administração Militar; Apoio técnico às acções de Formação de Formadores; Apoio técnico e pedagógico aos cursos da EAM; Apoio técnico à elaboração dos currículos dos cursos a ministrar. Possui também 11 Objectivos Técnicos para cumprir. A Entidade Técnica Responsável é a Escola Prática dos Serviços (EPS).⁷²

De acordo com o Memorando das Actividades Desenvolvidas 2004/2010, ao longo dos anos da sua existência, o Projecto tem cumprido de forma cabal todos os objectivos, globais e específicos, dos PQ de CTM.⁷³ No mesmo afirma-se também que, a Direcção de Formação da EAM está, neste momento, em condições de “*per si*” cumprir a sua missão, uma vez que possui um corpo de formadores habilitado e capaz. Porém, muito há ainda a fazer, nomeadamente no que se refere à mecanização da área financeira.⁷⁴

4.1.2. A FORMAÇÃO E O ENSINO NO EXÉRCITO ANGOLANO

Apresentaremos a componente da formação e do ensino no Exército Angolano, tendo em conta os projectos desenvolvidos nesta área e as actividades decorrentes dos mesmos, com e sem a assessoria portuguesa. Destacamos, como tal, aqueles que têm dado um contributo mais eficaz para o desenvolvimento do exército, através da capacitação dos seus quadros.

Desde o início da CTM que a área de formação teve um enfoque especial. A Valorização dos recursos humanos com as constantes acções de formação e actualização vêm reforçar esta ideia.

⁷¹ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto5 - Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)**, policopiado, Luanda, 30 de Novembro de 2009, p. 12.

⁷² Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Memorando das Actividades Desenvolvidas 2004/2010: Projecto6- Escola de Administração Militar**, policopiado, Benguela, 18 de Março de 2010, pp. 2 e 3.

⁷³ Ver **Idem**, p. 12.

⁷⁴ Ver **Ibidem**, p. 13.

Como podemos verificar nos pontos anteriores do trabalho, os projectos desenvolvidos centram-se, fundamentalmente, na área da formação. Os mesmos dão-nos, dessa forma, uma visão das principais apostas neste âmbito.

Para o nosso estudo destacamos os seguintes estabelecimentos de formação e ensino:

- **A Escola Superior de Guerra (ESG)**, ex-ISEM: que garante a preparação dos Oficiais para o desempenho de funções em estados-maiores (CSCD), a promoção a oficial Superior (CPOS) e à classe de General (CEM);
- **A Escola de Oficiais do Exército do Lobito (EOEL)**: visa a formação de oficiais milicianos (tendo sido estes os principais reforço no período da guerra);
- **Escola de Sargentos do Exército do Lubango (ESEL)**: que garante a formação da classe de sargentos.⁷⁵

Além das unidades de formação acima referidas, achamos conveniente destacar, também, a **Escola de Administração Militar (EAM)** localizada na província de Benguela. A mesma foi criada em 1993 com o nome de Escola Prática de Administração Militar (EPAM), estando inicialmente na dependência do Estado-Maior do Exército (EME), passando posteriormente para o Estado-maior General (EMGFAA). Esta Escola tem a missão de ministrar cursos a oficiais e sargentos para os três ramos das FAA, tendo ministrado em 2004 cursos de Promoção a Capitão, Formação de Oficiais e Formação de Sargentos. Esses cursos abrangem áreas como: Finanças; Intendência; Transporte; Gestão de Pessoal; Secretariado.⁷⁶ Em 2009, frequentaram os cursos da EAM, na sua maioria Cursos de Qualificação, 88 militares desde Praças, Sargentos e Oficiais.⁷⁷

Os referidos centros de formação presenciam uma fase de crescimento considerável, o que tem efeitos reflectidos na qualidade dos quadros e na organização do Exército em geral. Tal como referiu o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Jorge Barros Nguto, por altura do 16º aniversário do Exército Angolano, “*verifica-se já alguns avanços no domínio de gestão de pessoal e quadros, tendo em conta o processo de redefinição de carreiras e postos militares, no quadro de rectificação das Forças Armadas Angolanas, apostando na formação dos seus quadros fora e dentro do país*”⁷⁸.

⁷⁵ Cfr. RODRIGUES, Castro – “A CTM Luso-Angolana no início de 2001”, in AAVV - **Jornal do Exército**, nº 492, Lisboa, EME, 2001, p. 27.

⁷⁶ SILVA, Jorge Martins da – “A escola de Administração militar em Benguela” in AAVV – **Revista de Administração Militar**, nº 8, Póvoa de Varzim, EPAM, 2004, p. 51.

⁷⁷ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades - 2009: Projecto6 – Escola de Administração Militar**, policopiado, Benguela, 08 de Dezembro de 2009, p. 3.

⁷⁸ Fonte: www.portalangop.co.ao, em 28 de Junho de 2010, às 13h50.

Estes estabelecimentos têm sido responsáveis pela formação de muitos militares, tomemos como exemplo a actual **Escola Superior de Guerra**, o ex-Instituto Superior de Ensino Militar, que até 2003 qualificou 2285 oficiais de diferentes postos, de Aspirante a General.⁷⁹ Actualmente, esta Escola, além de formar militares angolanos, também forma militares provenientes de outros países africanos. Em 2009, estiveram nesta Escola para os cursos 15º CSCD, 10º CCEM e 6º CPOS um total de 128 Oficiais, dos quais 19 são oriundos da República do Congo, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.⁸⁰

Nesta componente da CTM, foram formados em Angola até Dezembro de 2007, com e sem assessoria portuguesa, um total de 21753 militares. Esta formação teve uma evolução conforme o Gráfico em baixo, tendo um pico de 3929 militares formados em 2005.

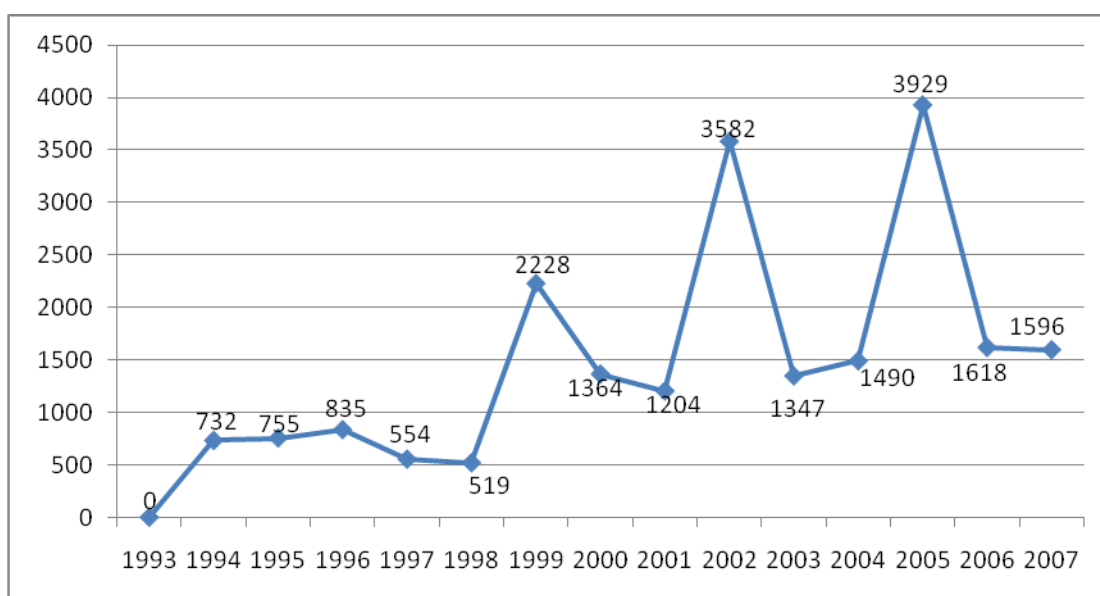


Gráfico 1 - A Formação em Angola⁸¹

Para a realização da formação acima referida foram empenhados 502 militares portugueses.⁸² Este empenho acompanhou uma certa evolução.⁸³

O contributo de Portugal também se tem feito sentir neste contexto. Desde o início que tem participado na organização e criação de estabelecimentos de ensino e centros de instrução militar (com a recuperação de infra-estruturas) e na formação e sustentação do treino de forças constituídas em unidades especiais (fuzileiros navais, comandos, forças especiais e policia militar).

⁷⁹ Fonte: www.iesm.mdn.gov.pt, em 8 de Janeiro de 2010, às 12h26

⁸⁰ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – **Relatório Anual de Actividades 2009: Projecto2- Escola Superior de Guerra (ex-ISEM)**, policopiado, Luanda, pp. s/n.

⁸¹ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 53.

⁸² Ver, *Idem*, p. 52.

⁸³ Ver Anexo E – Assessores militares do Exército em Angola.

4.2. O PROGRAMA ANUAL DE FORMAÇÃO

A formação de militares angolanos em Portugal iniciou-se, tal como foi anteriormente referido, em 1991, ao contrário dos outros PALOP que começaram a enviar pessoal mais cedo. Nessa altura, Angola integrou o primeiro Programa Anual de Formação de Portugal, juntamente com os outros PALOP. Este programa definiu o ano lectivo 92/93, foi também nesta década que se instituiu o Estatuto dos Militares dos PALOP durante a frequência de Cursos ou Estágios nas U/E/O das Forças Armadas Portuguesas, documento que confere aos militares dos PALOP um tratamento semelhante ao dos militares portugueses.

De acordo com Coronel Castro Rodrigues, “a Formação é a vertente onde a CTM melhor se materializa”⁸⁴, daí a necessidade de se apostar também nesta formação em Portugal. A elaboração do Programa Anual de Formação é da responsabilidade DCTM/DGPDN em articulação com os estabelecimentos de ensino superior público militar, com os estabelecimentos militares de ensino, com o Instituto de Defesa Nacional e com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento⁸⁵.

Essa formação ministrada nas diversas U/E/O do Exército Português constitui um instrumento privilegiado de participação no âmbito do desenvolvimento da Cooperação Técnico-Militar. A mesma visa fundamentalmente:

- Apoiar a organização e eficiência das Forças Armadas dos PALOP, no quadro da valorização dos respectivos interesses nacionais, contribuindo para o reforço da identidade nacional e garantindo a segurança e a estabilidade internas;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social, fomentando a profissionalização técnico-científica do tecido social, através da via militar.⁸⁶

À semelhança do que acontece com os projectos de formação desenvolvidos em Angola, a formação em Portugal, também, advém das necessidades apresentadas pelo do Exército Angolano, que conjugado com as disponibilidades de vagas em Portugal, permitem aos militares angolanos formarem-se no exterior do país. Essas vagas de formação nas diversas U/E/O do Exército Português, referem-se a formação nos seguintes níveis:

⁸⁴ Cfr. RODRIGUES, Castro – “A CTM Luso-Angolana no início de 2001”, in AAVV - **Jornal do Exército**, n.º 492, Lisboa, EME, 2001, p. 25.

⁸⁵ Fonte: www.mdn.gov, em 27 de Junho de 2010, às 12h57.

⁸⁶ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação...**, *op. cit.*, p. 132.

Cursos de Formação	Ensino Básico e Secundário	Colégio Militar
		Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE)
		Instituto de Odivelas (IO)
	Bacharelato	Escola de Sargentos do Exército (ESE)
	Ensino Universitário	Academia Militar (AM)
Cursos de Promoção		Instituto de Ensino Superior Militar (IESM)
		Escolas Práticas das Armas e Serviços
Cursos de Qualificação		Estado-Maior
		Educação Física
		Pára-quedismo
		Sapadores
		Operações Especiais
		Material de Segurança e Cripto

Quadro 1- Cursos em Portugal⁸⁷

Nesses cursos foram formados um total de 1717 alunos oriundos dos PALOP até Dezembro de 2007, constituindo Angola e Moçambique a maior percentagem deste valor; 729 (cerca de 42%) são de Angola e 414 (cerca de 24%) pertencem a Moçambique.⁸⁸ Acerca dos militares angolanos formados nesse período, temos ainda a acrescentar, com base na bibliografia consultada, que 22 alunos, do total em formação em Portugal, são referentes à Academia Militar e que estavam destinados para o exército.

Cada um dos cursos acima descritos apresenta a sua especificidade. No caso dos cursos de Ensino Universitário, os alunos são submetidos, ao ingressarem nesses estabelecimentos à uma preparação inicial com vista uma melhor adaptação e consequentemente um melhor aproveitamento. Esta preparação inicial, além dos exames médicos e das provas físicas, consiste no curso Vestibular que visa colmatar as insuficiências apresentadas pelos alunos ao nível científico e militar.

Nos pontos seguintes vamos destacar alguns desses Cursos, o da Academia Militar e os do Instituto de Ensino Superior Militar, sendo estes os responsáveis pela componente de formação dos pilares de sustentação do Exército Angolano.

No que concerne a Academia Militar, responsável por formar militares que integram o quadro permanente do Exército Angolano, tem um enfoque especial, por esse motivo. Nesta

⁸⁷ Fonte: Adaptado de COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) - *Relatório de Actividades 2004*, policopiado, Lisboa, EME, 2004, p. 206.

⁸⁸ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Prefácio, Lisboa, 2009, p. 136.

academia a percentagem de aproveitamento dos alunos angolanos é considerável, face aos outros PALOP, cerca de 73% do total de alunos em formação até Dezembro de 2007.⁸⁹

Quanto ao actual Instituto de Ensino Superior Militar (anterior IAEM), são aí ministrados cursos de Promoção a Oficial Superior (CPOS), Curso de Estado-Maior (CEM) e Curso Superior de Comendo e Direcção (CSCD). Para estes cursos, estiveram em Portugal, nos últimos sete anos: no CEM – 13 militares; CPOS – 24 militares, CSCD – 1 militar.⁹⁰

Os cursos supra-citados, também, já são ministrados em Angola na ESG, com a assessoria portuguesa, tal como vimos no ponto anterior. Essa Escola possui características semelhantes às do IESM, em Portugal.

A componente Formação de Pessoal em Portugal abrange outras áreas, além das que já vimos, é o caso dos Cursos de Auditores de Defesa Nacional ministrados, anualmente, pelo Instituto da Defesa Nacional.⁹¹

4.3. OUTRAS VERTENTES DA CTM: LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS

A cooperação não se limita apenas a desenvolver actividades militares. Existem outras actividades, desenvolvidas no âmbito da CTM de cariz social e humano.

Destas actividades, começamos por analisar o Apoio Fisiátrico à Crianças Angolanas Amputadas Vítimas da Guerra (AFRICA), desenvolvido com base no despacho nº 8646/99, de 20 de Abril, do MDN para garantir o tratamento, alojamento e alimentação, no Hospital Militar n.º 2 em Coimbra (HMR2), das referidas crianças.⁹²

Quanto ao tratamento e internamento de militares dos PALOP e seus familiares, iniciou-se na década de 1980, tendo sido realizadas 528 consultas/tratamentos até Dezembro de 2004.⁹³ Esta assistência sanitária é complementada com a distribuição de lotes de medicamentos. A mesma varia entre consulta, tratamento ou intervenção cirúrgica. As necessidades comunicadas por Angola, nesse âmbito, são analisadas em Portugal, de acordo com as possibilidades do Hospital Militar. Citaremos de seguida, alguns números referentes à esta actividade:

⁸⁹ Ver Anexo F – Taxa de Sucesso na Academia Militar.

⁹⁰ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui..., *op. cit.*, p. 143.

⁹¹ Fonte: www.mdn.gov, em 22 de Junho de 2010, às 23h07.

⁹² Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 46.

⁹³ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) - *Relatório de Actividades 2004*, policopiado, EME, Lisboa, 2004, p. 214.

- Do total de 629 tratamentos/internamentos realizados até 31 de Dezembro de 2007, aos militares PALOP e de Timor Leste, e dos seus familiares, 239 (cerca de 38%) pertencem à Angola;
- No que se refere às intervenções, que totalizam 29, Angola participa com 9 militares em 2007.⁹⁴

Existe ainda o apoio no alojamento de militares angolanos que se desloquem a Portugal, oficialmente ou de apoio a alguma acção de formação.

Os encargos adstritos das actividades aqui abordadas são imputados, principalmente, a DGPDN à semelhança das outras acções desenvolvidas em território Luso, como veremos no Capítulo seguinte.

⁹⁴Ver *Idem*, p. 146.

CAPÍTULO 5 – A COMPONENTE FINANCEIRA DA CTM

O nosso estudo ficaria incompleto se não fizéssemos um retrato financeiro da CTM. As acções e projectos de cooperação, tal como era de esperar, exigem um certo investimento para a sua viabilização. Este investimento serve para cobrir os custos adstritos das acções em Angola e em Portugal. Os mesmos têm vindo a aumentar, acompanhando os resultados alcançados e encontram-se espelhados no número de militares angolanos formados em Portugal. Estes custos, segundo o Coronel Castro Rodrigues, “*nunca serão exagerados, sempre que forem necessários e suficientes para permitir que se atinjam os objectivos definidos pelo MDN em coordenação com os ramos das nossas Forças Armadas, visando a finalidade política estabelecida superiormente*”⁹⁵.

5.1. A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO E A CTM

Portugal como membro fundador do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), fundado na década de 60 dentro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), inscreve as verbas anuais da CTM na rubrica da Ajuda Pública para o Desenvolvimento. Podemos com isso constatar, e tal como refere o General Gonçalves Ribeiro, que “*a CTM tem carácter institucional e não se esgota no domínio exclusivamente militar, projectando-se outrossim os seus efeitos na denominada ajuda pública ao desenvolvimento*”⁹⁶.

Esse apoio financeiro prestado por Portugal aos vários PALOP data de longos anos. Em 1990, Portugal canalizou cerca de 97% da APD para estes países.⁹⁷ Esta vontade de ajudar levou, ainda, que em 1995 a ajuda prestada correspondesse à 0,35% do seu PIB⁹⁸.

Os custos associados à execução da CTM com os PALOP chegaram a estar avaliados em cerca de 852000 contos (cerca de 4M€), em 1995.⁹⁹

⁹⁵ Cfr. RODRIGUES, Castro – “A CTM Luso-Angolana no início de 2001”, in AAVV - **Jornal do Exército**, n.º 492, Lisboa, EME, 2001, p. 27.

⁹⁶ Cfr. SANTOS, Victor Madeira – “Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento” in AAVV – **Nação e Defesa**, n.º 82, 1997, pp. 129.

⁹⁷ Cfr. MONTEIRO, Ramiro – **A África na Política de Cooperação Europeia**, 2ªed, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 171.

⁹⁸ Cfr. SANTOS, Victor Madeira, **op. cit.**, p. 111.

⁹⁹ Ver **Idem**, p. 134.

Para o caso concreto de Angola, Portugal chegou a ser no plano de doadores de ajuda, em 1993, o doador mais importante, destacando-se entre países como a Itália, a Suécia, a Espanha e a França.¹⁰⁰

A APD portuguesa, que temos estado aqui a estudar, concentra-se principalmente em áreas como:

- O ensino e difusão da Língua portuguesa e preservação do património cultural comum;
- Optimização dos recursos humanos disponíveis através de acções de formação nas áreas da administração pública e das Forças Armadas militarizadas, do ensino, da formação, da informação, da saúde, da agricultura, da pesca, da indústria e dos serviços;
- Apoio às transformações económicas estruturais e promoção da iniciativa privada.¹⁰¹

5.2. OS ENCARGOS FINANCEIROS COM ANGOLA

Perspectivando uma melhor coordenação e gestão, houve a necessidade de definir as entidades com competências financeiras na CTM. Essas competências são referenciadas no Despacho n.º 220/MDN/91, de 26 de Dezembro, do Ministro da Defesa português. No referido documento, são descritas como entidades com responsabilidades financeiras a DGPDN/MDN, o Exército, Marinha, Força Aérea e o IPAD (Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento).¹⁰² Assim, os custos de estrutura dos Projectos são assumidos pela DGPDN, existindo ainda, encargos que são suportados exclusivamente pelo Exército, no que respeita os vencimentos, alojamento, alimentação, fornecimento de material didáctico e outros subsídios associados, fardamento e respectiva preparação sanitária.¹⁰³

Abordaremos, então, os custos referentes aos assessores portugueses em CTM (vencimentos, subsídios, fardamento e a preparação sanitária) e os referentes aos alunos angolanos formados em Portugal (alimentação, alojamento, depreciação de material e a

¹⁰⁰ Cfr. MONTEIRO, Ramiro – **A África na Política de Cooperação Europeia**, 2ªed, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 174.

¹⁰¹ Cfr. SANTOS, Victor Madeira – “Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento” in AAVV – **Nação e Defesa**, nº 82, 1997, p. 112.

¹⁰² Cfr. NOGUEIRA, Joaquim Fernando – **Despacho nº 220/MDN/91**, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, 26 de Dezembro de 1991.

¹⁰³ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 178 e 145.

inspecção médica), tal como vemos no Gráfico em baixo. Esse estudo foi feito com base na abordagem de João Junqueira e Rui Pires¹⁰⁴ e compreende o período entre 2001 e 2007.

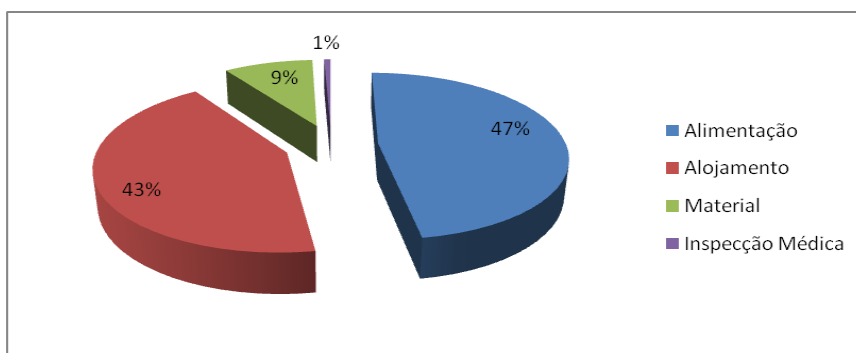


Gráfico 2 - Percentagens dos encargos com os alunos em Portugal¹⁰⁵

Como podemos ver no diagrama, os custos com a alimentação e alojamento, representam a maior fatia dos encargos, cerca de 90%, o que equivale a 547307,15€. Este valor, referente ao período já mencionado, pertence à um total de 154 alunos formados em Portugal.

A inspecção médica constitui apenas 1% dos custos totais, o que traduz um financiamento de 3892,80€.

Existem, também as despesas relativas ao material depreciado durante a formação desses alunos. As mesmas, para o período em questão, foram avaliadas em 54747,72€.

Quanto aos custos efectuados pelos assessores em missão da CTM em Angola, têm uma distribuição percentual, conforme o Gráfico que se segue.

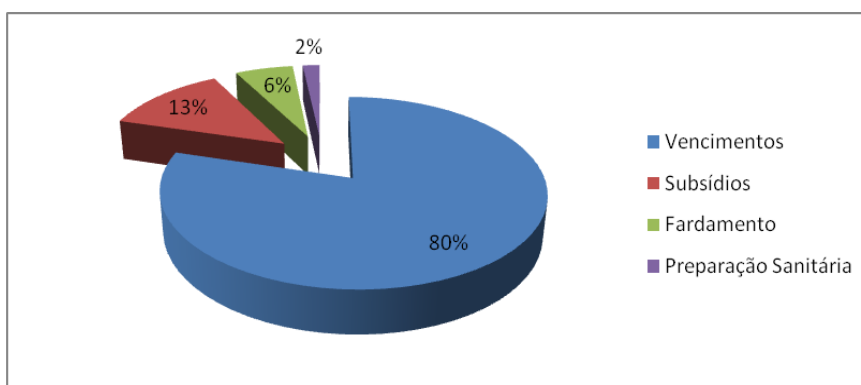


Gráfico 3 - Percentagens dos encargos com os Assessores¹⁰⁶

¹⁰⁴ Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 178 – 181.

¹⁰⁵ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, *op. cit.*, p. 181.

¹⁰⁶ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 181.

Os valores pertencentes aos subsídios e vencimentos dos assessores constituem 93% dos encargos, totalizando 5354614,96€. Este valor é referente aos 379 assessores empenhados no período em análise. Como já foi referido no trabalho, os custos a efectuar com os assessores vêm expressos no Decreto Lei n.º 238/96, 1996.

À semelhança do que acontece com os alunos em formação em Portugal, os valores da Preparação Sanitária também são baixos em relação aos outros custos, correspondendo os 2% desta rubrica à 101466,42€, nos últimos sete anos.

Os dois Gráficos e a abordagem até aqui feita conduzem-nos aos valores totais da CTM no período em questão.

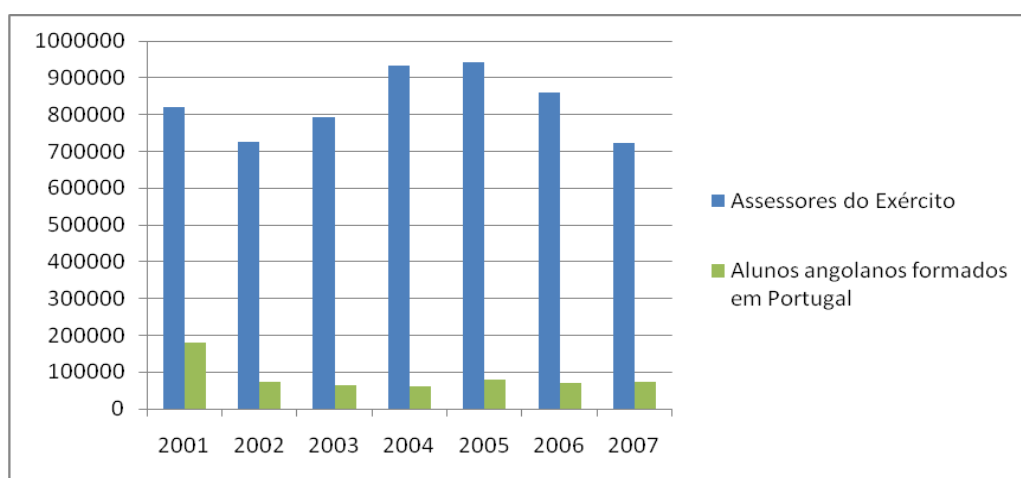


Gráfico 4 - Encargos Financeiros da CTM com Angola¹⁰⁷

Os encargos referentes aos alunos formados em Portugal, no ano de 2001, representam o pico do gráfico. Este facto deve-se aos 55 militares formados nesse período. No que se concerne aos custos com os assessores em CTM, estes atingiram o seu ponto mais alto em 2005, com 59 militares envolvidos neste âmbito. Os valores mínimos referentes aos alunos verificaram-se em 2003, cerca de 63060,37€. Nessa altura foram formados 12 alunos, sem quaisquer custos com inspecção médica.

De um modo geral, os encargos do exército na CTM com os PALOP e Timor Leste, na parte da execução técnica dos projectos, em média passam os 1,5M€ (custos directos, com o pessoal) e 157 000€, em custos de fardamento e preparação sanitária, dando um total de 1,7M€. ¹⁰⁸ Os valores totais da CTM com todos os países Lusófonos podem ser resumidos conforme o Gráfico em anexo. ¹⁰⁹

¹⁰⁷ Fonte: Adaptado de, JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – **O Exército nos Trilhos da Cooperação**, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 180.

¹⁰⁸ Cfr. JUNQUEIRA, *op. cit.*, p. 179.

¹⁰⁹ Ver Anexo G – Encargos Financeiros da CTM com os países Lusófonos.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA

6.1. MÉTODOS DE RECOLHA E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Face ao tipo de problema por nós desenvolvido, as hipóteses levantadas e o universo que pretendemos estudar¹¹⁰, orientamos a primeira parte do trabalho com base na análise documental, no conjunto de matérias recolhidas em Portugal e em Angola. No que diz respeito a segunda parte, procuramos, através de entrevistas aos DT e outras entidades ligadas a CTM, alcançar os objectivos por nós traçados. Nesta última parte, com a viagem para Angola, foi-nos também possível constatar directamente o estado actual de alguns projectos, actividades realizadas e algumas actividades, ainda, em curso.

Tendo em conta que, tal como referem Marina Marconi e Eva Lakatos, a entrevista “*é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social*”¹¹¹, procurámos averiguar os factos encontrados na pesquisa documental e determinar opiniões sobre esses factos, diante daqueles que se encontram enquadrados no âmbito da cooperação.

Em Angola, no período de 8 de Fevereiro a 3 de Março de 2010, estivemos na Residência da CTM, na Direcção Principal de Preparação de Tropas e Ensino (DPPT/EMGFAA), no Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional (GICI), na Direcção Nacional de Relações Internacionais (DNRI) e na Escola Superior de Guerra.

¹¹⁰Cfr. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria – ***Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados***, 4ª ed, São Paulo, Atlas, 1999, p. 32.

¹¹¹ Ver *Idem*, p. 94.

6.2. CARACTERIZAÇÃO DOS INTERLOCUTORES DOS INQUÉRITOS POR ENTREVISTA

Para as entrevistas, utilizamos o tipo de entrevistas semidirectiva (clínica ou estruturada)¹¹², com algumas características das entrevistas não estruturadas mas, seguindo sempre o guião¹¹³ por nós desenvolvido. Com este método tivemos a possibilidade de obter dados que não encontramos na análise documental, conseguindo, dessa forma, informações mais precisas.

Os entrevistados foram escolhidos de acordo com as funções que desempenham no âmbito da cooperação e o seu contributo para a mesma. Assim, a nossa amostra ficou constituída pelos Directores Técnicos (DT) dos 6 projectos alvos do nosso estudo, e por uma entidade da parte angolana, com vista uma abordagem bilateral. Esse material foi, depois, submetido á uma análise qualitativa, análise de conteúdo. A nossa amostra para as entrevistas ficou assim constituída:

Nº	Interlocutor	Função	Posto	Nacionalidade
1	Fernando Lourenço	Dir. Técnico do Projecto 1	Coronel	Portuguesa
2	António Romão	Dir. Técnico do Projecto 2	Tenente-Coronel	Portuguesa
3	Pires Mendes	Dir. Técnico do Projecto 3	Tenente-Coronel	Portuguesa
4	Paulo Rodrigues	Dir. Técnico do Projecto 4	Tenente-Coronel	Portuguesa
5	Jorge Iglésias	Dir. Técnico do Projecto 5	Tenente-Coronel	Portuguesa
6	Paulo Duarte	Dir. Técnico do Projecto 6	Major	Portuguesa
7	João Reis	Adjunto da DSCTM/DGPDN	Tenente-Coronel	Portuguesa
8	Pedro Sozinho	Adjunto Técnico DNRI/MINDEN	Coronel	Angolana

Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados

¹¹² Cfr. GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin – *O Inquérito: Teoria e Prática*, 3ª ed., Oeiras, Celta Editora, 1997, p. 64.

¹¹³ Ver Apêndice C – Guião de Entrevista.

CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As nossas entrevistas foram submetidas a uma breve análise de conteúdo, extraindo delas o que de mais importante foi argumentado pelos interlocutores, garantindo um maior peso aos resultados das mesmas.¹¹⁴ Aqui apresentaremos os resultados mais prementes, da referida análise, que se encontra em apêndice, dada a extensão adstrita.

Nesse ensejo, sabe-se que os entrevistados mostraram-se todos interessados numa maximização da CTM e na introdução de novos desafios em áreas como: da Engenharia; maior relação entre o IESM e a ESG; criação dos Institutos do Exército, maior atenção na formação superior nas Academias e na formação de sargentos.

Foram apontados como pontos mais sensíveis na área da formação/ensino, o Curso de Promoção à Oficial Superior; a falta de um processo integrado; o Projecto da Academia Militar Angolana e a formação de quadros em geral; os quadros técnicos de serviço de material, de manutenção de material e de administração militar.

Todos os interlocutores concordaram que a cooperação contribui para uma melhoria qualitativa dos recursos humanos do Exército Angolano. Das sugestões feitas pelos mesmos, destaca-se o apelo à uma formação contínua na carreira dos militares angolanos e maior atenção a integração em Angola dos militares formados em Portugal, de modo a trazer mais-valias para o Exército Angolano.

No que se refere a introdução do processo de Bolonha na Academia e a influência do mesmo na formação dos militares angolanos em Portugal, os entrevistados ficaram divididos entre mais-valias técnicas e académicas, acabando por darem mais peso às Académicas.

Quanto ao papel das Delegações e da Assessoria Portuguesa, a maior parte dos entrevistados considerou suficiente a periodicidade de 1 ano para as mesmas e com um desempenho positivo, principalmente devido às reuniões e relatórios mensais.

O contributo dos assessores angolanos é considerado fundamental para haver uma boa continuação dos trabalhos. Apesar de haver ainda projectos que não funcionem muito bem, há vontade e preocupação angolana em que a CTM corra melhor.

Quase todos os interlocutores consideraram que a CTM deve estender-se noutras áreas, nomeadamente na área industrial, da saúde e da educação. Um dos entrevistados afirma que esta medida implicaria mais custos.

¹¹⁴ Ver Apêndice L – Análise de Conteúdo às Entrevistas.

Para os entrevistados, a CTM já deu vários frutos, com os seus projectos houve uma evolução grande no exército angolano; os militares angolanos estão melhor formados, originando uma progressão qualitativa. Neste momento, os próprios angolanos já dão formação e a ESG é o projecto que tem progredido mais, ano após ano.

Numa perspectiva global sobre o estado actual dos projectos de formação e ensino, os entrevistados consideraram muito bom, principalmente os projectos que já têm um ritmo próprio. Na opinião de um dos entrevistados, Angola já começa a criar o seu espaço ao nível regional.

CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1. CONCLUSÕES

O nosso trabalho seguiu o percurso inicialmente descrito, obedecendo sempre às normas definidas pela Academia Militar e à metodologia científica em Ciências Sociais proposta.

Podemos constatar que, após o período de independência de Angola, houve uma reaproximação e um reatar de laços entre Angola e Portugal impulsionando o surgimento da CTM. Os mecanismos que Portugal criou com a reorganização do seu Exército, entidades e legislação, fortaleceram essa relação bilateral.

A Cooperação Técnico-Militar poderá servir para relevar os papéis dos dois países a nível regional e internacional: para Angola, no seio das ORA e da CPLP; para Portugal, dentro da CPLP perante as ORA, no seio da União Europeia e da NATO.

O número das acções de formação, em Angola e em Portugal, vem a crescer ano após ano, o que se reflecte na melhoria qualitativa dos efectivos do Exército Angolano. Com estas acções, também crescem os custos associados às mesmas.

A CTM já repercute os seus efeitos fora do âmbito militar com o apoio às vítimas de guerra e assistência hospitalar, bem como o Curso de Auditores. Contudo, para uma maximização da CTM deverá proceder-se a uma maior aposta na Engenharia, numa formação contínua ou integrada dos militares angolanos e a conclusão da Academia Militar Angolana.

Com as reuniões bilaterais, os relatórios mensais e acompanhamento dos projectos, as delegações portuguesas têm desempenhado um trabalho frutuoso em prol da Cooperação, sendo a periodicidade de um ano suficiente para o bom desempenho das mesmas, em solo Angolano.

O interesse da parte angolana em formar o seu Exército é considerado um factor fundamental para o bom funcionamento da CTM, sendo que, actualmente, o Exército Angolano já apresenta uma melhoria qualitativa ao nível da formação dos seus efectivos. Com os avanços significativos que a Cooperação tem realizado, entre esses a formação de militares de outros países africanos na ESG e o desenvolvimento dos projectos de formação e ensino, Angola vai alargando o seu prestígio e moderniza as suas Forças Armadas.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Cientes de não termos esgotado tudo o que se pode estudar desta temática, deixamos algumas recomendações:

- O levantamento definitivo da Academia Militar Angolana, com uma localização estratégica privilegiada, constituirá uma potencial mais-valia na formação de quadros do Exército Angolano, assim como na redefinição da carreira militar neste exército;
- Deve-se continuar a apostar na formação em Portugal, melhorando a coordenação entre as unidades de formação em Angola com as unidades portuguesas, principalmente entre as Entidades Técnicas Responsáveis. Nesse contexto é necessário garantir também uma melhor colocação, em Angola, dos militares acabados de formar na Academia Militar Portuguesa com vista um melhor aproveitamento desse capital humano.

8.3. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Durante a elaboração da nossa pesquisa, deparamo-nos com algumas situações que, de certa forma, condicionaram os nossos resultados finais. A primeira limitação prende-se com a pouca bibliografia existente sobre o tema.

A nossa viagem para Angola teve um balanço positivo, contudo, devido ao tempo disponível não nos foi possível recorrer a outros métodos de recolha de informação, como por exemplo os questionários.

8.4. DESAFIOS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

As nossas reflexões abrem uma série de possibilidades para investigações futuras. Assim, os investigadores que pretendam dar continuidade a este estudo, deverão incidir sobre a componente financeira da CTM, com uma abordagem mais detalhada da APD, bem assim como sobre a relação entre a CPLP e a CTM, avaliando o contributo da Cooperação nos países membros da comunidade dos países falantes do português. Apela-se ainda ao estudo do Programa de Apoio às Missões em África e sobre os alunos dos PALOP formados na Academia Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

BERNARDINO, Luís – ***Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa***, Lisboa, Prefácio, 2008.

COLIER, Paul – ***Os Milhões da Pobreza***, Lisboa, Casa das Letras, 2010.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin – ***O Inquérito: Teoria e Prática***, 3ª ed., Oeiras, Celta Editora, 1997.

JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – ***O Exército nos Trilhos da Cooperação***, Lisboa, Prefácio, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria – ***Técnicas de Pesquisa: planeamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados***, 4ª ed, São Paulo, Atlas, 1999.

MONTEIRO, Ramiro – ***A África na Política de Cooperação Europeia***, 2ªed, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

QUIVY, Raimond e CAMPENHOUDT, Luc Van – ***Manual de Investigação em Ciências Sociais***, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1998.

REVISTAS E ARTIGOS

FERREIRA, TCor Armando – “ Cooperação Técnico-Militar com Angola: Projecto 6 – Escola de Administração Militar ” in AAVV – ***Revista da EPS***, nº1, Póvoa de Varzim, EPS, 2009.

PAULA, Coronel Rodrigues de – “ Operações de apoio à paz e Cooperação Técnico-Militar com os PALOP ” in AAVV – ***Jornal do Exército***, nº462-463, Lisboa, EME, 1998.

RIBEIRO, General António Gonçalves – “ Cooperação Técnico-Militar (CTM): Antecedentes, situação actual e desenvolvimentos previsíveis ” in AAVV – ***Jornal do Exército***, nº462-463, Lisboa, EME, 1998.

RODRIGUES, Coronel Castro – “ A CTM Luso-Angolana no início de 2001 ” in AAVV – ***Jornal do Exército***, nº492, EME, Lisboa, 2001.

SANTOS, Victor Madeira – “ Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento ” in AAVV – ***Nação e Defesa***, nº 82, 1997, pp. 127 e 128.

SILVA, Jorge Martins da – “ A escola de Administração militar em Benguela ” in AAVV – ***Revista de Administração Militar***, nº 8, EPAM, Póvoa de Varzim, 2004, p. 51.

OUTROS DOCUMENTOS

CARVALHO, André Gaspar Mendes – ***Caracterização da Cooperação Técnico-Militar entre a República de Angola e a República Portuguesa no Domínio da Defesa***, Luanda/Angola, DNRI, 4 de Novembro de 2008.

CARVALHO, André Gaspar Mendes - ***Memorando sobre a Cooperação Técnico-Militar entre a República de Angola e a República Portuguesa***, Luanda/Angola, DNRI, 19 de Novembro de 2009.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) – ***Relatório de Actividades 2004***, policopiado, Lisboa, EME, 2004.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades 2009: Projecto1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas***, policopiado, Luanda.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades 2009: Projecto2- Escola Superior de Guerra (ex-ISEM)***, policopiado, Luanda.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto3- Academia Militar***, policopiado, Luanda, 11 de Dezembro de 2009.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto4 - Brigada de Forças Especiais***, policopiado, Luanda, 14 de Janeiro de 2010.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades de 2009: Projecto5 - Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)***, policopiado, Luanda, 30 de Novembro de 2009.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA – ***Relatório Anual de Actividades - 2009: Projecto6 – Escola de Administração Militar***, policopiado, Benguela, 08 de Dezembro de 2009.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – ***Ficha de projecto: Projecto1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas***, policopiado, Luanda.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – ***Ficha de projecto: Projecto2- Instituto Superior de Ensino Militar***, policopiado, Luanda, 14 de Dezembro de 2007.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – ***Ficha de projecto: Projecto3- Academia Militar de Angola***, policopiado, Luanda, 02 de Dezembro de 2007.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto4- Brigada de Forças Especiais**, policopiado, Luanda, 20 de Novembro de 2007.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Ficha de projecto: Projecto5- Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)**, policopiado, Luanda, 12 de Novembro de 2008.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-ANGOLANA – **Memorando das Actividades Desenvolvidas 2004/2010: Projecto6- Escola de Administração Militar**, policopiado, Benguela, 18 de Março de 2010.

NOGUEIRA, Joaquim Fernando – **Despacho nº 220/MDN/91**, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, 26 de Dezembro de 1991.

SITES NA INTERNET

ANPC - “Cooperação Multilateral”, Autoridade Nacional de Protecção Civil, em 7 de Junho de 2010, às 21h34. Disponível em:

<http://www.prociv.pt/RI2/Pages/CooperacaoMultilateral.aspx>

MDN, - “Cooperação Técnico Militar”, Ministério da Defesa Nacional, em 22 de Junho de 2010, às 22h46. Disponível em:

<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/bilaterais/ctm/>

BERNARDINO, Luís Manuel (Setembro, 2007) – “Que Política de Cooperação para a Segurança e Defesa deve Portugal adoptar em África?“, **Revista Militar**, em 10 de Maio de 2010, às 18h54. Disponível em:

<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=216>

ANGOP (Dezembro, 2008) – “Província do Uíge acolhe o acto central no dia do Exército“, Agência Angola Press, em 28 de Junho de 2010, às 13h50. Disponível em:

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2008/11/49/Provincia-Uige-acolhe-acto-central-dia-Exercito,46dec90-3882-4b87-abcb-e80e36c6b434.html

IESM, - “COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM A REPÚBLICA DE ANGOLA“, Instituto de Ensino Superior Militar Instituto Superior de Ensino Militar, em 8 de Janeiro de 2010, às 12h26. Disponível em:

<http://www.iesm.mdn.gov.pt/divulgacao/extend/CTM%20RA%20Proj%202%20ESG%202010.pdf>

CEN-SAD – “What is CEN-SAD”, Community of Sahel-Saharan States, em 21 de Julho de 2010, às 00h11. Disponível em:

http://www.cen_sad.org/new/index.php?option=com_content&task=view&id=33&Itemid=76

IGAD – Intergovernmental Authority on Development, em 21 de Julho de 2010, às 00h44. Disponível em:

<http://igad.int/>

CASTRO, Rogério Neves (Fevereiro, 2002) - “Os militares portugueses na África lusófona: um balanço”, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, em 14 de Junho de 2010, às 9h28. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=719>

Embaixada de Angola, em 5 de Março de 2009, às 14h00. Disponível em: www.embaixadadeangola.org,

GLOSSÁRIO

Cooperação Técnico-Militar (CTM) - Conjunto de acções destinadas à consolidação do sistema democrático dos países beneficiários através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, que se constituíram como garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, da formação de quadros e organização de estruturas.¹¹⁵

Programa-Quadro (PQ) de Cooperação Técnico-Militar - Conjunto de Projectos aprovados no plano bilateral com duração acordada pelas partes.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar - Conjunto de actividades de duração acordada em PQ, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (assessorias, formação de pessoal, reabilitação de infra-estruturas e fornecimento de material).

Acções de Formação, Actualização, Qualificação e Promoção - Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de uma Unidade, Estabelecimento ou Órgão do Exército visando a formação, actualização, promoção ou qualificação de militares das FA dos PALOP.

¹¹⁵ Cfr. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR (CTM) - *Relatório de Actividades 2004*, policopiado, EME, Lisboa, 2004, p. 9.

APÊNDICES

APÊNDICE A

AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E SUB-REGIONAIS AFRICANAS

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC):

Esta organização foi fundada em Agosto de 1992, tem a sua sede em Gaborone, Botswana. Possui os seguintes Estados-Membros: **Angola**; Botswana; Lesoto; Malawi; **Moçambique**; Namíbia; Zâmbia; Zimbabwe; África do Sul; Maurícia.¹¹⁶

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO):

Criada em 1975, na Cimeira de Lomé (Togo), tem também a designação de ECOWAS (*Economic Community Of West African States*), encontra-se sediada em Abuja, Nigéria. São Estados-Membros: Benin; Burkina-Faso, **Cabo-Verde**, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, **Guiné-Bissau**, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo.¹¹⁷

Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)

Também conhecida por CEEAC, foi fundada em 1983 mas, começou a funcionar apenas em 1985. Tem a sua sede em Libreville, Gabão. Os Estados-Membros são: **Angola**, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, **São Tomé e Príncipe**, Chade.¹¹⁸

Comunidade de Estados Sahelo-Saarianos (CEN-SAD)

Surge em 4 de Fevereiro de 1998 na Líbia, Tripoli. É composta por 28 Estados-Membros, de onde se destaca a **Guiné-Bissau** e **São Tomé e Príncipe** para o contexto do trabalho. Visa o desenvolvimento dos Estados-Membros nas áreas da agricultura, indústria, social, cultura e saúde.¹¹⁹

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).

¹¹⁶Cfr. MONTEIRO, Ramiro – *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ªed, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, Lisboa, p. 111.

¹¹⁷ Cfr. BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Prefácio, 2008, Lisboa, p. 259.

¹¹⁸ Ver *Idem*, p. 261

¹¹⁹ Fonte: www.cen-sad.org, em 21 de Julho de 2010, às 00h11.

Foi fundada em 1986 e tem 7 Estados-Membros: Djibuti; Eritreia; Etiópia; Kenya; Somália; Sudão e Uganda.¹²⁰ Possui divisões de Paz e Segurança, de Cooperação Económica e Desenvolvimento Social e de Agricultura e Desenvolvimento.¹²¹

¹²⁰ Cfr. BERNARDINO, *op. cit.*, p. 263.

¹²¹ Fonte: www.igad.int, em 21 de Julho de 2010, às 00h44.

APÊNDICE B

OS PROGRAMAS-QUADRO DA CTM COM ANGOLA

Os Programas-quadro que a seguir se apresentam foram desenvolvidos segundo a abordagem de João Junqueira e Rui Pires.¹²² Focámo-nos principalmente nos projectos de realce na área de Formação e do Ensino.

PROGRAMA-QUADRO PARA O ANO DE 1993

- Apoio ao levantamento e funcionamento do Estado-Maior do Exército
- Apoio ao levantamento da estrutura territorial do Sistema de Forças
- Reestruturação do Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar
- Reestruturação do Serviço de Intendência
- Reestruturação do Centro de Instrução de Comandos
- Reestruturação do Serviço geral das Unidades do Exército

PROGRAMA-QUADRO PARA O ANO DE 1994

- Apoio ao levantamento e funcionamento do Estado-Maior do Exército
- Apoio ao levantamento da Estrutura Territorial do Sistema de Forças
- Reestruturação do Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar
- Reestruturação do Serviço de Intendência
- Reestruturação do Centro de Instrução de Comandos
- Reestruturação do Serviço geral das Unidades do Exército
- Apoio à informatização do Destacamento de Apoio do EMGFAA
- Apoio à formação Militar no Instituto Superior de Ensino Militar
- Reestruturação do Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar

PROGRAMA-QUADRO PARA O ANO DE 1995

- Apoio à organização dos Órgãos e Serviços do MDN
- Apoio na definição da Política de Informatização do MDN e FAA
- Apoio à organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços do EMGFAA
- Apoio à organização e funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar
- Reestruturação do Centro de Instrução de Comandos
- Apoio à organização e funcionamento do Estado-Maior do Exército
- Reestruturação do Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar

¹²² Cfr. JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 40-43

- Reestruturação do Serviço de Intendência
- Reestruturação do Serviço Geral das Unidades do Exército

PROGRAMA-QUADRO PARA OS ANOS DE 1996 E 1997

- Apoio à organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços do MDN
- Apoio à organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços do EMGFAA
- Apoio à organização e funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar
- Reestruturação do Centro de Instrução de Comandos
- Apoio à organização e funcionamento do Estado-Maior do Exército
- Reestruturação do Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar
- Organização da Banda Militar

PROGRAMA-QUADRO PARA O BIÉNIO 1998 – 1999 E PARA O ANO 2000

- Apoio à organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços do MDN
- Apoio na definição da política de informatização do MDN e das FAA

PROGRAMA-QUADRO PARA O TRIÉNIO 2001 – 2003

- Apoio ao MINDEN/EMGFAA
- Instituto Superior de Ensino Militar
 - Academia Militar
- Centro de Instrução de Comandos
- Apoio ao Comando e Sistemas Funcionais do Exército
- Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar
- Banda Militar e levantamento das Fanfarras
- Escola de Sargentos do Exército
- Escola de Oficiais do Exército
- Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra (AFRICA)
- Extra Programa-quadro (5 projectos)

PROGRAMA-QUADRO PARA O TRIÉNIO 2004 – 2006

- Apoio à organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços do MDN e EMGFAA
- Apoio ao funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar
- Apoio à Organização e criação da Academia Militar
- Apoio à formação da Brigada e Centro de Instrução de Comandos
- Apoio à Organização do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz
- Apoio à Organização da Escola Prática de Administração Militar
- Apoio á formação do Regimento de Polícia Militar

- Apoio à Organização da Engenharia do Exército
- Apoio à Organização da Escola de Sargentos do Exército
- Apoio à organização da Escola de Oficiais do Exército
- Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra (AFRICA)
- Apoio Técnico à Implementação dum Programa Anti-tuberculose
- Apoio à Concepção e levantamento do Controlo de Qualidade do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.
- Formação em Portugal

PROGRAMA-QUADRO PARA O QUADRIÉNIO 2007 – 2010

- Estrutura Superior da Defesa das Forças Armadas Angolanas
- Instituto Superior de Ensino Militar
- Academia Militar Angolana
- Brigada de Forças Especiais
- Centro de Instrução de operações de Paz
- Escola de Administração Militar
- Direcção do Serviço de Saúde das FAA
- Apoio à Organização da Engenharia do Exército
- Formação em Portugal

APÊNDICE C

O GUIÃO DE ENTREVISTA

Interlocutor:

Entrevistador:

Cargo:

Data:

Hora:

Local:

Guião de Entrevista:

1. A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?
2. Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?
3. É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?
4. O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos

do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

5. Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?
6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?
7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?
8. Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?
9. Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?
10. Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

APÊNDICE D

ENTREVISTA 1

Interlocutor: Cor. Fernando Lourenço

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto 1 – Estrutura Superior da Defesa e das FAA

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 14h17

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: “ *Sim. As áreas que têm tido mais sucesso, neste programa quadro têm sido, fundamentalmente, a do ensino e da formação. Pese embora, haja alguma cooperação nomeadamente, no âmbito técnico que ainda necessita de maior desenvolvimento. Estou-me a lembrar, fundamentalmente, do projecto de engenharia que necessita de ser reactivado. E isso é uma situação que passa pelas autoridades angolanas, nomeadamente, com vista a necessidade que um projecto desses tem em concentrar os meios de engenharia, para que a formação possa ser dada de uma forma coerente e objectiva, o que neste momento, ainda não acontece. Os novos desafios, podem e devem, se calhar, abranger novas áreas, nomeadamente a área da saúde em que, me parece que, Portugal pode apoiar e ajudar Angola nesta matéria duma forma mais objectiva do que a que está a ser, neste momento.* “

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Fundamentalmente, na formação com os cursos de promoção a oficial superior, em que se verifica a necessidade, muitas das vezes, de dotar os formandos angolanos de capacidades que não têm aquando da frequência do curso, isto é, um militar quando vai fazer o curso de promoção a oficial superior, deve ser e tem que ser, sob pena de grandes dificuldades, dotado anteriormente de formação que lhe permita tirar rendimento do curso que venha a frequentar. É, fundamentalmente, nesses cursos mais baixos nomeadamente, o curso de promoção a oficial superior, embora se verifique também no curso de promoção a oficial general mas é fundamentalmente de oficial superior e de estado-maior.”*

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Aí, não tenho dúvidas. Contribui de certeza absoluta. Talvez, não estejamos é a fazer na quantidade necessária e suficiente para que se vejam resultados. Esta pergunta prende-se com a anterior; se eu conseguir dar formação ao pessoal, nomeadamente em Portugal, que dê a esse pessoal um background suficiente para que ele possa, mais tarde, já cá em Angola vir a desenvolver nos outros cursos, então aí sim senhora. Dai a importância desses cursos em Portugal na área da formação serem importantíssimos para criar uma onda de fundo no Exército Angolano que permita o seu desenvolvimento.”*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“aqui tenho alguma dificuldade. Eu sou formado na Academia ao abrigo do anterior ao processo de Bolonha. Conheço pouco desse processo mas, parece-me que a mais-valia que se tira com o processo de Bolonha na Academia, tem a ver, fundamentalmente, com o âmbito académico e não propriamente com o âmbito técnico. Porque se não, estaríamos a desvalorizar todo aquele trabalho que foi feito na Academia, antes do processo de Bolonha. Parece-me que a mais-valia desta adesão ao processo de Bolonha, está no âmbito académico e não no âmbito técnico.”*

5. Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“Eu não tenho termo de comparação mas, daquilo que me é dado a observar, até pela visita que já fiz enquanto coordenador, nomeadamente à ESG, verifiquei uma grande preocupação da parte do Exército Angolano na formação dos seus quadros, dando-lhes não só condições físicas mas, também condições académicas para que os cursos que, na ESG, se vêem desenvolvendo, sejam dados com profissionalismo e com objectivos bem traçados. Dai que possa dizer que, o caminho que Angola está a traçar no âmbito da formação e ensino, está a fazer o seu espaço. Um dos problemas que eu vejo na área da formação e do ensino, prende-se com a formação inicial dos quadros, nomeadamente ao nível da criação da Academia militar angolana que neste momento, parece que já não vai ser uma academia geral mas sim por ramos, mas que nunca mais arranca. Aí, parece-me que Angola ainda está a ter problemas para lançar, espero que rapidamente resolvam este problema para que, proximamente tenhamos a formação de quadros angolanos em Angola, na sua academia militar”.*

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“Actualmente, o programa quadro que está em vigor, foi aprovado em 2007 e vigora até 2010, vai terminar este ano. A próxima reunião bilateral, vai se concretizar, agora, durante o mês de Abril ou Maio deste ano, para a definição dos novos objectivos e novos programas para os próximos anos. Este acompanhamento dos projectos definidos em programa quadro feito anualmente, o facto de ser anualmente*

parece-me bem, não há necessidade de estar a encurtar mais os prazos de avaliação dos projectos, porque todos os projectos têm DT que vão passo-a-passo, dia-a-dia acompanhando o desenrolar dos mesmos. A avaliação, essa vai sendo, também conseguida todos os meses com os DT, da qual as autoridades angolanas também são informadas e também tomam parte na definição dessa avaliação. Dai que, me parece que não há necessidade de estar a encurtar mais o espaço das reuniões de avaliação.”

7.Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: “A minha opinião tem duas facetas: há projectos que funcionam muito bem e há projectos que não funcionam tão bem. Os projectos na área da formação e ensino, até pela proximidade dos assessores portugueses estarem nos diferentes locais onde esta formação é dada, a execução dos projectos ao cargo dos oficiais angolanos, funciona muitíssimo bem. Enquanto outros projectos ao nível da estrutura superior de defesa, o caso do meu projecto, e o estado-maior general, aí já se nota uma grande dificuldade, ou seja, o acompanhamento dos projectos pelos oficiais angolanos já não é tão bem conseguido quanto os projectos do ensino. Acabando, muitas das vezes, esta cooperação, por deixar de ser cooperação e passar a ser uma resposta à dificuldades pontuais. Dai que torna mais difícil exercer a cooperação.”

8.Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: “Há sim. Quer no campo industrial quer no campo da saúde, eu acho que está cooperação, que agora é militar, que pode e deve, assim que as autoridades angolanas o pretendam, que deve estender-se para outros domínios, que não estritamente militar.”

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então,

na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Necessariamente sobre os projectos de ensino e formação, porque aí está, também, o futuro de Angola.”*

10. Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“Globalmente bom, muito bom, com única excepção do projecto da Academia Militar que, não anda nem desanda. Enquanto as autoridades angolanas não conseguirem definir o que é que pretendem em termos de formação de quadros, seus jovens quadros, em termo de academia militar, se uma academia para as forças armadas ou se uma para cada um dos seus ramos, este projecto não vai andar. Dai que é da necessidade, imperiosa mesmo, que as autoridades angolanas, rapidamente, definam o que é que pretendem em termos de academia ou academias militares para os seus quadros.”*

APÊNDICE E

ENTREVISTA 2

Interlocutor: TCor. António Romão

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto 2 – Escola Superior de Guerra

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 16h00

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Como estava a dizer, a minha realidade é o Projecto 2, esse projecto enquadra-se num programa quadro negociado para o período 2007 à 2010, concretiza-se através do apoio a ESG. Este apoio é um projecto de assessoria ao comando da Escola na instrução dos cursos de Oficial Superior, Cursos de Comando e Estado-Maior, Cursos Superior de Comando e Direcção e, através do desenvolvimento de uma biblioteca da ESG e desenvolvimento de um sistema de exercícios assistidos por computador. É isso em que assenta o projecto de assessoria. Para o futuro, vai ser negociado este ano. O projecto na minha opinião, na opinião da Direcção da Escola e dos oficiais que por lá têm passado, é um projecto que está a correr muito bem, tem desenvolvido. Penso que em termos de novos desafios, só estou a ver uma maior cooperação entre a ESG e o IESM, que é a Entidade Tecnicamente Responsável pelo projecto, de forma a (e isto é uma opinião pessoal) criar um sistema de formação integrado, ou seja, os alunos da ESG vão um período ao IESM e vice-versa. Portanto, partilhar experiencia.”*

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino

no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Para mim o ponto mais sensível da formação e ensino no exército Angola, não sei se estará directamente relacionado com a cooperação. Penso que, neste momento, o problema mais sensível é a falta de um processo de formação integrado, ou seja, referindo-me concretamente aos oficiais, não haver um processo contínuo e integrado, desde o início da formação de um oficial até ao fim. A realidade dos Sargentos e das praças não conheço. Neste momento, temos a casa construída pelo telhado, ou seja, temos a ESG, um Instituto Superior Técnico mas, não existe uma Academia, não ter sido garantido que todos os oficiais do exército ou das FAA, passem pelas Academias de outros países. Deveria haver um projecto que garantisse alguma continuidade na formação, desde o ingresso até a formação de nível mais elevado.”*

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Se houver um percurso de formação, ou seja, se um quadro entrar com uma formação iniciada em Portugal, recebe uma orientação de base, orientação doutrinária e continuar nesta linha, sim é uma mais-valia. Agora, se o quadro recebe uma formação em Portugal na Academia, depois vem para o Exército Angolano e vai para outro país com uma doutrina táctica totalmente diferente, não há um fio condutor no processo de formação do militar. Ele começa numa direcção, depois muda para outra direcção e assim sucessivamente. A principal questão que se põe é que a formação deve ser pensada como um todo, de forma integrada, desde o princípio, desde a base até ao topo.”*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos

alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“Sou mais da primeira opinião. Acho que tudo o que seja elevar as qualificações e as competências do potencial humano, traz vantagens a qualquer organização. Quanto mais não seja, capacitar as pessoas para pensar, a estudar os problemas e a meditar sobre as soluções. Portanto, acho que, independentemente do aproveitamento ser feito posteriormente, acho que a valorização do homem, traz sempre a longo prazo a valorização da organização. Acaba por beneficiar as duas partes; para o homem, melhora as suas qualificações académicas e em termos técnicos, embora a primeira vista pode parecer que não traz vantagens directas, mas as vantagens indirectas são enormes, este homem tem potencial para provocar um desenvolvimento na organização, que doutra forma não teria”.*

5. Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“Só vou me referir, estritamente, a Escola Superior de Guerra. Eu conheci a ESG em 1999, numa fase inicial, voltei cá em 2008 e vi uma realidade totalmente diferente. A ESG tem progredido ano após ano, neste momento, se calhar é uma referência. Não há visita militar ou visita de Estado, que venha a Angola e não vá ver aquela Escola. Quem entra lá dentro parece que está noutro mundo. É verdade que a Escola é um projecto angolano com apoio de Portugal mas, eu penso que, a cooperação também tem contribuído para a evolução que a Escola tem tido. A maneira de falar das pessoas é diferente, os professores angolanos e portugueses que passam por ali, toda gente fala “na nossa Escola”.*

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“Não sei responder à esta pergunta. Não tenho conhecimento...”*

7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Conheço a realidade do projecto da ESG. No que respeita a ESG, penso que, o projecto tem corrido muito bem. É a minha opinião, ainda hoje estivemos a falar com o Director. A Escola tem sido um projecto de sucesso. Há uma grande interacção entre a Escola e a sua congénere portuguesa que é o IESM e actualmente os currículos são muito semelhantes, entre uma escola e outra. Quanto a execução tem melhorado bastante, de ano para ano, no que se refere. Espero que este ano melhore mais um pouco.”*

8. Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“As Universidades portuguesas já cooperam directamente com as angolanas. Esse aspecto já existe, várias universidades têm cá pólos, a Católica. Já existe, neste momento, cooperação entre os estabelecimentos de ensino superior portugueses e angolanos. Não se deve eliminar nada. Acho que deve-se ampliar a cooperação.”*

9. Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Neste momento, é o projecto da Academia Militar. Tal como disse o Director da Escola “a Academia Militar é de importância estratégica para a formação dos quadros em Angola”. Depois tem que se pensar na formação dos quadros mais baixos, os sargentos e as praças, mas é preciso haver oficias para formar estas classes. Se não haver oficias para formar os sargentos e as praças...”*

10. Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“O meu projecto, que é o que eu conheço, neste momento está a funcionar muito bem. O futuro não sei. O futuro vai ser o que as FAA quiserem que seja. O projecto é de formação, entre os dois países, mas o projecto é fundamentalmente, angolano apoiado por portugueses. A direcção quem marca são as FAA. Portanto, o projecto será aquilo que os angolanos quiserem que for.”*

APÊNDICE F

ENTREVISTA 3

Interlocutor: TCor. Pires Mendes

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto 3 – Academia Militar Angolana

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 15h29

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Sim, não tenho dúvidas nenhuma que deve ser maximizada. Porque nós temos em Portugal cada vez mais Know How para estas questões de Cooperação. Angola, ainda tem inúmeras debilidades, muitas mesmo. Podemos maximizar isto. Angola hoje pretende fazer uma reestruturação, que já está em curso desde 2004, das FAA. Pretende criar institutos militares nos ramos, há essa intenção. E penso que estes institutos nos ramos serão para dar cursos de promoção a capitão, cursos de promoção a oficial superior, eu penso que quando estes institutos forem uma realidade, que não será nos anos mais próximos provavelmente, mas quando forem uma realidade, é um desafio, também, para nós conseguirmos estar presentes, eventualmente. Nós temos a mais-valia da língua, a nossa maneira de estar, a nossa maneira de ser, a proximidade da língua, outros países terão dificuldades, talvez o Brasil nem tantos, mas outros países terão dificuldades em manter uma cooperação ao nível da formação como nós mantemos porque a questão linguística é fundamental. É importantíssimo, as pessoas quando chegam aos cursos temos que falar todos a mesma linguagem, quer se queira, quer não se queira, pode ser uma formação que tenha a ver com tradutores, porque há cá a cooperação Russa mas, com certeza há muitos generais que falam russo porque estudaram na Rússia, muitos oficiais superiores mas depois há a barreira linguística. Eles trazem tradutores, que traduzem, é aquilo há de ser para ali uma coisa, há alguém pelo meio que torna a*

comunicação mais difícil. Não tenho dúvidas nenhuma que nós podemos e devemos maximizar este tipo de cooperação, sobretudo ao nível da formação. Mantermo-nos na academia, as intenções e os projectos que Angola tem, agora, em formar 3 academias, uma para cada ramo. O que inicialmente era uma academia, chamada Academia Militar Angolana, agora, penso que está praticamente decidido, talvez já não haja possibilidade de inverter essa decisão, fazer as academias por ramos, os generais comandantes já estão nomeados, o processo esta muito atrasado, mas penso que o dia em que a academia arrancar, a academia militar exército ou outras, nós devemos estar presentes. Há ouros desafios que podíamos também, ter em conta, não só na formação. É uma pena nós, Portugal, não estarmos presentes, em termos de cooperação, não estarmos presentes no EME, por exemplo. Temos uma assessoria junto do EMG que tem, também, permissão de assessorar os EM dos Ramos, mas uma presença física no EME, porque o exército em Angola é 90% da tropa. A marinha é muito pouco ou nada, há de ter o seu crescimento, também. A realidade dos Angolanos é, praticamente, o exército. A academia militar é exército. Têm me solicitado, e vejo muitas lacunas, de acordo com as solicitações que me fazem. O que quer dizer que, se estivéssemos lá presentes, nalgum tipo de assessoria, se calhar, seria vantajoso, quer para Angola, quer para nós. Teríamos um conhecimento mais real sobre a realidade do exército, porque a realidade do exército, espelha uma grande percentagem daquilo que é a realidade das FAA. Outros desafios, a formação, a academia militar, os institutos do exército, quando eles forem uma realidade e o EME. São esses os desafios que nós deveríamos abarcar. “

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Precisar de ser desenvolvido, seguramente, é o projecto onde eu estou. Pode parecer narcisismo da minha parte, eu estar a dizer que o meu projecto, neste momento é aquele que precisa de ser mais desenvolvido. Precisa de ser desenvolvido, mas precisa de ter vontade angolana. As questões prendem-se com a segurança do Projecto. Porque o projecto 3 o dia que seja uma realidade há-de ser algo extremamente importante, como é hoje em Moçambique, muitos oficiais da AM de Portugal, vão todos os anos em Moçambique porque já há uns 5 ou 6 anos é uma realidade a AM de Moçambique. Este ano entraram os primeiros militares para o quadro permanente. Não tenho dúvidas que esse (p3) poderá ser mais desenvolvido.*

É claro que todos os outros também podem ser desenvolvidos. Se me disseses que a ESG tem um ritmo próprio, dificilmente com aquelas instalações poderá ter mais, mas que até pode ter mais gente. Aqui ao nível da formação, das OAP tem havido, mas Angola não tem participado em exercícios, não tem participado com força em exercícios no âmbito das NU. Não tenho dúvidas qual é que é o ponto mais sensível. O projecto que deveria ser mais desenvolvido será o projecto (um projecto) da Academia militar exército, mas o dia em que AM exército for uma realidade. Neste momento não é por falta de vontade portuguesa, é como te digo. Só está cá um assessor porque também não há academia, há um conjunto de intenções para haver academia.”

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: “Contribui sempre. Sempre que formamos alguém e lhe conferimos mais competências, estamos a melhorar. Isso é uma verdade, quase uma verdade de la palice tudo aquilo que nos fazemos, e temos apostado na formação, melhora. Mas temos que ter noção que, a quantidade de oficiais, do exército é a massa enorme, muito grande, e as vezes a formação que nos damos centra-se muito a volta de Luanda. A grande massa de oficiais que frequentam os cursos, na escola que já tem mais anos, a ESG e mesmos os cursos avançados de OAP, entre outros, são sobretudo militares que vêm da área de Luanda. O pessoal que está espalhado por essa Angola, nas Brigadas e Divisões não tem acesso ao mesmo tipo de formação que têm aqueles que aqui estão, ao redor de Luanda. Isso, acho eu, que é de certa forma, uma limitação. Mas isso é uma percepção minha, do tempo que já cá levo, sem quaisquer dados estatísticos. A maior parte dos militares que vão para Portugal fazer cursos são de Luanda ou andam aqui a volta, ou das grandes cidades. Os oficiais que estão nas Brigadas não têm a mesma hipótese de virem frequentar os mesmos cursos, talvez o curso de promoção a oficial superior, ministrado na ESG tenha aberto mais o leque. Contribui sempre, com uma melhoria qualitativa, sim garantidamente. Não tenho dúvidas nenhuma. Mas deveria abranger mais. Devia-se levar mais

militares a Portugal e formar mais em Angola. Há muitos coronéis que não passaram pela ESG, não fizeram o CPOS, não fizeram curso de estado-maior, centenas ou mais, imensos. Os generais, inicialmente a ESG ministrou cursos aos generais, passaram por aí, no mínimo. E têm também outro tipo de formação, por já terem estado em Cuba, Rússia, etc. “

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: “Não é com Bolonha ou pelo facto de saíres da Academia com o Mestrado e não licenciado, que resulta daí uma grande ou enormíssima mais-valia para o teu desempenho, porque o tempo de formação foi idêntico, estamos a falar em 5 anos. Este trabalho é uma mais-valia, já tinha os antecedentes na AM, que era o trabalho de fim de curso, que alguns camaradas fizeram antes de vocês, embora não tivesse este peso e esta profundidade, não lhe posso dar a mesma importância que se dá a este TIA, que vocês desenvolvem. De certa forma, vos vai conferir o grau de mestres. Mas, quando um aluno sai da AM, seja com Bolonha ou antes de Bolonha, ele não sai um bom técnico, essa parte técnica desenvolve-se, a sua formação é sobretudo uma formação biblio-académica. A melhoria técnica e a formação técnica, é no último ano, no Tirocínio. Esta é a parte em que se faz o desenvolvimento, em termos técnicos, das competências do aluno. Agora, se esta formação que nós fazemos em Portugal, de alunos angolanos, beneficia o exército mas, os alunos formados em Portugal ainda são poucos. É uma mais valia conseguirem aplicar aquilo que aprenderam na AM. Há uns 15 ou 16 formados, no exército, vindos da AM em Portugal, que concluíram o curso. Por exemplo, Majores formados na AM tens dois, um de infantaria que está no Instituto superior técnico militar, e mais um Major outro, e tens mais alguns que já saíram, formaram-se mas, agora trabalham fora do exército, para uma empresa. A vossa formação em Portugal beneficia o exército, sim. O facto de ser Bolonha, beneficia sempre mais a questão académica. A questão técnica depois tem que ser desenvolvida. No tirocínio, em si é a base de trabalho. Quando chegam cá são enquadrados, mas ainda não vi o oficial de administração militar, formado em Portugal

a ser um adjunto financeiro. A grande mais valia é a formação académica, para depois conseguirem ensinar outros. O pessoal de administração, tem pouca aplicação na parte técnica, o mesmo acontece noutras armas, porque eu vejo, aqueles que foram formados em Portugal, não há ninguém nas brigadas ou divisão, todos eles estão aqui ou em Benguela. Eles estão a ensinar outros, aquilo que aprenderam e, nesse ponto de vista, a aplicação daquilo que aprenderam em termos académicos é uma realidade, em termos técnicos não é. Isso refere-se aos poucos que foram formados e onde é que se tem feito a sua aplicação. Estão sobretudo, ligados a parte da formação.”

5. Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: “Estará sempre melhor. Mas há aqui um défice, um atraso muito grande que decorre da primeira conversa que tive contigo. Decorre do facto de não haver uma Formação de Base, e aí é uma lacuna muito grande. Angola tinha uma escola no Huambo, chamada “qualquer coisa Gomes Spencer”, uma escola que tinha uma assessoria cubana e que formava oficiais, 92 ou 93. Além daqueles que eram formados no estrangeiro, havia uma escola, cá, de formação de oficiais. Quando as coisas correram mal, em mais uma fase de guerra, a escola teve que ser abandonada e arranjaram no Lobito uma escola, que chamaram Escola Inter-armas de Formação de Oficiais do Exército, que ainda hoje existe. Mas que na prática nunca funcionou como uma formação base de índole superior para formar oficiais, ou seja, formava oficiais de uma formação mínima. Mínima é aquilo que nos damos ao oficial miliciano para ser subalterno. Para ser subalterno esta formação chegava, mas para crescer e para fortalecer a sua formação base, não chegava. Ou seja, a formação base está muito deficitária pelo facto de não haver academia, pelo facto de não haver um ensino superior militar. E aí há um défice muito grande, que não é recuperável tão depressa porque, também, não se vê que rapidamente se consiga arranjar uma academia. Ao nível da formação dos oficiais superiores, pelo menos, não tendo ele essa formação base, naturalmente quando chegam ao curso de promoção a oficial superior, ao curso de estado-maior, curso para general, não havendo uma formação de base, é claro que chegam com muitas lacunas. Há seis anos atrás, eu era professor, e dava aulas na ESG. O facto de eles estarem a frequentar um curso, que se chama curso superior de comando e direcção, para ser oficial general, ou curso de estado-maior ou curso de

promoção a oficial superior, se não houver uma base de trabalho que seja idêntica e que eles não cheguem todos com os mesmos saberes, dificilmente se consegue grandes sucesso naquele curso ou seja, eles frequentam o curso, é certo, mas o curso não alcança os objectivos a que se propõem, relativamente a alguns alunos. O grande problema é não haver uma formação de base, nem todos os maiores fizeram o curso de promoção a oficial superior, se calhar uma percentagem diminuta fizeram o curso para ascender ao posto superior. A grande maioria de oficias que desempenha funções no EMG, onde estou no EME, não tem curso de estado-maior. O estado da formação é deficitária, sobretudo porque não têm uma formação de base. Esta formação de base vai ser um problema grande, daqui há alguns anos, porque a ausência desta formação é um problema grande, muito grande. “

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: “Anualmente, para fazer o acompanhamento dos projectos, até porque há um acompanhamento. Cada um dos projectos tem uma ficha de projecto, tem objectivos a atingir, esses objectivos são renegociados de 3 em 3 anos, são avaliados anualmente e ainda são discutidos numa reunião semestral aqui em Angola entre os DT portugueses e os DT angolanos. Eu penso que esta calendarização, como está, serve na perfeição para aferir. Ou seja, um projecto é algo que não vai ter uma duração muito limitada, tipo 6 meses ou 1 ano. Alguns já vêm desde o início, outros já acabaram, outros vão nascer, portanto 3 anos parece-me adequado. O acompanhamento anual, também parece-me adequado. Em boa verdade, os DT que estão no terreno elaboram mensalmente um relatório, em defeito, entre a parte angolana e a portuguesa. Esse acompanhamento é feito, por Portugal, através de um ministério que tem no seu departamento da parte de cooperação técnico militar, um oficial exclusivamente dedicado a questão da cooperação com Angola. Portanto, em termos de calendário, não é preciso uma periodicidade maior. Acho que esta periodicidade está adequada, resolve aquilo que são as necessidades dos projectos. Acho que não é necessário haver mais reuniões. Há tenentes-coronéis, há maiores, há coronéis portugueses no terreno, há angolanos que fazem os relatórios mensais, fazem a aferição do andamento, propõem-se de um ano para outro naquelas reuniões bilaterais, a melhoria disto, a introdução de um determinado objectivo. A acção das delegações é adequada. As reuniões bilaterais realizam-se uma vez por ano ou em

Angola ou em Portugal, e as delegações que saem de Angola ou de Portugal são conhecedoras da realidade dos projectos. Muitas das vezes não está nas mãos dessas delegações melhorar. Porque, muitas das vezes, há indefinições ao nível do topo. No caso do meu projecto, tenho os objectivos fixados para o triénio 2007/2010 e nenhum deles foi atingido, porque não há Academia, ainda. E não é culpa da delegação portuguesa, que veio cá, ou culpa da delegação angolana, que foi a Portugal negociar. Todos somos conhecedores da realidade e todos, se calhar, gostaríamos que os projectos andassem. A verdade é que Angola ainda não decidiu onde é que vai ser a Academia, quais é que são os moldes, não tem infra-estruturas. É uma realidade que todos gostávamos de melhorar mas, não está nas mãos dessas delegações. Há decisões a nível superior que não foram tomadas, e que de certa forma dificultam um pouco aquele querer que nos temos, para atingir os objectivos que nos pretendemos. “

7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Se a gente fizer uma análise geral, qualquer um terá sempre dificuldade. Qualquer um de nós conhece a sua realidade, do seu projecto, bem. A minha realidade, do meu projecto. Não quero falar dos outros. Tem um interruptor angolano. Oficiais milicianos. Há vontade angolana. A nossa grande dificuldade é a diferença de ritmo de trabalho entre Angola e Portugal. Quando vimos, vimos por um ano e queremos que as coisas andem depressa, mas depois há aqui uma natural inércia que faz com que as coisas não andem ao mesmo ritmo que nos desejávamos. Esta pergunta 7 era ideal para fazer ao tenente-coronel Reis, para semana.”*

8. Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“Eliminadas, não devem ser nenhuma. Nós não temos um leque tão alargado, em termos de cooperação militar. Estamos sobretudo na formação, a grande maioria dos projectos é na formação, é o projecto das Operações Especiais e o apoio a formação de comandos, os projectos das operações de paz, o projecto da ESG, o projecto da*

academia, quando arrancar, a escola de administração militar no Lobito em Benguela, tem tudo a ver com o desenvolvimento de curso, estão sobretudo no âmbito da formação. Eu acho que poderíamos desenvolver, e não alterar, deveríamos estender a nossa cooperação ao nível dos estados-maiores dos ramos. Era importante estarmos no estado-maior do exército. Dentro do âmbito da defesa, era talvez importante, uma vez que aqui há um instituto de defesa nacional, em Portugal há outro instituto de defesa nacional, isto faz com que, esse instituto de defesa nacional em Portugal tem cursos que são abertos a civis e a militares, ou seja, faz com que os civis também entendam aquilo que é a coisa militar. Um curso de auditores da defesa nacional, procura que os civis saibam que é isto da coisa militar. Hoje, a sociedade angolana vem dum pós-guerra, portanto, numa situação de guerra toda gente tem conhecimento, mesmo que seja leve, sobre o que é a instituição militar, praticamente toda gente conhece familiares, etc. Num país em paz, os exércitos encolhem, fecham-se, já não são tão visíveis as acções militares e há a necessidade de fazer com que, muitas vezes, a população civil conheça a realidade militar. E este é um papel que no futuro pode ter o Instituto de Defesa Nacional em Angola, da mesma forma que tem em Portugal. É uma área que podia ser estendida, aqui em Angola.”

9. Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Eu não tenho dúvidas nenhuma que será o 2 e o 3. O projecto 3 não existe, ainda mas, o dia em que existir, acho que Portugal deve centrar aí a sua atenção, porque é a formação. O que estás a fazer lá é formar novos oficiais para alimentar as FAA. O projecto 2, porque já tem um know how adquirido, já tem um conjunto de experiências acumuladas ao longo desses anos e que tem sido uma mais-valia, é reconhecido por todos os que lá passam, porque todos os que lá passam para fazer os diferentes cursos de elevado nível, Portugal tem gostado imenso, por isso é que traz cá equipas do IESM, em Portugal, que vinham cá durante determinados blocos de matérias, promovem-se conferências, são cursos com um nível muito elevado, já frequentados por muita gente, muitos oficiais aqui de Angola. São aqueles que, talvez devem ter uma maior atenção. As Operações de Paz num patamar imediatamente abaixo. Tão-somente porque continua a ter a intenção das organizações no âmbito das organizações regionais, SADC, CEEAC, etc., de promover ao nível das suas forças armadas, ao nível da defesa um conjunto de exercícios e acções que os*

permita, de certa forma, evitar que estes conflitos que muitas vezes andam por aqui se generalizem e criem, unidades, know how, conhecimentos, capacidades para intervir. Nós, já cá estamos, temos mantido esta formação, estamos neste momento a colaborar com uma série de intenções que Angola tem para o Kwanza (o Kwanza é um exercício da CEEAC que vai decorrer durante o ano de 2010). Portanto, eu não tenho dúvidas que colocava em cima os projectos 2 e 3.”

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: “Daqueles projectos que já têm um ritmo próprio, como a ESG, o estado é óptimo. Porque aquilo já tem um ritmo próprio, os alunos são nomeados, chegam a horas, o ano lectivo começa, normalmente, no tempo previsto, etc. Os outros, não é bem assim, por exemplo no curso de comandos, não há formação porque faltam botas, etc. Há dificuldades em arrancar por vários problemas. O da Academia, já tu tens uma ideia. A grande dificuldade é nomear as pessoas para frequentar os cursos e criar condições para que esse curso ocorra de uma forma normal. Naqueles sítios onde já sei que tem havido um ritmo mais ou menos certo, existem já instalações, existem muitos oficiais angolanos que já têm vindo a acompanhar todo este processo, as coisas funcionam bem. Nos outros as coisas funcionam menos bem. Porque os alunos não são nomeados a tempo, não há condições, as vezes físicas para o curso decorrer, de fardamento e equipamento, não há condições físicas para o curso decorrer. Enfim, há aqui um conjunto de aspectos que dificultam imenso. Nessa questão da formação e do ensino, onde fundamentalmente estamos, os grandes constrangimentos tem a ver com a dificuldade em colocar as pessoas para frequentar o curso a hora certa, no local certo e com as condições ideais para fazer o curso. Por isso é que alguns projectos já correm sobre carris, sobre rodas, e outros não passam de um plano de intenções, como é o caso do meu, cujo desfecho não se sabe exactamente quando começa. Esse é que é o drama dessas coisas. “

APÊNDICE G

ENTREVISTA 4

Interlocutor: TCor. Paulo Rodrigues

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto 4 – Brigada de Forças Especiais

Data: 25 de Fevereiro de 2010

Hora: 15h15

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Eu entendo que sim, entendo a cooperação como um processo evolutivo e entendo estes projectos de cooperação técnico militar, como projectos que devem nascer, devem ter uma fase de sustentação e devem terminar com a autonomia das entidades assessoradas a não precisarem mais de assessoria. Portanto, os projectos vão se mantendo porque vão conhecendo novas áreas, os próprios projectos, vão englobando novos desafios. Entendo que em cada programa quadro que é analisado, há sempre novos níveis de cooperação que se podem estabelecer, há sempre novos desafios que se podem estabelecer. No caso, específico deste trabalho no âmbito da formação, acho que é importante a formação com Portugal para Angola, pela questão da língua, essencialmente porque a língua é um elemento muito facilitador em todos os processos de formação. Acho que, Angola, sobretudo a nível da formação superior, formação de oficiais, ao nível da Academia Militar e mesmo da formação de sargentos são projectos que em novos programas quadro são projectos que devem ser contemplados.”*

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino

no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Acho que, Angola precisa de ter especial atenção com os seus quadros, oficiais e sargentos. Deve ter uma escola de formação de sargentos próprias, uma academia própria, onde é formado o grosso dos seus oficiais. A formação no estrangeiro é benéfica, traz sempre novas experiências mas, não pode ser o sistema. Angola não pode andar a formar os seus oficiais em Portugal, na Rússia e outros em Cuba, porque depois dá aqui uma miscelânea de doutrinas que as pessoas aprendem e que quando chegam ao país tentam implementar. Isso leva a que haja modos diferentes de analisar as coisas, modos diferentes de fazer as coisas. Acho que são esses os pontos onde eu entendo que a cooperação ao nível da formação deve incidir, neste momento, porque são as áreas a desenvolver. Academias Militares do exército, da marinha e da força aérea que formem o grosso dos oficiais de Angola e também uma assessoria ao nível de uma escola de sargentos.”*

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Com certeza que contribui. As novas experiências contribuem para a melhoria dos quadros do Exército Angolano e do exército português. Nós quando cá vimos, também nos valorizamos e também aprendemos. Angola, penso que colhe muito, isso é visível a nível dos projectos de formação, com esses projectos de cooperação. Penso que a Escola Superior de Guerra, neste momento é um instituto conceituado não só a nível de Angola como, também a nível regional, que vêm militares de outros países frequentar. Cabo Ledo; parte do centro de instrução de comandos e forças especiais já ministrou cursos a pessoal que veio do Congo para tirar a sua formação. Portanto, Angola começa a ser reconhecida como país formador, com centros de excelência, de reconhecida capacidade e qualificação. Começa a ter importância em termos regionais. Também se nota uma melhoria qualitativa do quadro de pessoal do Exército Angolano, não só derivados dos projectos de assessoria. Há, também um esforço*

individual dos oficiais, que eu sou testemunha, de se auto-valorizarem ao irem para as universidades para adquirirem qualificações, não só de ordem técnica, mas também académica. Isto é benéfico para as forças armadas de Angola.”

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“Há diferentes tipos de Academias. Por esse mundo, há Academias que deixam a componente da formação académica para as faculdades, e portanto, recrutam já licenciados sejam em engenharias, medicinas, gestão de empresas, economia. Portanto, os técnicos que necessita, vai busca-los as universidades e depois a Academia Militar dá a formação militar, ou seja, a formação técnica. A Academia Portuguesa não faz isso. Essa academia dá a formação académica necessária e dá a formação técnica, formação militar. Eu penso que os dois processos podem ser viáveis. No caso concreto de Angola, eu penso que é uma mais-valia para Angola toda esta formação de oficiais que tem sido feita em Portugal. Para isto ser uma mais-valia efectiva, é necessário que Angola saiba empregar esses oficiais, quando aqui chegam. No meu entender, esses oficiais quando chegam devem ser empregues essencialmente a nível da formação, para formarem militares das FAA. Porque têm todo um referencial de bases, têm formação académica e têm formação técnica, era uma mais-valia se Angola os colocasse nos órgãos que estão responsáveis pela formação. Essencialmente, se tivesse uma academia militar, direccionados para academia militar. Eu penso que o processo de Bolonha, é um processo que traz vantagens em termos académicos, diminui o tempo dos cursos, as pessoas saem com mestrado. Muita da formação depois é a fazer, um job training. O processo de Bolonha visa isto, fornecer a formação académica necessária, já com o mestrado, e deixar mais tempo para depois a componente de aprender fazendo.”*

5.Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com

Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“Eu como já disse, vim para Angola pela primeira vez em 1996, portanto já lá vão 14 anos desde que aqui estive a primeira vez. Posso dizer que na formação, nota-se uma evolução grande, no Exército Angolano, a nível da formação e do ensino. Não nos podemos esquecer que Angola só terminou uma guerra há 7 anos, nesse tempo não se pode exigir tudo. O que eu penso que deve acontecer, é que Angola precisa de estabelecer uma doutrina própria e implementa-la no seu país. Fazer as suas academias, os seus institutos, já tem a ESG, e que há uma coerência de doutrinas, ou seja, o que os militares aprendem na Academia militar em termos de doutrinas das FAA é coerente com o que vão aprender, depois, no curso de promoção a capitão, no curso de promoção a oficial superior, no curso de estado-maior e no curso de promoção a oficial general. Não tendo formação de base, não tendo academia militar, socorrendo-se do envio de oficiais para Portugal, para Rússia, para Cuba ou para outros países, não há aqui uma corrente doutrinária comum. Basta ver que, há oficiais que têm a doutrina Russa, há oficiais que têm a doutrina NATO, há generais que fazem aqui o curso de promoção a oficial general, na ESG que é de assessoria Portuguesa, há outros que vão a Rússia por 3 anos e têm outra doutrina. Eu acho que, sem Angola nunca deixar de mandar pessoas a diferentes países para fazer formação, porque isto é uma mais-valia e todos os países mandam, vão colher experiencias e vão ver novas realidades, deve haver um rumo, uma linha estratégica, uma linha orientadora da formação angolana que diga; nós queremos que os cadetes da academia aprendam isto, vão neste sentido, tenham esta doutrina, etc. É preciso ter um rumo certo e uma linha de continuidade, que neste momento não tem. Acho que Angola está a dar passos nesse sentido, com certeza daqui a 10 anos, estou em crer que a realidade será diferente “.*

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“Não acho que deva ser maior ou menor. Acho que 6 meses é pouco e que um ano pode ser demais, porque isso também envolve com situação pessoal e familiar das pessoas e estarem afastados tanto tempo da família pode ser prejudicial. Esses prazos são prorrogáveis, não é taxativo, não se diz que é só um ano. Penso que a*

periodicidade é razoável, exceptuando a questão dos DT que, entendo que, 1 ano é capaz de ser pouco. Um DT é o responsável pela direcção técnica do projecto, por fazer cumprir o programa quadro, por fazer cumprir os objectivos do programa quadro. Num ano, muitas vezes, deixam-se objectivos à meio porque os objectivos são transversais a vários anos e há objectivos à cumprir em dois/três anos. Portanto acho que, um DT num período de um ano e meio ou dois seria o ideal.“

7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Na parte que toca ao meu projecto, posso dizer que, é dos mais antigos em Angola. É um projecto que tem o seu início antes da cooperação institucional, no fim de contas. Desde 1974, com a independência, que Angola sentiu a necessidade de criar forças especiais, à buscar compatriotas, militares que tinham prestado serviço nas forças armadas portuguesas na especialidade de comandos e eram, portanto, comandos portugueses que formaram as primeiras unidades de intervenção em Angola. No tempo das FAPLAS havia assessoria que não era oficial nem era institucionalizada, mas eram militares, comandos, contratados que vinham aqui cooperar. A partir de 1993 com o desaparecimento das FAPLAS e das FALA, com a criação das FAA há projectos de assessoria institucionalizados e a cooperação é institucionalizada. Existe uma ligação muito próxima entre os comandos Angolanos e os comandos Portugueses. Há uma cooperação efectiva, há amizade entre nós, já nos conhecemos ao longo de 16 anos de cooperação entre estas forças. No que diz respeito ao meu projecto, não tenho nada a apontar na parte de execução angolana. Isto sem o apoio da parte angolana, não funcionava, porque Angola presta apoio em diferentes áreas. Exceptuando pequenas coisas, dificuldades próprias que não afectam o desempenho e o desenrolar do projecto.”*

8. Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“Não tenho nada a dizer sobre isto.”*

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Eu tenho a minha opinião. Estou em Angola e conheço os projectos todos. Não me parece que seja uma questão que tenha resposta fácil. Todos os projectos são importantes, cada um na sua área. Acho que há projectos que, por as coisas estarem a funcionar sem dificuldades; no caso do projecto da ESG que é muito importante porque trata da formação superior das forças armadas, o caso dos Comandos que é um projecto também importante porque assegura a operacionalidade da força de maior poder das FAA. São projectos que estão em velocidade de cruzeiro e que se desenrolam normalmente. Aquilo onde deveria haver agora uma concentração de esforço era no sentido de implementar uma academia militar. Não quero dizer que devem acabar os outros projectos, estou a dizer que os outros projectos já não precisam de tanta força. Era bom que houvesse, quer da parte angolana quer da parte portuguesa, uma vontade indómita de se levantar aqui uma academia militar, porque é a maior aposta que Angola pode fazer a nível da qualidade das suas forças armadas, apostar nos seus quadros, na formação dos seus oficiais.”*

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“Quase todos os projectos de Portugal estão no âmbito da formação e do ensino. Angola, verdade seja dita, confiou em Portugal para assegurar a parte da formação e do ensino. Penso que tem uma razão de ser lógica, natural, a questão da língua é muito fácil fazemo-nos entender. Não sei como é que podem trazer Chineses ou Russos. Portanto a nível da formação e do ensino os projectos estão a rolar. Depois há coisas que é a nível da estrutura superior que não é portuguesa, que estabelecem programas de curso, tipos de formação que depois vão colidir um pouco. O facto de as vezes a estrutura superior ter uma assessoria diferente, leva a que sejam estabelecidos programas, métodos de formação, modelos de formação que as unidades que estão a ser assessorada por militares portugueses, depois têm alguma dificuldade em concretizar, porque estão habituados a outro tipo de formação. Isso aconteceu-nos, concretamente, em Cabo Ledo com a Preparação Geral, foi implementado um modelo Russo que é transversal para as forças armadas. Acho que*

os projectos estão bem ao nível da formação e do ensino, estão a decorrer já em velocidade de cruzeiro, grande parte deles, os mais antigos. Há outras áreas que têm que ser introduzidas nomeadamente, na formação de oficiais, formação de sargentos e algumas áreas técnicas, que é normal que Angola ainda não tenha, ainda não se tenha chegado a essa parte evolutiva do processo. Angola tinha as forças armadas sobredimensionadas para uma guerra. A formação e ensino devem ser feitos no país, a ida ao exterior, é uma mais-valia excelente mas, não deve ser a regra. O grosso dos oficiais deve ser formado em Angola e o grosso de sargentos deve também ser formado em Angola.”

APÊNDICE H

ENTREVISTA 5

Interlocutor: TCor. Inf. Jorge Manuel Sequeira Iglésias

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto nº 5

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 11h00

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Suporte: transcrição do escrito pelo próprio interlocutor.

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Sim, a maximização da Cooperação Técnico - Militar beneficia ambos os intervenientes, devendo ser englobadas visitas de carácter técnico a Unidades, Estabelecimentos Órgãos em Portugal com o objectivo de cimentar conhecimentos técnicos adquiridos durante a formação e conhecer novas realidades”.*

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Da experiência que tenho tido em termos de Formação/ensino, constata-se que por vezes durante o decorrer de determinados cursos de carácter técnico a formação de base de alguns alunos apresenta lacunas, sendo que esta situação influencia decisivamente os resultados finais que se pretendem atingir.”*

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e

capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Sem dúvida que uma formação pessoal sólida contribui não só para o enriquecimento do militar como cidadão com também para a instituição que representa.”*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“O oficial do exército deve ser acima de tudo comandante e um condutor de homens e a sua preparação deve apontar nesse sentido. A sua formação deve por isso ser cuidada em termos de preparação moral e técnica, nunca descurando a aprendizagem e manutenção das boas relações humanas com superiores e subordinados.*

A adesão ao processo de Bolonha, sem dúvida que é uma aposta na formação pessoal do indivíduo, colocando-o num patamar de igualdade com os outros estudantes universitários civis. No entanto, não me parece que seja um factor determinante na formação de oficiais das forças armadas, considerando a finalidade última dos mesmos.”

5.Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“É visível que a acção de Cooperação Técnico-Militar tem dado os seus frutos em vários Projectos, que são visíveis nalguns sectores do Exército Angolano, no entanto existe ainda um longo caminho a percorrer, tornando-se necessário redefinir objectivos e estabelecer novas metas a atingir.*

No caso concreto do Projecto 5 (OAP), as FAA já dispõem neste momento de um conjunto de militares de diversas patentes com formação específica na área das Operações de Apoio a Paz, capacitados para ministrar instrução nessa área específica, ou desempenhar missões quer pertencendo ao Estado Maior de Unidades, quer desempenhando funções individualmente.”

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“A acção desenvolvida por estas delegações é profícua pois garante o acompanhamento dos projectos e o consequente cumprimento dos objectivos propostos. No caso concreto de Angola este tipo de acções deve manter-se com a periodicidade anual conforme do antecedente.”*

7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“No caso do projecto 5, do qual sou Director Técnico, apesar de constatar que muito já foi feito, existem porem factores que em minha opinião são decisivos para a boa continuação dos trabalhos e que são da responsabilidade da parte da parte Angolana.”*

8. Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“Presentemente e considerando o actual grau de desenvolvimento dos projectos de uma forma geral, sou da opinião de que será extemporâneo acrescentar ou eliminar alguma áreas de desenvolvimento.*

Pessoalmente, sou da opinião que deviam ser abrangidas áreas relacionadas com as indústrias de defesa militar”.

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Essencialmente sobre os projectos que se relacionam directamente com a instrução, nomeadamente:*

- Proj2 CTM/RA – ISEM*
- Proj3 CTM/RA – AM*
- Proj4 CTM/RA – Forças Especiais*
- Proj5 CTM/RA – CIOP*
- Proj6 CTM/RA – Esc. Admil.”*

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“De um modo geral, sou da opinião que o projecto tem cumprido os objectivos propostos com um bom grau de execução. “*

APÊNDICE I

ENTREVISTA 6

Interlocutor: Major ADMIL Paulo José Rodrigues Duarte

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Director Técnico do Projecto 6 – Escola de Administração Militar - Benguela

Data: 07 de Abril de 2010

Hora:

Local: Póvoa de Varzim

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Os projectos inscritos no PQ surgem em função das necessidades e preocupações de um dos cooperantes, desde que exista possibilidades e valências do outro cooperante. Angola tem um forte potencial humano que esteve “estagnado” durante um longo período de tempo, sem possibilidades de evolução, devido ao conflito armado, uma vez que todos os recursos materiais eram canalizados para alimentar esse conflito. Com fim desse conflito as FAA reestruturaram-se e sentiram a necessidade de cooperação em diversas áreas do saber militar, que passam essencialmente pela formação dos seus quadros. À medida que os recursos humanos das FAA se vão especializando surgem, como é lógico, novas necessidades que poderão constituir novos desafios para a cooperação.”*

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“Hoje já existem projectos que abrangem novas áreas que não passam pela formação mas sim pela troca de conhecimentos, nomeadamente o projecto ligado à*

psicologia, onde existe um intercâmbio entre o centro de psicologia da Força Aérea Portuguesa e o centro de psicologia da FAN. Mas uma das missões prioritárias dos projectos continua a ser, sem dúvida, a formação. Com a criação das Academias Militares (Exército, Marinha e Força Aérea) vai ser necessário, numa fase inicial uma vez que os militares com formação académica são em número reduzido não cobrindo as reais necessidades, apostar na cooperação nestes estabelecimentos de ensino. “

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Costuma-se dizer que o melhor investimento é no saber, na aquisição de conhecimentos e a formação de militares Angolanos em Portugal, por uma razão óbvia - a língua - , constitui um meio de dinamização do conhecimento, uma vez que não existem entraves iniciais. Cumulativamente os projectos também contribuem para o enriquecimento dos quadros angolanos, pela formação que ministram e pelo apoio que dão na assessoria aos formadores angolanos.”*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“Como é lógico aumentando a exigência ao nível da formação, os formandos saem mais enriquecidos, e ao saírem com mais qualificações contribuem para o aumento da formação académica nas Forças Armadas, constituindo-se assim como uma mais-valia em termos académicos e técnicos para os recursos humanos das FAA.”*

5.Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“Como já referi, as FAA passaram por uma reestruturação de fundo (2004). Por exemplo, a Escola Prática de Administração Militar (EPAM), que dependia hierarquicamente do Exército e ministrava formação só a este ramos das FAA, passou para a dependência do EMGFAA, nomeadamente para a Direcção de Ensino da Direcção Principal de Preparação de Tropas e Ensino, passando a ser responsável pela formação nas áreas de administração (transportes, Finanças, Intendência, Pessoal e secretariado) aos três ramos das FAA. Aqui a cooperação constituiu-se como um bom pilar de apoio a esta reestruturação, numa fase inicial cooperando na revisão dos programas curriculares dos cursos ministrados e posteriormente no apoio aos formadores da Direcção de Ensino.*

Hoje podemos dizer que os militares Angolanos estão melhor formados, existe já uma preocupação cada vez maior de apostar na formação, mas penso que todo este processo formação só ficará concluído com a criação das Academias.”

6.Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“Os projectos dependem tecnicamente das Entidades Técnicas Responsáveis (ETR) sendo toda a sua actividade supervisionada por estas. As delegações destinam-se a verificar se os objectivos constantes das fichas dos projectos estão a ser cumpridos e prestam um apoio primordial na resolução de problemas administrativos com que os projectos, às vezes, se debatem, daí que não seja necessário aumentar a periodicidade das reuniões destas delegações.”*

7.Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Os projectos têm sido executados de forma satisfatória havendo a preocupação, por parte das entidades angolanas, na resolução dos problemas à medida que estes vão surgindo.”*

8.Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“Nós militares chamamos-lhe CTM mas a cooperação abarca já outras áreas de domínio civil, principalmente com os estabelecimentos de ensino e Centros de Saúde. Os projectos extinguem-se à medida que vão cumprindo as suas missões e outros vão sendo criados à medida que as necessidades vão surgindo, daí que não possamos dizer que existem áreas que devam ser eliminadas ou criadas. Mas no caso específico da Administração, penso que a assessoria poderia cumulativamente apoiar a EAM e a Direcção de Finanças, por forma a conjugar o que é necessário com o que é leccionado.”*

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Penso que deverá, pelas razões já apontadas, centrar-se os esforços de Cooperação nas Academias, mas sem descurar as outras áreas também elas importantes para a formação de umas Forças Armadas Coesas em termos de saber.”*

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“A formação dos quadros enriquece as FAA, uma vez que o conhecimento é, posteriormente, transmitido. Daí que a missão dos projectos seja prioritariamente a formação e a cooperação na reestruturação dos programas curriculares dos cursos. Os recursos humanos e financeiros das Forças Armadas Portuguesas também são escassos e têm de ser muito bem geridos não podendo, como seria a vontade, apoiar um reforço dos projectos em termos de pessoal, daí que os projectos se debatam*

muitas vezes por falta de pessoal, mas penso que com algum esforço e vontade se consegue fazer muita coisa e a meu ver é o que se tem passado com a CTM Angola.”

APÊNDICE J

ENTREVISTA 7

Interlocutor: TCor. João Reis

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Adjunto da DSCTM/DGPDN

Data: 25 de Fevereiro de 2010

Hora: 16h08

Local: Rua Sequeira Lukoki nº 22, Luanda/Angola (Residência da CTM)

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Acho que sim, especialmente em áreas que Portugal tem competências, tem know how e pode vos ajudar. Portugal é um país economicamente rico e tem na área de formação know how e acho que na área de formação estamos a falar a nível de construção das academias, escola naval e academia da força aérea. Na formação de oficiais, acho que tinha todo interesse mantermos as escolas como nos temos as escolas práticas, um modelo de formação partido, como nós temos. Que resultou, que muitos países também o têm e penso que por aí poderia ser a ambição de Angola e Portugal, a formação. Pela língua que nos une, os costumes e pela história dos 500 anos de convivência. A construção das academias, os estabelecimentos de ensino superior, eu considero que o ISEM já está implementado, em termos de desafios. Depois, acho que um desafio importante, que está no actual programa quadro e que devia ser reforçado, é a marinha. Angola, para se afirmar como uma potência regional, se olharmos para África não há marinha, e as ameaças nas rotas comerciais, agora vêm do mar. No mar também estão os recursos que poucas pessoas conhecem. O desenvolvimento da marinha é um projecto que a gente deveria apadrinhar. Angola tem que olhar para os 3 ramos das forças armadas, com a marinha poderia projectar forças a nível da Standby Forces, da União Africana. Angola se tivesse marinha poderia estar agora na Somália a liderar uma operação. Em termos de novos*

desafios, eu acho que o projecto de engenharia. Como sabes tem estado parado. A engenharia militar não é só um projecto militar. A engenharia é para segurança e desenvolvimento. A engenharia desenvolve um país. Em Portugal quem abre as estradas em certos locais são os militares. Ao se abrirem estradas, estás a dar melhores condições de vida às populações, estás a proporcionar o desenvolvimento do país, ou seja, está a aumentar o fluxo de transportes e de mercadorias que gira no país. Era um projecto fulcral para Angola. Acho que Portugal tem Know How, como sabes, temos uma companhia de engenharia, para vos facultar. Outra área importante que eu acho importante, é as Operações de Apoio a Paz. As forças armadas aos olhos dos políticos vão deixar de ser tão úteis e as forças armadas têm que fazer o seu marketing perante a população. E fazem isso em tudo que seja outras missões de interesse público das forças armadas; as missões de paz, apoio às calamidades, tudo o que puder, ou seja, outras missões que não aquelas que a gente sabe, de atacar e defender. E outras missões de operações de apoio a paz, porque? Sabes que a União Africana esta a desenvolver, ou seja, os países têm que se tornar, em África, produtores de segurança e não consumidores de segurança. Quando eu digo produtores de segurança, têm que produzir segurança, ou seja, aqueles batalhões que vocês viam anteriormente a chegar cá, de outros países, Angola tem que se preparar para enviar batalhões ao contrário, para o Ruanda, para manter a paz. A manutenção da paz dos países limites é a paz de Angola. É o que digo, um projecto de apoio a paz era muito importante. E tinha que ser mais desenvolvido, a criação de um centro de operações de apoio a paz. Tu não precisas forças de operações de apoio a paz, porque os militares cumprem operações de apoio a paz, precisas é de um centro onde vai se reciclar os batalhões de infantaria. Há coisas que não são normais, vocês não fazem check point, as vistorias, portanto tens que, durante 3 ou 4 meses, levar só um batalhão, refresca-lo para, por exemplo, ir para Somália e para outro lado. Eu penso que é uma área que temos que qualificar porque, como tu sabes há duas áreas e tu devias estudar; uma é da CPLP, os centros de excelências, na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa) estamos a tentar criar o Centro de Excelências de formação de formadores, não estamos a falar de centro de soldados formadores, não, estamos a falar de pessoas como tu e como outros que querem ir depois dar cursos e formar batalhões. O Centro de Formação de Formadores de Excelências, da CPLP, Angola podia agarrar nessa, nas operações de apoio a paz. Porque é essencialmente, centro de excelências para as operações de apoio a paz. E Angola tem know how, tem capacidades, já tem indivíduos com nome suficiente para formar outros formadores africanos. Virem cá ter formação. Eu acho que são as áreas fulcrais em que vocês deveriam reforçar. Eu acho que Portugal

neste momento, como tu sabes, participa no Afeganistão, no Kosovo, tem um know how de experiencia e vos pode ajudar, e depois vocês seguirem o vosso rumo. Ajudar, mais como parceria do que como... Lado a lado, porque vocês também têm ensinamento para nos ensinar, nessas coisas de cooperação é assim, aprendemos uns com os outros.”

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: “Os pontos sensíveis, para mim, neste momento é a Escola de Ensino Superior Militar, como sabes não foram levantadas. Isto é importante para um país. E como tu foste fazer curso a Portugal, se tiveres indivíduos de outros países africanos a vir fazer formação a Angola, em parte acabas por terem conhecimento de uma realidade de um país que os formou, fazer ligação com esse país de abrir portas e é importante. Isto era uma área que eu acho interessante. Só que vocês têm um problema, na minha opinião, que é a formação de oficiais e sargentos. Não se podem basear só nos oficiais do quadro permanente. Tu a seguir tens que arranjar, tu vais ser general, tu és formado para ser general, vais fazer a tua carreira, vais subir todos os postos, mas têm que permitir que tu chegues a general, ou seja, tem que ser uma pirâmide. Como é que nos fazíamos, antigamente, quando tínhamos um exército muito grande, era aquela franja da pirâmide de alferes e tenentes, eram milicianos. Eram eles que tinham instrução num ano e comandavam pelotões, etc. e depois tinhas o pessoal do quadro que enquadrava esses indivíduos, capitais e por ai adiante. Tu precisas muito de alferes, tenentes e capitães, depois comesas a precisar menos de majores, menos tenentes-coronéis e menos generais. Porque é uma pirâmide. É uma área que vocês deviam testar à abrir. Depois, uma outra área que, eu acho que, vocês deveriam ter é os quadros técnicos; o serviço de material, o técnico de manutenção de material, o técnico de administração militar, não quer dizer seja um indivíduo formado na academia, é os técnicos. Informática, essa formação. De resto, acho que está a correr bem, o Instituto Superior de Ensino Militar, já vêm indivíduos de vários países africanos fazer cá o curso.”

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e

científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Isso contribui sempre. Eu fui fazer o Curso de Estado-Maior à Marrocos, por exemplo. Isso contribui sempre. Conheceres uma nova realidade, um novo país e isso abre-te os horizontes. Quer dizer que a ti abriu-te horizontes conheceste um país novo, com outra ideia de pensar, pode não ser a correcta mas, viestes muito mais crítico, vieste com outra abertura de espírito. Por isso eu acho que contribui. Eu fiz o curso em Marrocos, por exemplo, e abriu-me os horizontes de outra forma, se tivesse feito aqui o curso também me iam abrir os horizontes doutra forma porque, acho que em cada país abrem-se os horizontes. Estando a ver outra realidade, vês os erros que estas a cometer. Eu acho que contribui. Em qualquer país, e tu sabes disso, nos por exemplo no curso de estado-maior, quem tira mais de 14 e meio tira o curso de estado-maior. Vocês agora têm mestrado, ou seja, já está incorporado. Um curso de qualificação para quê? Para tu poderes ir a nível de divisão, no estado-maior seres o oficial de apoio desses dois indivíduos, podes sempre apoiar a nível político, por aí adiante. Nesses cursos vinham alemães, não é que os alemães tenham um ensino pior que ao nosso, vinham americanos, não, porque é nova realidade, vens aprender coisas novas. Tudo que seja, cursos no exterior, mesmo nos países da Europa, as pessoas tiram cursos uns nos outros, porque é importante a formação. E abre horizontes. Tens que olhar para ti e veres se agora te sentes mais capaz, mais conhecedor do que sentias antes. Mas eu acho que sim. “*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“Eu não estou na academia e não tenho muito conhecimento sobre Bolonha. Eu acho que Bolonha é um engano, na minha opinião. Porque, eu fiz 5 anos de*

Academia, eu acho que o grau de mestre, o mestrado era uma coisa que se fazia de per si. O curso da Academia ser de 5 anos, não é para ser praxado ou para perderes tempo. O curso superior abre-te o espírito, vês novas realidades. Bolonha, a nível académico até é capaz de dar o mesmo que dá a licenciatura, neste momento, é uma questão de enquadramento na União Europeia. Não acho que traga assim muitas mais-valias, nem académicas nem técnicas. Não te sintas menos capaz por causa disto, tiveste uma formação também. Vais fazer uma tese no final, vais fazer o mesmo que eu. Só que a eles vão lhes chamar mestres, e a ti e a mim, também, não me chamam mestre. Para mim, a minha opinião, são novas doutrinas de formação, que as vezes o pessoal invente. Sou muito céptico em relação a isto. Acho que não deves te sentir mais valorizado ou não. É a minha opinião.“

5.Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: “Olha eu te posso dizer porque cheguei cá em cooperação em 95. Tive cá em cooperação em 95/96, e eu vejo no vosso país em termos de formação, não quero dizer que seja só responsabilidade nossa, naturalmente, mas em termos de formação vocês começam a ter quadros mais capazes. Decorrido este tempo, eu vejo por exemplo, tu tens um exemplo de medida de grandeza, o CPOS, este ano vai ser garantido, essencialmente, por angolanos, ou seja, naquilo que vocês antigamente eram os portugueses que vos dava alguma questão, neste momento são vocês que dão os cursos. Houve uma progressão qualitativa. E isso é bom de ver. Depois, em termos de formação de curso de comandos, no meu tempo quem dava os cursos era a assessorias portuguesas. Neste momento, os próprios angolanos já dão cursos. Neste momento acho que estão num patamar, está claro, derivado das vicissitudes de guerra as coisas não eram fáceis para vocês, mas neste momento acho que está... Agora vocês têm um problema, têm que definir o que é que vocês querem de formação, estamos a falar de doutrina NATO, Russa ou vossa. Adaptem. Queres a minha opinião sobre a doutrina? Eu direi facilmente o seguinte, vai ver qual é a doutrina aplicada na União Africana, é da NATO, camuflada mas é NATO. É da União Europeia que é igual à da NATO. A doutrina Russa perdeu a actualidade, é o dois à frente um atrás que vocês têm na infantaria. Isso é importante, a táctica, a guerra mas é importante outras missões. Neste momento tens outras missões. Depois tem uma doutrina ainda muito estatizada, secretismo, acho que não há necessidade. Eu acho

que Angola tem capacidade para fazer uma doutrina própria, adaptando uma das doutrinas. Portugal não tem doutrina, adapta a doutrina americana. Porque quem ganhou as últimas guerras, gostemos ou não dos americanos, foram os americanos. É uma doutrina onde eles têm entrado em combates e têm saído vitoriosos. É uma doutrina que tu aprendeste e tem lógica. Tu se fores ver a formação na Rússia, os teus conterrâneos não trazem livros, não lhes dão nada. Pergunta-lhes. Acho que é uma doutrina do secretismo, do esconde. Em Portugal tu vais e trazes os livros que quiseses. Tu não podes é pegar na doutrina usada em Portugal e tentar adaptar, tens que adapta-la à tua realidade. As vezes o erro que se comete é, vou tentar copiar o modelo europeu para aqui, mas não pode, vocês estão no início. Vocês não têm que adaptar, rigorosamente o que se passa na Europa, vocês não têm que inventar forças de reacção rápida mas têm que pensar, o que é a ameaça no vosso país, na realidade? Em que nível, em que estágio de desenvolvimento está o vosso país? Não tens que ter medo disto, nós também já estivemos assim. Eu nasci em Angola, sai aqui com 10 anos. Gostei de ver, o vosso país agora, está mais desenvolvido. Em 95 isto estava pior, estava muito pior. Claro que isto demora tempo. E não tens que te perturbar por isso, tens que tentar mudar. Agora, tu não vais mudar tudo num dia. Tens que adaptar, e tens que pensar assim quando chegares cá, como é que eu vou conseguir chegar aquele objectivo. Devagar, paulatinamente. Por isso, eu acho que melhorou e acho que vocês vão ter capacidade um dia de terem... Olhem para Moçambique, a Academia Militar formou os seus primeiros cadetes lá. E vocês são muito mais influentes que Moçambique e não têm Academia Militar. E são os portugueses que estão dar apoio lá. E pergunta a quem lá teve, os primeiros cadetes formados em Moçambique, neste momento aquilo é um exemplo para o país. Vocês aqui têm muito mais potencial para o fazer. Agora, na minha opinião fizeram um erro, é uma academia conjunta. Nós em Portugal também cometemos esse erro. Porque andamos lá em guerras internas. Importante é tu conheceres o teu camarada da marinha, da força aérea. Há ligação, há contacto e sabes que isso é muito importante. E porque vocês estão a crescer, neste momento e assim não gastavam tantos meios. Com menos meios faziam uma academia. Assim fazem 3 academias, depois têm um problema, quem é que vos vai ajudar. E vocês têm os países de Língua portuguesa têm, Brasil e Portugal. Queiras tu ou não, a língua que vos une e dá a unidade nacional é o português. O que vos dá a integração nacional e todos se sentem angolanos, é a língua.”

6. Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade

maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“A reunião é desenvolvida bilateralmente. E nesta bilateral todos os anos fazemos a avaliação da cooperação, ou seja, tu tens um programa quadro e juntamo-nos, a DGPDN, que somos nós, a DNRI, é o Almirante “miau” mais o general Coceiro, e o EM reunimo-nos e fazemos a avaliação dos projectos. Claro que, aqui, o EM já fez a reunião com os DT que estão cá no terreno, angolanos e portugueses e fizeram a avaliação de como está a correr o projecto. Temos a hipótese num programa quadro, escolha múltiplas, ajustar e tentar colmatar deficiências. Eu acho que é importante, anualmente é importante. As assessorias que estão cá, eu acho que a periodicidade da permanência um ano e meio era o ideal. Um ano e meio ou dois anos era o ideal. Porque sabes que a cooperação, também, depende muito dos laços de amizade e de confiança mútua. Eu acho que o ideal era estarem um ano e meio a dois anos. Pelo menos os DT deveriam estar um ano e meio à dois anos. Porque? Para não haver quebras de confiança. Os objectivos técnicos são elaborados todos os anos. Tens o PQ, defini objectivos gerais e específicos, são definidos nessa reunião. Na reunião bilateral, quando for a última, nos vamos renegociar o programa quadro, vamos agora renegociar em Maio, o próximo programa quadro. Nas reuniões bilaterais, nos vamos acertando pormenores. E há uma reunião entre a DNRI e a DGPDN que vamos então dizer, pronto, Angola precisa deste projecto, deste projecto, deste projecto e Portugal diz podemos assessorar isto, isto e isto. Depois chegamos a um programa quadro, mas depois do programa quadro feito, definem-se objectivos anualmente, para cumprir aqueles objectivos específicos.”*

7. Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Os projectos têm sido bem executados. Há projectos que estão bem cimentados, há projectos que... Claro que há sempre, como em tudo na vida, há projectos que não andam tão bem mas, também... porque é assim, as vezes é difícil, estamos a falar do projecto 9 de engenharia, as vezes é difícil conseguir reunir todas as condições para fazeres este projecto. No entanto, eu acho que os projectos estão a se executar bem. Eu dou-te exemplos de projectos que se estão a executar bem: o projecto 2 da ESG, o*

projecto 3 da academia não está, mas por indefinição de onde é que vai ficar a academia, está tudo feito, ou seja, o trabalho está feito, os programas de curso; o projecto 4 - Os Comandos, está a ter muito historial, nem preciso estar a dizer, tu conheces; o projecto 5 – Operações de Apoio a Paz acho que é um bom projecto na medida em que é um projecto de futuro para vocês; o projecto 6 – Escola de Administração Militar, teve um bom desempenho e vocês precisam muito de oficiais de administração, não tu, precisas também de ter subalternos teus cá que saibam também gerir; o projecto 7 – Saúde, é um dos que não corre muito bem, não está muito bem implementado, não está ainda agarrado mas, isso é normal, nem todos correm bem; projecto 8 – Marinha, acho que também está bom; projecto 9 – Engenharia é outro que também não está a ser implementado, ainda; o projecto 10, da Escola já saíram pilotos, deu-se curso de helicóptero e saíram pilotos; projecto 11 é Psicotécnicos da Força Aérea e o projecto 12 é a formação em Portugal.”

8.Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: “Eu acho que, o facto das alterações mundiais, e tendo em conta agora a forma do sector de segurança, tens que ver a forma do sector de segurança. Eu vou te resumir isto. Chegou-se a conclusão que, os académicos chegaram a conclusão que, um estado para desenvolver tem que ter segurança. Como é que se vêem os três pilares de segurança? Administração interna (a policia, as alfandegas, controlos fronteiriços) defesa, ou seja, as forças armadas e a justiça. Estes três pilares de segurança não funcionarem, no país não há desenvolvimento. Isto estava-te a dizer porque? Isto é importante. Podes estender isto a várias áreas de cooperação para vocês, a vossa justiça. Há facilidade da língua. A educação, principalmente porque este país foi devastado pela guerra durante longos anos. E não há que ter receio que, vocês precisam de formar formadores. Eu acho que são áreas que se podem desenvolver e que Portugal tem suficientemente competências para vos dar. Em termos da defesa, eu acho que seria importante, as outras missões das forças armadas, a vigilância marítima. Porque tu sabes que há compromissos internacionais, ou seja, um estado tem compromissos colados as suas costas, não deixa que acontece a pirataria, como está a acontecer na Somália, e vocês têm que desenvolver isto. As operações de Apoio a Paz. Principalmente estas áreas, fase a evolução mundial, fase a pirataria que

está a haver neste momento. Com as novas ameaças, acho que essas áreas que se podiam fomentar.”

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: “Olha, eu ia, Projecto2 ESG, antigo IESM, projecto 3 para não ver só na negativa, vêes na negativa porque é que a academia militar não funciona, projecto 4 os comandos, um projecto que funciona, o projecto 5, o projecto 8 da marinha, o projecto 6 escola da administração militar, porque é aí que está a formação de oficiais, para veres como é importante e o que se fez lá, para veres a formação de quadros. E pronto, esses para mim é que são os pilares.”

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: “Na vertente da formação e do ensino. Falando só agora do exército, o projecto 2 está muito bom, é um projecto de futuro para vocês. Eu acho que, é como eu disse há bocado, é um projecto do futuro. É um projecto que vos pode dar projecção a nível internacional. Projecto 2, já nesse momento têm alunos de vários países africanos. Eu penso que esse projecto está bom. O projecto 3 da academia militar, está parado, não há definição, o que é pena porque vocês precisam de formação de oficiais, naturalmente. Projecto 4 comandos, na vertente de formação e ensino, melhor do que ninguém pode vos dizer, os comandos é a tropa que está aí disciplinada e formada. Há um problema que é a renovação de quadros. São tropas que já começam a ficar envelhecida, um comando tem que ter mais agilidade, tem havido alguns constrangimentos na formação de novas forças. No entanto, é um projecto que ao longo dos anos é uma tropa mais capaz, ou seja, tens aí tropa que podes empregar sem vergonha em qualquer parte do mundo. Projecto 5, eu acho que bem, até porque Angola deveria dar mais importância ao projecto. A construção de um centro de excelência de formação de formadores, em termos das operações de apoio a paz. Em termos mundiais é assim que estão a ser empregues as forças armadas. Angola pretende se afirmar como uma potência regional dentro da União Africana, e tem contributos para a UA, para a Stand By Forces. Tem de formar batalhão, tem que ter formadores preparados para formar. Depois do exército, acho que está muito bom.

Está consolidado em termos de administração, mas o problema é assim, acho que vocês têm que pensar na formação de oficiais que não os da academia. O 9, que também não arrancou, engenharia militar, também não arrancou. O que é pena.”

APÊNDICE K

ENTREVISTA 8

Interlocutor: Coronel Pedro Sozinho

Entrevistador: ASP ADMIL Lury Santos

Cargo: Adjunto Técnico da DNRI

Data: 28 de Fevereiro de 2010

Hora:

Local: DNRI/MINDEN

Suporte: Escrito pelo próprio

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1.A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

R: *“Sim. É intenção de ambas as partes aproveitar ao máximo a cooperação existente entre os dois países no domínio da Defesa. Isso será debatido na próxima Reunião da Comissão Bilateral.”*

2.Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

R: *“São aqueles projectos que não funcionaram no Programa – Quadro 2007/2010, nomeadamente os Projectos da Saúde e Engenharia Militar “*

3.É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação

contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

R: *“Só o facto da maior parte dos projectos de Cooperação serem destinados a formação, espelha o quão importante é a contribuição de Portugal na melhoria da qualidade dos nossos quadros. Aliado à isso, a formação é feita em Língua Portuguesa.”*

4.O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

R: *“Toda a formação traz sempre mais-valias, quer técnicas, quer académicas, só que a sua aplicação depende muito do quadro recém-formado e da área onde o mesmo for enquadrado.”*

5.Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

R: *“Fruto do próprio desenvolvimento do mundo, com a introdução de novas tecnologias e novas técnicas de gestão, as Forças Armadas Angolanas são obrigadas a estarem à altura dessas exigências. Esforços estão a ser feitos para que o ensino militar angolano acompanhe a evolução do mundo.”*

6.Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

R: *“Existe uma Comissão Bilateral que reúne anualmente de forma alternada, em Portugal e Angola, para acompanhamento da execução dos projectos. Internamente, em Angola, os projectos funcionam com dois Directores Técnicos, sendo um angolano e outro português.”*

7.Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

R: *“Decorrem bem. Em Angola realizam-se em cada ano duas reuniões de Balanço conjunto da execução dos projectos. Essa periodicidade é perfeita.”*

8.Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

R: *“As áreas consideradas consolidadas pelas partes são eliminadas durante a Reunião da Comissão Bilateral. Agir fora do domínio da defesa implica mais custos. Não pode ser.”*

9.Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

R: *“Os projectos relativos a saúde e a engenharia militar.”*

10.Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

R: *“A avaliação da execução dos projectos da Cooperação é positiva, como se concluiu em Julho de 2009 na reunião de Balanço Conjunto (órgão interno de acompanhamento presidido pelo Vice - CEMGFAA para acção administrativa, que integra os directores técnicos angolanos e portugueses, de cada projecto e outros convidados).”*

APÊNDICE L

ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 1:

A Cooperação Técnico-Militar (CTM) materializa-se na execução dos projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) negociados e aprovados, ao nível bilateral, com cada um dos países beneficiários. Na sua opinião, e no caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação deve ser maximizado, englobando novos desafios?

Interlocutor	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Cor. Lourenço	X		Estou-me a lembrar, fundamentalmente, do projecto de engenharia que necessita de ser reactivado.
TCor. António Romão	X		Novos desafios, só estou a ver uma maior cooperação entre a ESG e o IESM, de forma a criar um sistema de formação integrado.
TCor. Pires Mendes	X		Outros desafios: a formação, a academia militar, os institutos do exército, quando eles forem uma realidade e o EME.
TCor. Paulo Rodrigues	X		À nível da formação superior, formação de oficiais, ao nível da Academia Militar e mesmo da formação de sargentos, são projectos que em novos programas-quadro devem ser contemplados
TCor. Jorge Iglésias	X		Novos desafios: visitas de carácter técnico à U/E/O em Portugal com o objectivo de cimentar conhecimentos técnicos adquiridos e conhecer novas realidades
Maj. Paulo Duarte	X		À medida que os recursos humanos das FAA se vão especializando surgem, como é lógico, novas necessidades que poderão constituir novos desafios para a cooperação
TCor. João Reis	X		A especialização dos recursos humanos das FAA, como é lógico, novas necessidades que poderão constituir novos desafios para a cooperação.
Cor. Pedro Sozinho	X		É intenção de ambas as partes aproveitar ao máximo a cooperação existente entre os dois países no domínio da Defesa.

Quadro 3 - Análise de conteúdo à pergunta 1

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 2:

Os projectos que compõem os Programas-Quadro cobrem um campo de intervenção que abrange várias áreas. Designadamente na área da formação/ensino no Exército Angolano, quais entende serem os pontos mais sensíveis onde este tipo de cooperação necessita de ser mais desenvolvido?

Interlocutor	Argumentação
Cor. Lourenço	É, fundamentalmente, nesses cursos mais baixos nomeadamente, o curso de promoção a oficial superior.
TCor. António Romão	Penso que, neste momento, o problema mais sensível é a falta de um processo de formação integrado, ou seja, referindo-me concretamente aos oficiais, não haver um processo contínuo e integrado, desde o início da formação de um oficial até ao fim
TCor. Pires Mendes	O projecto que deveria ser mais desenvolvido será o projecto (um projecto) da Academia militar exército
TCor. Paulo Rodrigues	Acho que, Angola precisa de ter especial atenção com os seus quadros, oficiais e sargentos. Deve ter uma escola de formação de sargentos próprias, uma academia própria, onde é formado o grosso dos seus oficiais
TCor. Jorge Iglésias	Da experiência que tenho tido em termos de Formação/ensino, constata-se que por vezes durante o decorrer de determinados cursos de carácter técnico a formação de base de alguns alunos apresenta lacunas, sendo que esta situação influencia decisivamente os resultados finais que se pretendem atingir
Maj. Paulo Duarte	Com a criação das Academias Militares (Exército, Marinha e Força Aérea) vai ser necessário numa fase inicial, uma vez que os militares com formação académica são em número reduzido, não cobrindo as reais necessidades, apostar na cooperação nestes estabelecimentos de ensino.
TCor. João Reis	Os pontos sensíveis, para mim, neste momento é a Escola de Ensino Superior Militar, como sabes não foram levantadas. Depois, uma outra área que, eu acho que, vocês deveriam ter é os quadros técnicos; o serviço de material, o técnico de manutenção de material, o técnico de administração militar.
Cor. Pedro Sozinho	São aqueles projectos que não funcionaram no Programa – Quadro 2007/2010, nomeadamente os Projectos da Saúde e Engenharia Militar

Quadro 4 - Análise de conteúdo à pergunta 2

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 3:

É sabido que a Formação de Pessoal constitui uma componente nuclear da Cooperação Técnico-Militar (CTM) face à indispensabilidade de se valorizar e capacitar o factor humano através da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, condição essencial para que se atinjam os objectivos estabelecidos ao nível da execução técnica dos Projectos, sendo ministrada em Portugal e nos PALOP e em Timor Leste. No caso particular de Angola, entende que este tipo de cooperação contribui decisivamente para a melhoria qualitativa dos quadros de pessoal do Exército Angolano?

Interlocutor	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Cor. Lourenço	X		Se eu conseguir dar formação ao pessoal, nomeadamente em Portugal, que dê a esse pessoal um background suficiente para que ele possa, mais tarde, já cá em Angola vir a desenvolver nos outros cursos, então ai sim senhora
TCor. António Romão	X		Se houver um percurso de formação, ou seja, se um quadro entrar com uma formação iniciada em Portugal, recebe uma orientação de base, orientação doutrinária e continuar nesta linha, sim é uma mais-valia
TCor. Pires Mendes	X		Sempre que formamos alguém e lhe conferimos mais competências, estamos a melhorar
TCor. Paulo Rodrigues	X		As novas experiências contribuem para a melhoria dos quadros do Exército Angolano e do exército portugueses.
TCor. Jorge Iglésias	X		Uma formação pessoal sólida contribui não só para o enriquecimento do militar como cidadão, como também para a instituição que representa.
Maj. Paulo Duarte	X		Costuma-se dizer que o melhor investimento é no saber, na aquisição de conhecimentos.
TCor. João Reis	X		Isso contribui sempre. Conheceres uma nova realidade, um novo país, isso abre-te os horizontes.
Cor. Pedro Sozinho	X		Só o facto da maior parte dos projectos de Cooperação serem destinados a formação, espelha o quão importante é a contribuição de Portugal na melhoria da qualidade dos nossos quadros

Quadro 5 - Análise de conteúdo à pergunta 3

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 4:

O caso dos Oficiais formados na Academia em Portugal reveste-se, por todas as razões, de grande importância ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Com a adesão da Academia Militar ao Processo de Bolonha, também a formação académica dos alunos angolanos acresceu em termos de qualificação. Na sua opinião, esta nova tipologia de formação pode trazer mais-valias técnicas ao nível dos recursos humanos do Exército Angolano formados na AM, ou entende que esta tipologia de formação beneficia sobretudo o âmbito académico, não sendo relevante em termos estritamente técnicos?

Interlocutor	Técnica	Académica	Argumentação
Cor. Lourenço		X	Parece-me que a mais-valia desta adesão ao processo de Bolonha está no âmbito académico e não no âmbito técnico.
TCor. António Romão	X	X	Acaba por beneficiar as duas partes. Acho que tudo o que seja elevar as qualificações e as competências do potencial humano, traz vantagens a qualquer organização
TCor. Pires Mendes		X	O facto de ser Bolonha, beneficia sempre mais a questão académica. A questão técnica depois tem que ser desenvolvida
TCor. Paulo Rodrigues		X	Eu penso que o processo de Bolonha, é um processo que traz vantagens em termos académicos. Muita da formação depois é à fazer (um <i>job training</i>).
TCor. Jorge Iglésias	X	X	A adesão ao processo de Bolonha, sem dúvida que é uma aposta na formação pessoal do indivíduo, colocando-o num patamar de igualdade com os outros estudantes universitários civis
Maj. Paulo Duarte	X	X	Como é lógico aumentando a exigência ao nível da formação, os formandos saem mais enriquecidos
TCor. João Reis			Não acho que traga assim muitas mais-valias, nem académicas nem técnicas. Neste momento, é uma questão de enquadramento na União Europeia
Cor. Pedro Sozinho	X	X	Toda a formação traz sempre mais-valias, quer técnicas, quer académicas

Quadro 6 - Análise de conteúdo à pergunta 4

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 5:

Sendo um dos objectivos de Portugal apoiar a reestruturação e formação das forças armadas dos países envolvidos na cooperação, decorridos estes anos de CTM com Angola, como vê o estado actual do Exército Angolano, nomeadamente no que se refere à formação/ensino?

Interlocutor	Argumentação
Cor. Lourenço	O caminho que Angola está a traçar no âmbito da formação e ensino está a fazer o seu espaço.
TCor. António Romão	A ESG tem progredido ano após ano, neste momento, se calhar é uma referência. Não há visita militar ou visita de Estado, que venha a Angola e não vá ver aquela Escola. Quem entra lá dentro parece que está noutro mundo.
TCor. Pires Mendes	Estará sempre melhor. Mas, há aqui um défice, um atraso muito grande que decorre do facto de não haver uma Formação de Base. Esta formação de base vai ser um problema grande, daqui há alguns anos
TCor. Paulo Rodrigues	Posso dizer que na formação, nota-se uma evolução grande, no exército angolano, a nível da formação e do ensino.
TCor. Jorge Iglésias	É visível que a acção de Cooperação Técnico-Militar tem dado os seus frutos em vários Projectos, que são visíveis nalguns sectores do Exército Angolano, no entanto existe ainda um longo caminho a percorrer, tornando-se necessário redefinir objectivos e estabelecer novas metas a atingir.
Maj. Paulo Duarte	Hoje podemos dizer que os militares Angolanos estão melhor formados, existe já uma preocupação cada vez maior de apostar na formação, mas penso que todo este processo formação só ficará concluído com a criação das Academias.
TCor. João Reis	Houve uma progressão qualitativa. Neste momento, os próprios angolanos já dão cursos. Tens um exemplo de medida de grandeza, o CPOS este ano vai ser garantido, essencialmente, por angolanos.
Cor. Pedro Sozinho	Fruto do próprio desenvolvimento do mundo, com a introdução de novas tecnologias e novas técnicas de gestão, as Forças Armadas Angolanas são obrigadas a estarem à altura dessas exigências.

Quadro 7 - Análise de conteúdo à pergunta 5

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 6:

Anualmente, constitui-se em Portugal uma delegação que tem como missão fazer o acompanhamento dos projectos. Acha que as mesmas deverão ter uma periodicidade maior ou menor e, nesse sentido, como encara a acção desenvolvida pelas mesmas actualmente?

Interlocutor	Suficiente	Melhorada	Argumentação
Cor. Lourenço	X		Este acompanhamento dos projectos definidos em programa quadro feito anualmente, o facto de ser anualmente parece-me bem, não há necessidade de estar a encurtar mais os prazos de avaliação dos projectos,
TCor. António Romão			Não sei responder à esta pergunta.
TCor. Pires Mendes	X		O acompanhamento anual, também parece-me adequado. Em boa verdade, os DT que estão no terreno elaboram mensalmente um relatório, em defeito, entre a parte angolana e a portuguesa. A acção das delegações é adequada.
TCor. Paulo Rodrigues	X		Penso que a periodicidade é razoável, exceptuando a questão dos DT que, entendo que, 1 ano é capaz de ser pouco. Um DT é o responsável pela direcção técnica do projecto, por fazer cumprir o programa quadro, por fazer cumprir os objectivos do programa quadro
TCor. Jorge Iglésias	X		A acção desenvolvida por estas delegações é profícua pois garante o acompanhamento dos projectos e o consequente cumprimento dos objectivos propostos.
Maj. Paulo Duarte	X		As delegações destinam-se a verificar se os objectivos constantes das fichas dos projectos estão a ser cumpridos e prestam um apoio primordial na resolução de problemas administrativos com que os projectos, às vezes, se debatem
TCor. João Reis		X	As assessorias que estão cá, eu acho que a periodicidade da permanência um ano e meio era o ideal
Cor. Pedro Sozinho	X		Existe uma Comissão Bilateral que se reúne anualmente de forma alternada, em Portugal e Angola, para acompanhamento da execução dos projectos.

Quadro 8 - Análise de conteúdo à pergunta 6

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 7:

Visto a execução dos projectos estar também a cargo dos angolanos, tendo em conta que a maioria dos mesmos desenvolvem-se em Angola (com excepção da formação realizada em Portugal), qual a sua opinião sobre a forma como os projectos têm sido executados?

Interlocutor	Argumentação
Cor. Fernando Lourenço	A minha opinião tem duas facetas: há projectos que funcionam muito bem e há projectos que não funcionam tão bem. A execução dos projectos ao cargo dos oficiais angolanos, funciona muitíssimo bem.
TCor. António Romão	No que respeita a ESG, penso que, o projecto tem corrido muito bem. Quanto a execução, tem melhorado bastante de ano para ano. Espero que este ano melhore mais um pouco
TCor. Pires Mendes	Há vontade angolana. A nossa grande dificuldade é a diferença de ritmo de trabalho entre Angola e Portugal
TCor. Paulo Rodrigues	No que diz respeito ao meu projecto, não tenho nada a apontar na parte de execução angolana. Isto sem o apoio da parte angolana, não funcionava, porque Angola presta apoio em diferentes áreas.
TCor. Jorge Iglésias	No caso do projecto 5, do qual sou Director Técnico, apesar de constatar que muito já foi feito, existem porem factores que em minha opinião são decisivos para a boa continuação dos trabalhos e que são da responsabilidade da parte da parte Angolana
Maj. Paulo Duarte	Os projectos têm sido executados de forma satisfatória havendo a preocupação, por parte das entidades angolanas, na resolução dos problemas à medida que estes vão surgindo
TCor. João Reis	Os projectos têm sido bem executados. Há projectos que estão bem cimentados. Claro que há sempre, como em tudo na vida, há projectos que não andam tão bem
Cor. Pedro Sozinho	Decorrem bem. Internamente, em Angola, os projectos funcionam com dois Directores Técnicos, sendo um angolano e outro português

Quadro 9 - Análise de conteúdo à pergunta 7

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 8:

Desde a sua génese que os acordos têm sido alvo de alterações procurando acompanhar a evolução da situação mundial. Que áreas acha que devem ser completamente eliminadas ou alteradas? Acha que a CTM deverá estender-se a outras áreas, aplicando este modelo fora do âmbito (domínio) da Defesa?

Interlocutor	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Cor. Lourenço	X		Quer no campo industrial quer no campo da saúde, eu acho que está cooperação, que agora é militar, que pode e deve, assim que as autoridades angolanas o pretendam, estender-se para outros domínios, que não estritamente militar
TCor. António Romão	X		As Universidades portuguesas já cooperam directamente com as angolanas Não se deve eliminar nada. Acho que deve-se ampliar a cooperação
TCor. Pires Mendes	X		Eliminadas, não devem ser nenhuma. Eu acho que poderíamos desenvolver, e não alterar, deveríamos estender a nossa cooperação ao nível dos estados-maiores dos ramos.
TCor. Paulo Rodrigues			Não tenho nada a dizer sobre isto
TCor. Jorge Iglésias	X		Sou da opinião de que será extemporâneo acrescentar ou eliminar algumas áreas de desenvolvimento. Deviam ser abrangidas áreas relacionadas com as indústrias de defesa militar
Maj. Paulo Duarte	X		A cooperação abarca já outras áreas de domínio civil, principalmente com os estabelecimentos de ensino e Centros de Saúde
TCor. João Reis	X		Podes estender isto a várias áreas de cooperação para vocês, a vossa justiça. A educação principalmente porque este país foi devastado pela guerra durante longos anos.
Cor. Pedro Sozinho		X	As áreas consideradas consolidadas pelas partes são eliminadas durante a Reunião da Comissão Bilateral. Agir fora do domínio da defesa implica mais custos. Não pode ser

Quadro 10 - Análise de conteúdo à pergunta 8

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 9:

Tendo estado envolvido no âmbito da CTM, tomando conhecimento da realidade dos projectos e estando presente no estudo sobre os projectos desenvolvidos, então, na sua opinião, sobre qual dos projectos se deve centrar o estudo e, necessariamente, a maior atenção?

Interlocutor	Argumentação
Cor. Lourenço	Necessariamente sobre os projectos de ensino e formação, porque aí está, também, o futuro de Angola.
TCor. António Romão	O projecto da Academia Militar. Depois tem que se pensar na formação dos quadros mais baixos, os sargentos e as praças, mas é preciso haver oficias para formar estas classes.
TCor. Pires Mendes	Eu não tenho dúvidas nenhuma que será o 2 e o 3. As Operações de Paz num patamar imediatamente abaixo
TCor. Paulo Rodrigues	Todos os projectos são importantes, cada um na sua área. Destaque deve ser dados a ESG e aos Comandos.
TCor. Jorge Iglésias	Essencialmente sobre os projectos: 2 – ISEM; 3 – AM; 4 – Forças Especiais; 5 – CIOP; 6 – Escola de Administração.
Maj. Paulo Duarte	Penso que deverá centrar-se os esforços de Cooperação nas Academias, mas sem descurar as outras áreas, também elas importantes para a formação de umas Forças Armadas Coesas em termos de saber.
TCor. João Reis	Os projectos: 2 – ESG, 3 – Academia, 4 – Os comandos, 5 – OAP, 8 – Marinha, 6 – Escola de Administração
Cor. Pedro Sozinho	Os projectos relativos a saúde e a engenharia militar

Quadro 11 - Análise de conteúdo à pergunta 9

ANÁLISE DE CONTEÚDO À PERGUNTA 10:

Como caracteriza o estado actual dos projectos, designadamente na vertente da formação e do ensino?

Interlocutor	Argumentação
Cor. Lourenço	Globalmente bom, muito bom, com única excepção do projecto da Academia Militar que, não anda nem desanda.
TCor. António Romão	O meu projecto, que é o que eu conheço, neste momento está a funcionar muito bem
TCor. Pires Mendes	Daqueles projectos que já têm um ritmo próprio, como a ESG, o estado é óptimo Nessa questão da formação e do ensino, onde fundamentalmente estamos, os grandes constrangimentos tem a ver com a dificuldade em colocar as pessoas para frequentar o curso à hora certa, no local certo e com as condições ideais para fazer o curso.
TCor. Paulo Rodrigues	Acho que os projectos estão bem, ao nível da formação e do ensino, estão a decorrer já em velocidade de cruzeiro grande parte deles, os mais antigos. Há outras áreas que têm que ser introduzidas nomeadamente, na formação de oficiais, formação de sargentos e algumas áreas técnicas
TCor. Jorge Iglésias	De um modo geral, sou da opinião que o projecto tem cumprido os objectivos propostos com um bom grau de execução.
Maj. Paulo Duarte	Os recursos humanos e financeiros das Forças Armadas Portuguesas também são escassos e têm de ser muito bem geridos não podendo, apoiar um reforço dos projectos em termos de pessoal, daí que os projectos se debatam muitas vezes com falta de pessoal, mas penso que com algum esforço e vontade se consegue fazer muita coisa e a meu ver é o que se tem passado com a CTM Angola.
TCor. João Reis	Na vertente da formação e do ensino, falando só agora do exército, o projecto 2 está muito bom, é um projecto de futuro para vocês. O mesmo acontece com os projectos 4 e 5. Há um problema que é a renovação de quadros.
Cor. Pedro Sozinho	A avaliação da execução dos projectos da Cooperação é positiva, como se concluiu em Julho de 2009 na reunião de Balanço Conjunto.

Quadro 12 - Análise de conteúdo à pergunta 10

ANEXOS

ANEXO A

O FLUXOGRAMA DA CTM

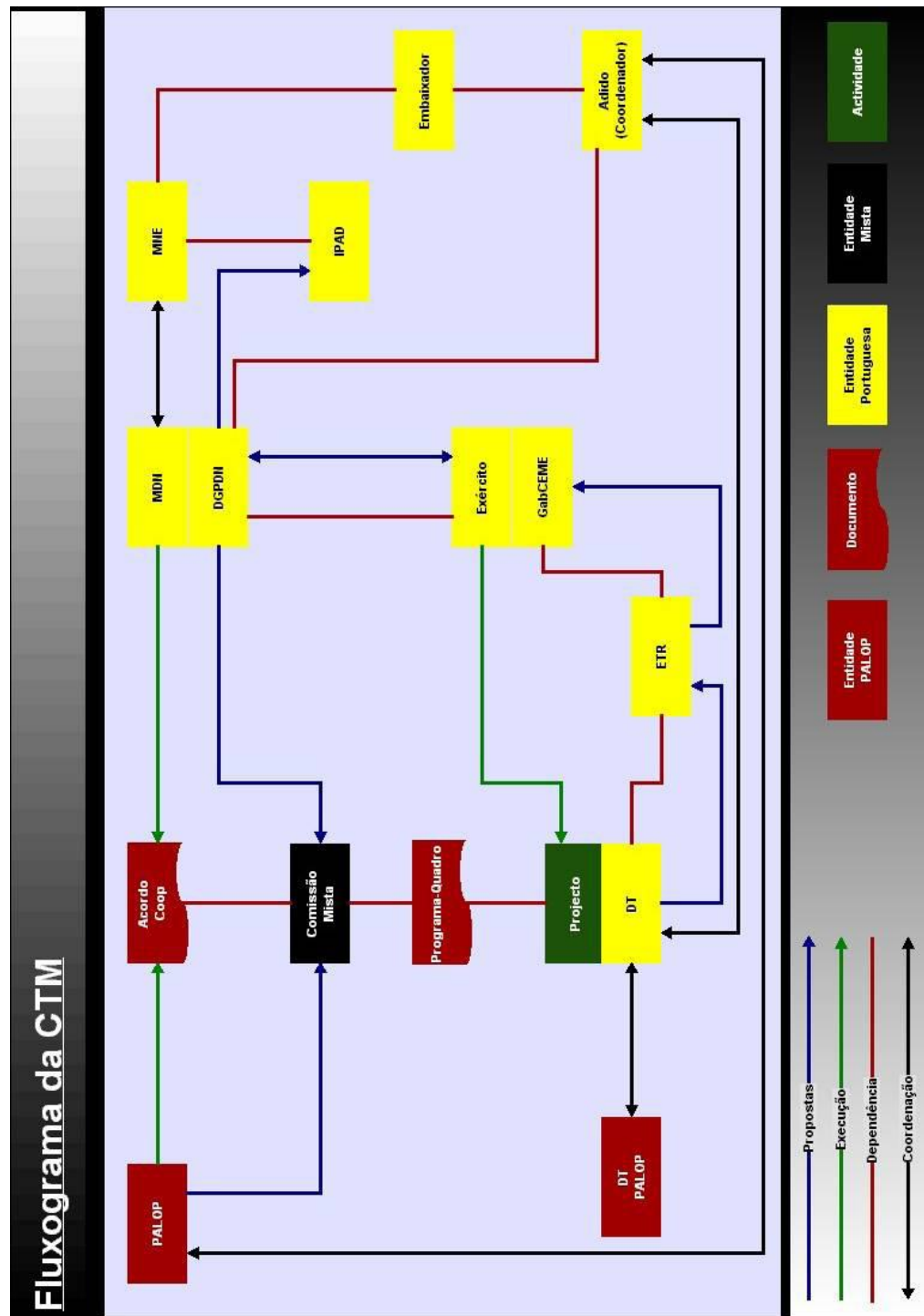


Figura 5 - O Fluxograma da CTM

ANEXO B

AGENDA DA COMPONENTE DE SEGURANÇA E DEFESA DA

CPLP

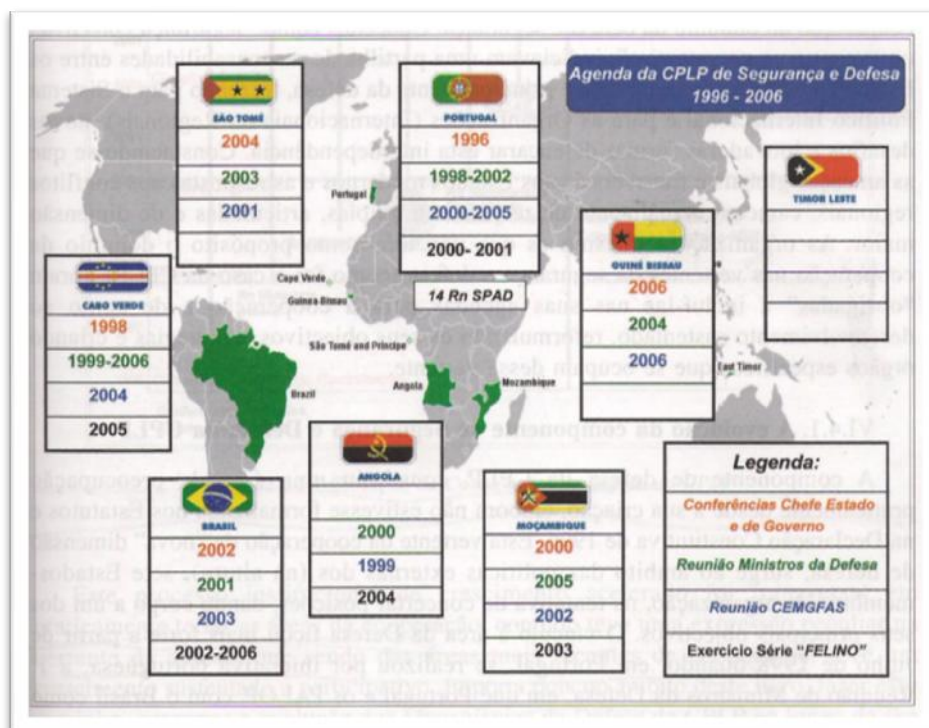


Figura 6 - Agenda da Componente de Segurança e Defesa da CPLP (1996-2006)¹²³

¹²³ Fonte: BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 183.

ANEXO C

OS MECANISMOS DE DEFESA DA CPLP

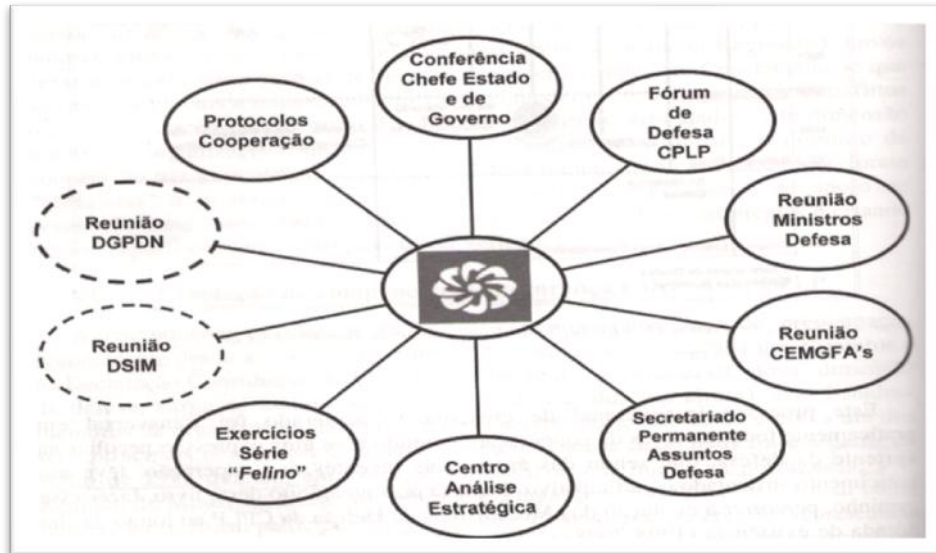


Figura 7 - Os Mecanismos de Defesa da CPLP¹²⁴

¹²⁴ Fonte: BERNARDINO, Luís – *Estratégias de Intervenção em África, Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 186.

ANEXO D

PROGRAMA-QUADRO PARA O QUADRIÉNIO 2007-2010

Proj nº	Designação	Objectivos Globais
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas (FAA)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas
2	Instituto Superior de Ensino Militar	Apoio ao Instituto Superior de Ensino Militar
3	Academia Militar de Angola	Apoio à Academia Militar de Angola
4	Brigada de Forças Especiais	Apoio à Brigada de Forças Especiais
5	Centro de Instrução de Operações de Paz	Apoio ao Centro de Instrução de OAP
6	Escola de Administração Militar	Apoio à Escola de Administração Militar
7	Direcção do Serviço de Saúde das FAA	Apoio à Direcção do Serviço de Saúde das FAA
8	Marinha de Guerra Angolana	Apoio à Marinha de Guerra Angolana
9	Engenharia do Exército	Apoio à Engenharia do Exército
10	Escola Militar de Formação Aeronáutica	Apoio à Escola Militar de Formação Aeronáutica
11	Centro Psicotécnico da FAA	Apoio ao Centro Psicotécnico da FAA
12	Formação em Portugal	Formação em Portugal

Quadro 13 - Programa-Quadro para o Quadriénio 2007-2010¹²⁵

¹²⁵ Fonte: www.mdn.gov.pt, em 2 de Julho de 2010, às 10h24

ANEXO E

ASSESSORES MILITARES DO EXÉRCITO EM ANGOLA

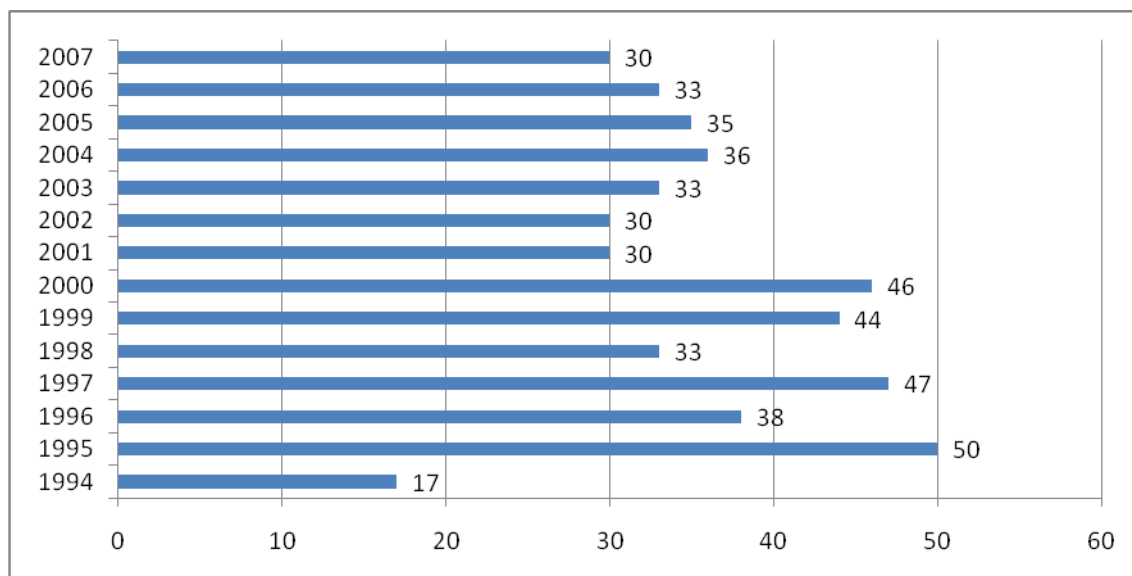


Gráfico 5 - Assessores militares do Exército em Angola¹²⁶

¹²⁶ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 53

ANEXO F

TAXA DE SUCESSO NA ACADEMIA MILITAR

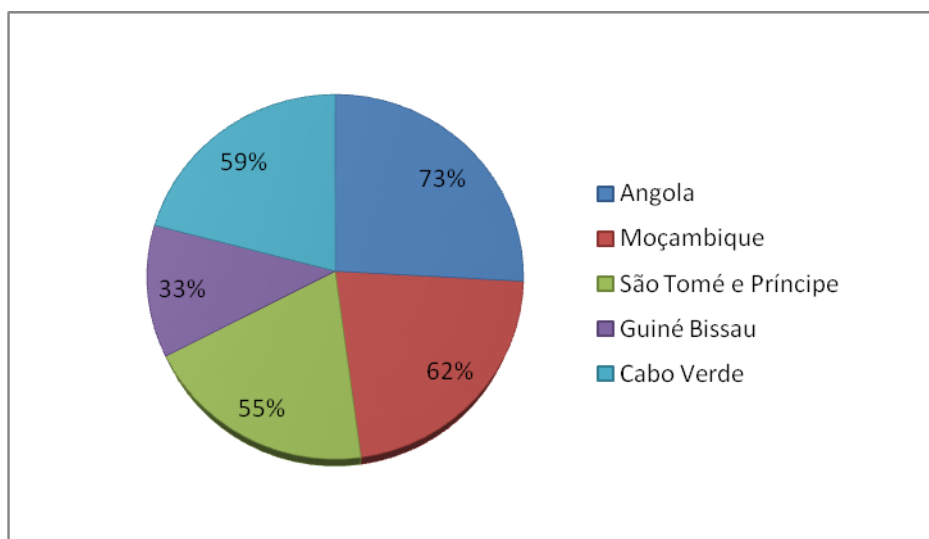


Gráfico 6 - Percentagem de aproveitamento sobre o número de alunos de cada país na AM¹²⁷

¹²⁷ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 142.

ANEXO D

ENCARGOS FINANCEIROS DA CTM COM OS PAÍSES LUSÓFONOS

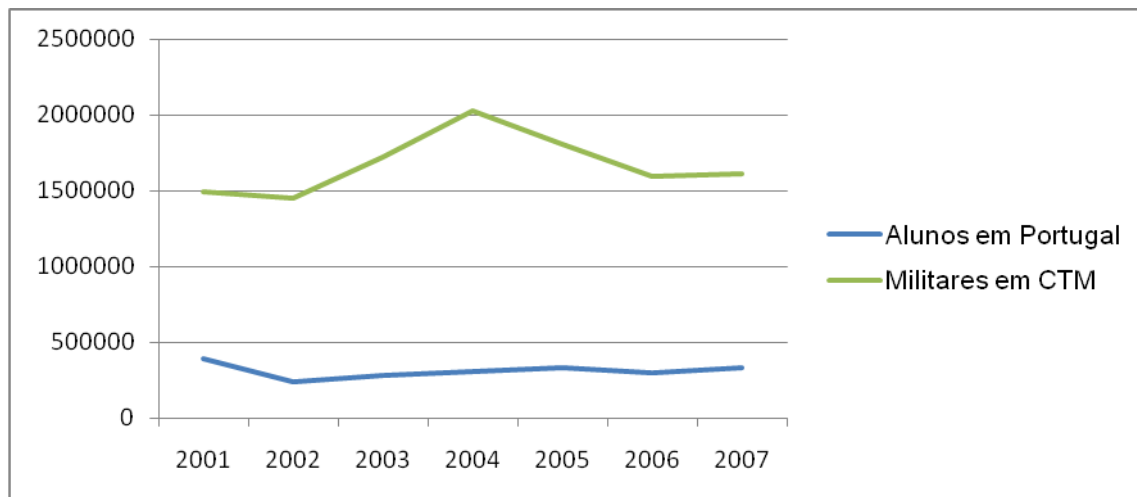


Gráfico 7 - Encargos Financeiros da CTM com os países Lusófonos¹²⁸

¹²⁸ Fonte: Adaptado de JUNQUEIRA, João Paulo e PIRES, Rui – *O Exército nos Trilhos da Cooperação*, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 194 e 195.

ANEXO H

ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DE ANGOLA

A República Portuguesa e a República de Angola:

Animadas pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e os dois povos;

Determinadas a alargar e a aprofundar as relações de cooperação;

Considerando os propósitos expressos no Acordo Geral de Cooperação;

decidem, numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses, concluir o seguinte Acordo:

Artigo 1º

A República Portuguesa e a República de Angola, adiante designadas Partes, comprometem-se, na medida das suas possibilidades, em regime de reciprocidade e quando para tanto solicitadas, a cooperarem no domínio da defesa e em especial na área da cooperação técnico-militar.

Artigo 2º

1. A cooperação prevista no artigo anterior desenvolver-se-á através das acções a seguir indicadas ou de outras que as Partes considerem adequadas à realização dos seus interesses:

- a. Apoio da Parte portuguesa à organização e ao funcionamento do sistema de defesa e das Forças Armadas Angolanas;**
- b. Apoio da Parte portuguesa à organização e ao funcionamento dos órgãos e serviços internos do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola;**
- c. Concepção e execução de projectos comuns nas áreas das indústrias de defesa e militares, incluindo a eventual constituição de empresas mistas ou de outras formas de associação;**
- d. Assistência mútua em matéria de utilização das respectivas capacidades científicas, tendo em vista a execução de programas comuns nas áreas da investigação, desenvolvimento e produção de material e equipamentos de defesa;**

e. Colaboração entre as Forças Armadas de ambos os países nas áreas da formação, treino, organização e apoio logístico de unidades militares no quadro de operações humanitárias e de manutenção da paz, sob a égide de organizações internacionais;

f. Apoio da Parte portuguesa à organização e ao funcionamento do Instituto de Defesa Nacional angolano, e colaboração nas áreas da investigação militar e da geoestratégia.

2. As partes, por mútuo acordo, sempre que o entendam conveniente, podem associar terceiros países aos projectos de cooperação.

Artigo 3º

1. Nos casos em que a execução das acções de cooperação previstas no presente Acordo exija a deslocação de pessoal, a Parte solicitada poderá enviar para o território da Parte solicitante as necessárias assessorias técnicas especializadas que desenvolverão a sua actividade de acordo com orientações superiormente definidas pelo Ministério da Defesa Nacional e em permanente articulação com os organismos e serviços competentes da Parte solicitada.

2. Ao pessoal dirigente envolvido nas acções previstas no número anterior são aplicáveis as disposições da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas relativas aos membros do pessoal administrativo e técnico das missões diplomáticas.

Artigo 4º

Os militares que frequentem cursos ou estágios em unidades ou estabelecimentos militares da outra Parte ficam sujeitos ao regime que neles vigorar, nomeadamente quanto a disciplina e normas de organização pedagógica.

Artigo 5º

A Parte portuguesa concederá, na medida das suas capacidades, bolsas para formação profissional e para a frequência de estágios, bem como providenciará outras formas de apoio ao desenvolvimento dessas mesmas acções.

Artigo 6º

1. Constituem encargo da Parte solicitante as passagens de ida e volta do pessoal que frequente acções de formação profissional ou estágios concedidos pela Parte solicitada.

2. A Parte solicitante assume o encargo, sempre que for caso disso e nas condições que para efeito de liquidação vierem a ser estabelecidas por mútuo acordo, o custo do material fornecido pela Parte solicitada.

Artigo 7º

1. Às acções de cooperação que se traduzam em prestação de serviços aplica-se o seguinte regime de repartição de encargos:

- a. A Parte solicitada assegura o pagamento das passagens de ida e volta do pessoal nomeado para participar na acção;**
- b. A Parte solicitante assegura aos elementos integrantes das assessorias referidas no art. 3º alojamento adequado nos locais onde venha a prestar serviço em condições a definir caso a caso; ***
- c. A Parte solicitante assegura as deslocações em serviço no seu território necessárias à execução das acções de cooperação.**

2. Os encargos previstos na alínea b. cessam sempre que a Parte solicitante promova a cedência de imóvel destinado à instalação dos elementos da Parte solicitada envolvidos em acções de cooperação.

Artigo 8º

A Parte solicitante isentará de quaisquer impostos ou taxas, aduaneiras ou outras, os materiais que a Parte solicitada fornecer a título gratuito para o apoio de projectos e acções de Cooperação, bem como os materiais enviados para apoio às assessorias técnicas especializadas.

Artigo 9º

Com vista à boa execução do presente Acordo é criada uma comissão mista, que reunirá, no mínimo, uma vez por ano, alternadamente em Angola e em Portugal.

Artigo 10º

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas pela ordem jurídica de cada uma das Partes e será válido por um período de três anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia de uma das Partes por escrito, com antecedência de, pelo menos, 180 dias antes da sua expiração.

2. As partes reservam-se o direito de suspender a execução, no todo ou em parte do disposto no presente Acordo, ou de proceder à denúncia, parcial ou total, se sobrevier modificação das condições existentes à data da assinatura que seja de molde a pôr em causa a continuidade da cooperação nele prevista.

3. A suspensão da execução ou a denúncia nos termos referidos no número anterior deverão ser objecto de notificação escrita prévia da outra Parte, com uma antecedência mínima de sessenta dias, não devendo ser consideradas actos inamistosos e delas não resultará para a Parte que exerceu esse direito qualquer responsabilidade perante a outra Parte.

Artigo 11º

As Partes concordam em manter consultas anuais a nível de altos funcionários dos departamentos governamentais envolvidos em questões de índole político-militar. Estas consultas realizar-se-ão alternadamente em Portugal e em Angola.

Artigo 12º

As Partes concordam em efectuar conversações anuais a alto nível, incluindo, sempre que acordado pelas Partes, ao nível dos Ministros da Defesa Nacional, sobre as relações bilaterais na área da cooperação no domínio da defesa e técnico-militar.

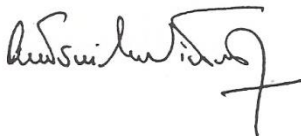
Artigo 13º

As Partes signatárias obrigam-se a resolver qualquer diferendo relacionado com a interpretação ou aplicação deste Acordo com espírito de amizade e compreensão mútua.

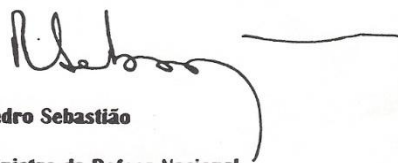
Feito em Luanda, aos três dias de Outubro de 1996, em dois exemplares originais, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa

Pelo Governo da República de Angola



António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Ministro da Presidência e da Defesa Nacional



Pedro Sebastião
Ministro da Defesa Nacional